UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

ALAN LÔBO DE SOUZA

LIMITES DO HUMOR:
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA POLÊMICA

CAMPINAS,
2017

ALAN LÔBO DE SOUZA

LIMITES DO HUMOR:
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA POLÊMICA

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador (a): Prof. Dr. Sirio Possenti

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida pelo aluno Alan Lôbo de Souza e orientada pelo Prof. Dr. Sirio Possenti.

CAMPINAS,
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2013/05420-8; CNPq

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

So89L

Souza, Alan Lôbo de, 1984-
Limites do humor : o funcionamento discursivo da polêmica / Alan Lôbo de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sirio Possenti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Jornais brasileiros - Seções, colunas, etc. - Humor, sátira, etc. 2. Jornais franceses - Seções, colunas, etc. - Humor, sátira, etc. 3. Jornais eletrônicos - Brasil. 4. Jornais eletrônicos - França. 5. Leitores - Reação crítica. 6. Liberdade de expressão. 7. Análise do discurso - Aspectos políticos. I. Possenti, Sírio, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Limits of humor : the discursive functioning of the controversy
Palavras-chave em inglês:
Brazilian newspapers - Sections, Columns, etc. - Humor
French newspaper - Sections, Columns, etc. - Humor
Electronic newspapers - Brazil
Electronic newspapers - France
Reader - response criticism
Freedom of expression
Discourse analysis - Political aspects
Área de concentração: Linguística
Titulação: Doutor em Linguística
Banca examinadora:
Sirio Possenti [Orientador]
Ana Cristina Carmelino
Anna Flora Brunelli
Suzy Maria Lagazzi
Márcio Antônio Gatti
Data de defesa: 21-08-2017
Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA

Sirio Possenti

Ana Cristina Carmelino

Anna Flora Brunelli

Suzy Maria Lagazzi

Márcio Antônio Gatti

IEL/UNICAMP
2017

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.

Dedico este trabalho à Dona Nilmacy, minha mãe,
pelo estimulo incessante ao dia seguinte.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Sirio, pelos atenção, paciência e confiança em mim depositada ao longo de 6 anos acumulados de orientação que vai além do período de doutorado.

À profa. Suzy Lagazzi, pelos comentários e recomendações apresentados a diferentes trabalhos que desenvolvi no decorrer da vida acadêmica – contribuição que se repetiu nesse trabalho.

À profa. Luzmara Curcino pelas sugestões e incentivo ao desenvolvimento da tese.

Ao prof. Dominique Maingueneau, pela acolhimento, estimulo e sugestões dadas a este trabalho.

Aos amigos (não há palavra melhor pra agregar um tanto de adjetivos), Rogério Luid e Fábio Barbosa Filho, pela sincera presença afetiva, pela grande ajuda com o fornecimento psicológico e por acrescer sobremaneira a minha formação acadêmica e ao desenvolvimento deste trabalho.

A Cláudio Platero, pela constante assistência em relação a toda burocracia e às etapas imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa.

A todas as pessoas que contribuíram, em diferentes momentos, no Brasil e na França, para a realização deste trabalho. Embora não enumeradas, saibam que é impossível esquecer as singulares contribuições. Meus sinceros e efusivos agradecimentos.

Ao humor (sim!), ser (in)animado (apesar de aparentar ter vontade própria), por renovar a curiosidade pela pesquisa.

Finalmente, agradeço ao CNPQ e à FAPESP, que, em diferentes momentos, financiaram e possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

“Não vemos as coisas mesmas; limitamo-nos, no mais das vezes,
a ler etiquetas coladas sobre elas”.
(Henri Bergson, em “*O riso*”)

RESUMO

Nesta tese, busco examinar o debate sobre os limites do humor a partir das manifestações dos leitores publicadas na seção "*Comentários*" em versões eletrônicas de quatro jornais impressos que, em meio virtual, são os mais acessados e com maior número de comentários em suas colunas. São eles: os jornais eletrônicos brasileiros, *Estadão* e *Folha,* e dois dos maiores jornais franceses, *Le Monde* e *Le Figaro*. A análise compreende dois casos polêmicos: o debate sobre as publicações do jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, em que se nota uma discussão sustentada por um atravessamento dos discursos políticos e religiosos na relação entre limites e liberdade de expressão no humor; e, no Brasil, o caso Rafinha Bastos – um caso menos emblemático se comparado ao caso francês – alimentado pela discussão em torno dos limites (atribuído ao discurso do politicamente correto) e da liberdade de expressão. A escolha pelos comentários, em vez das colunas dedicadas aos casos, deve-se, sobretudo, à observação de que o debate sobre o humor é engendrado a partir do constante enfrentamento observado nos comentários em meio eletrônico. Defendo a hipótese de que a esfera pública, assim recortada no espaço do comentário, é o lugar em que se manifesta a controvérsia na contemporaneidade. O ponto em comum aos casos é a discussão em torno do que não faz rir. E essa polêmica desdobra-se em dois debates distintos: de um lado, a tentativa de definir o que é humor (ter, ou não, graça é um dos argumentos utilizados por determinado grupo de comentadores), de outro, o questionamento de que esse humor deveria ter limites (isto é, se deveria ser divulgado em determinados horários, a que público, explorar quais temas ou se certos temas podem ser objeto de piada). Após a descrição e a análise desses debates, pude compreender que as práticas que constroem e mantêm o imaginário coletivo em relação aos limites do ato humorístico articulam-se de modos distintos: de um lado, a compreensão de que a trama das relações históricas envolvidas nas polêmicas promove uma discussão para além do campo do humor, e, de outro, a observação de que os dois debates são distintos e interdependentes. A partir dessas observações, estabeleço algumas considerações sobre o "político" nos discursos sobre o humor.

Palavras-chave: comentário eletrônico; humor; liberdade de expressão; polêmica.

ABSTRACT

In this thesis, I aim to examine the debate about the limits of humor from the statements of the readers published in the section "Comments" in electronic versions of four printed newspapers which, in a virtual environment, are the most accessed and with the largest amount of comments in their columns. They are: the Brazilian electronic newspapers, *Estadão e Folha*, and two of the largest French newspapers, *Le Monde and Le Figaro*. The analysis comprises two controversial cases: the debate on the publications of the French satirical newspaper Charlie Hebdo, in which there is a discussion sustained by a crossing of the political and religious discourses in the relation between limits and freedom of expression in the humor; And in Brazil, the case Rafinha Bastos - a case less emblematic when compared to the French case - fueled by the discussion around the limits (attributed to the speech of the politically correct) and freedom of expression. The choice for the comments, rather than the columns dedicated to the cases, is mainly due to the observation that the debate about humor is generated from the constant confrontation observed in the comments in electronic media. I defend the hypothesis that the public sphere, thus cut in the space of the commentary, is the place in which the controversy manifests itself in contemporaneity. The point in common to the cases is the discussion around what does not make them laugh. And this controversy unfolds in two distinct debates: on the one hand, the attempt to define what is humor (having or not, fun is one of the arguments used by a certain group of commentators), on the other hand, the questioning that this Humor should have limits (that is, whether it should be released at certain times, to which audience, to explore which themes or if certain themes can become jokes). After describing and analyzing these debates, I was able to understand that the practices that build and maintain the collective imagination in relation to the limits of the humor act articulate in different ways: on the one hand, the understanding that the plot of the historical relations involved in the controversies promotes a discussion beyond the field of humor, and, on the other hand, the observation that the two debates are different and interdependent. From these remarks, I propose some considerations about the "political" in discourses about humor.

Keywords: electronic comments; humor; freedom of expression; controversy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Charge do cartunista Paulo Caruso publicada no programa "Roda Viva"..... 41

Figura 2 Postagem de Dieudonné em sua rede social (em seguida apagada pelo humorista), difundida em vários jornais franceses na época..... 48

Figura 3 Ilustração da *quenelle*..... 50

Figura 4 Manifestação registrada pelo site *G1.com*..... 53

Figura 5 Página de acesso à pagina de comentários do jornal francês *Le Monde*..... 69

Figura 6 Representações utilizadas pelo *site Facebook*..... 71

Figura 7 Página de acesso aos comentários do jornal eletrônico *Folha de São Paulo*..... 72

Figura 8 Página de acesso aos comentário do jornal eletrônico *Estadão*..... 72

Figura 9 Página com o histórico de comentários de um dos leitores-comentadores do jornal eletrônico *Le Figaro*..... 73

Figura 10 Página do jornal eletrônico francês *Le Figaro* com comentários dos seus leitores..... 75

Figura 11 Página de alerta de conteúdo indesejado do jornal eletrônico francês *Le Figaro*..... 76

Figura 12 Página com os critérios de moderação dos comentários do jornal eletrônico francês *Le Figaro*..... 77

Figura 13 Espaço dos comentários de uma das matérias do jornal eletrônico Folha de São Paulo..... 88

Figura 14 Capa do jornal *Charlie Hebdo* publicada dias após o atentado de 11 de janeiro de 2015..... 110

Figura 15 Capa do jornal *Charlie Hebdo*..... 117

Figura 16 Publicação do jornal *Jyllands-Posten*..... 118

Figura 17 Imagens de uma mesma matéria do jornal *Le Figaro*..... 161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CH	Charlie Hebdo
EST	Estadão Jornal Digital
FIG	Le Figaro.fr
FLH	Folha de São Paulo
LM	Le Monde.fr
PC	Politicamente Correto

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
1.1	TRAJETO(S) DE PESQUISA	14
1.2	UMA PARTICULARIDADE	19
1.3	ORGANIZANDO A ANÁLISE	20
2	**A LINGUAGEM DO RISO E O HUMOR**	23
2.1	AFINAL, O QUE É UMA PIADA?	28
2.2	MEÇA SUAS PALAVRAS	34
2.3	O HUMOR E O POLITICAMENTE (IN)CORRETO	39
2.3.1	**A entrevista de Laurent Sourisseau**	41
2.3.2	**O "caso Dieudonné"**	47
2.3.3	**O riso dos outros**	53
2.4	DISCURSOS *SOBRE* O HUMOR	61
3	**COMENTÁRIO E AUTORIA**	67
3.1	CONCEPÇÕES DE AUTORIA	81
3.2	IMPORTA QUEM FALA?	82
3.3	O COMENTADOR-AUTOR	91
3.4	ENTÃO, *JE SUIS* AUTOR?	105
4	**DESCREVENDO CASO A CASO**	110
4.1	O CASO *CHARLIE HEBDO*	116
4.1	O CASO RAFINHA BASTOS	122
5	**ANÁLISE**	127
5.1	A POLÊMICA E SEU FUNCIONAMENTO	132
5.2	A INCOMPLETUDE NA LINGUAGEM	137
5.3	MORAL E AVALIAÇÃO NEGATIVA	144
5.4	(D)O QUE FALAM OS FRANCESES?	151
6	**CONCLUSÕES**	163
	REFERÊNCIAS	168
	BIBLIOGRAFIA	174
	ANEXO A – Charte de modération et d'animation des débats	178
	ANEXO B – Charte de modération: contribution de l'ordre générale	182

1 INTRODUÇÃO

1.1 TRAJETO(S) DE PESQUISA

Sem fugir às etapas que fundamentam a elaboração de uma pesquisa, os primeiros semestres foram dedicados à composição do *corpus* – este, até aquele momento, limitava-se ao caso da "piada" do humorista Rafinha Bastos sobre a cantora Wanessa Camargo, um caso com que me deparei ainda durante a escrita da dissertação de mestrado dedicada também à temática do humor. Estava interessado em analisar os posicionamentos em torno desse caso a partir dos comentários especificamente publicados nas versões eletrônicas de alguns dos jornais brasileiros mais lidos na internet. Trata-se de um espaço cada vez mais explorado pelos leitores das notícias desses jornais e que engendra discussões em torno de diferentes temas, quase sempre polêmicos.

A escolha pelos comentários, em vez das colunas dedicadas aos casos, deve-se a dois fatores: o primeiro, o interesse em analisar o enfrentamento de diferentes posicionamentos por meio dos comentários que expressam opiniões seguindo regras diferentes se comparadas com as seguidas pelos colunistas. Com isso, defendo a hipótese de que a esfera pública, assim recortada no espaço do comentário, é o lugar em que está sublinhada a controvérsia. O segundo critério é complementar ao primeiro: os comentários em forma de posts se distinguem dos comentários em forma de colunas por vários fatores. O principal fator corresponde ao caráter breve de composição da opinião (tão comuns em redes sociais, como o twitter, por exemplo) – diferentemente da redação mais detalhada e estruturada dos argumentos nas colunas dos jornais.

Esse procedimento valoriza um espaço capaz de materializar diferentes posicionamentos com diferentes imposições para a manutenção da opinião se comparados com os colunistas (isto é, o cadastramento antes de poder comentar em alguns jornais, a moderação, o desdobramento argumentativo em relação aos comentários de outros leitores, não somente ao conteúdo apresentado nas colunas de opinião etc.) –, limitações essas que inexistem nos artigos de grandes jornais.

Encontrava-me às voltas com um grande número de notícias que versavam sobre a fala do humorista, na medida em que expunham discussões sobre os limites do humor. A temática do politicamente correto (de agora em diante, PC) é

mobilizada nos comentários, encorajaram-me a questionar o funcionamento particular (se é que existia) desse debate: afinal, a discussão em torno do caso Rafinha Bastos aparentava ser formulada (quase exclusivamente) por delimitações jurídicas, circunscrevendo a discussão em torno da memória da "liberdade de expressão", de um lado, e "limites do bom gosto ou do gênero", de outro[1].

Convém dizer que o percurso de pesquisa mudou durante o período do doutorado em que morei em Paris: nessa etapa da pesquisa tive a experiência de presenciar a circulação de informações e discussões sobre o discurso humorístico e os limites do humor em um contexto bastante distinto dos casos observados no Brasil. Apesar de operar também com a memória jurídica e do tema da liberdade de expressão, o atravessamento de discursividades em torno do humor, na França, não era apenas distinto da realidade brasileira, era, sobretudo, difuso. Em outras palavras, o debate jurídico, diferentemente do que observei nas primeiras análises do *corpus* selecionado, era apenas um dos cenários constituintes das controvérsias em torno da prática humorística. Diante disso, o modo como cada debate recupera diferentes discursos (religioso, político social, moral etc.) representa a primeira constatação anotada ao longo da descrição e análise nos comentários publicados nos jornais eletrônicos, *corpus* dessa pesquisa.

No início da segunda metade de elaboração da tese (refiro-me ao tempo idealizado de quatro anos de estudos), presenciei o "segundo" atentado em solo parisiense, com grande número de vítimas fatais, alcançando uma dimensão ainda maior nos noticiários franceses e mundiais – foi o primeiro após o atentado ao *Charlie Hebdo*[2] (doravante CH). Apesar disso, não me parece central o caráter emblemático do caso, mas o funcionamento particular de mobilização do interdiscurso, isto é, o modo como a memória opera na construção dos discursos em torno (não só) do humor: afinal, após o ocorrido, a mídia francesa investiu não apenas nas discussões sobre o caráter da liberdade de expressão e da violência, mas também sobre a questão da interferência religiosa na vida social, o preconceito religioso, a xenofobia etc. De fato, essa memória é materializada nos comentários

[1] Possenti (2012) propõe a leitura desse registro polêmico a partir de dois semas: "liberdade", sema fundamental, e "limites", seu contraponto. Trata-se, segundo o autor, de um contraponto central para a compreensão do simulacro articulado em torno da discussão, na medida em que os defensores do sema "liberdade" (de expressão) interpretaram os argumentos do seu adversário como "censura"; já os defensores dos "limites" (do humor) leem os argumentos do outro como um abuso. A proposta defendida por Possenti será retomada ao longo da pesquisa.

[2] O primeiro, direcionado ao jornal humorístico CH, ocorrera três meses antes de minha chegada à Paris e também repercutiu mundialmente.

publicados nos jornais eletrônicos analisados. As particularidades em torno desse acontecimento dificultavam a compreensão e análise da relação entre humor e um suposto limite social. Ora, é inevitável não questionar: quais as características desse discurso que supostamente objetiva impor limites? Ademais, na medida em que as discussões deslocam-se para questões como política, religião, moral etc., há uma tentativa de negar o próprio funcionamento da enunciação como um *ato humorístico*[3] caso ultrapasse certos limites (isto é, defender, por exemplo, que o enunciado motivador do debate não se trata de uma piada, mas um caso de ofensa, negando a semântica do humor)?

Diante desse feixe de temas recorrentes na discussão e ciente do complexo funcionamento interdiscursivo no caso CH, considerei inevitável retornar para o ano de 2013, momento em que se registra um incidente diplomático entre França e Argélia, então antiga colônia francesa. Nesse gesto de análise diante da leitura dos jornais franceses, chamou atenção um artigo em que é possível encontrar o pronunciamento do então presidente da França, François Hollande, em que ele comenta que o também então ministro, Manuel Valls, regressa "São e salvo" do território Argelino, e que isso "já era o suficiente".

Aqui ressalto o funcionamento do interdiscurso na constituição dos sentidos em torno do ocorrido: o reconhecimento de uma memória que retoma a independência (e guerra) da Argélia, antiga colônia francesa, é necessário para o entendimento do modo como os jornais trataram o pronunciamento do presidente francês. O caso foi descrito como uma piada[4] (assim a enunciação foi rotulada pela mídia francesa) que engendrou inúmeros artigos (e, por conseguinte, um bom material para análise discursiva a partir dos comentários dos leitores desses jornais) em torno, mais uma vez, da temática dos limites do humor[5].

Trata-se de um funcionamento que impõe um olhar mais criterioso. E, diante desse gesto de valorização dos próprios jornais franceses em retomar uma

[3] Admito o termo utilizado por Charaudeau (2015b) para fazer referência a uma cena humorística.
[4] Na medida em que qualquer enunciado dito humorístico (e não só) pode ser rotulado como piada, o uso vago do termo mostra-se como uma porta de entrada para a compreensão do modo como a discussão sobre o humor será articulada nos comentários. Talvez por isso, a definição de piada e o seu potencial de "polemicidade" serão tratados como ponto de partida já no primeiro capítulo.
[5] Sublinho que, apesar de ser trabalhada com grande interesse, essa análise não trata do *corpus* dessa tese, mas de uma análise de um dos temas que permitem entrar no *corpus* propriamente dito, seja pelo caráter polêmico em torno da fala (do ato humorístico) de Hollande, seja pela memória histórica articulada em torno das discussões desenvolvidas no contexto do caso CH, este, sim, um dos materiais que compõem o *corpus*.

memória associada ao caso *Charlie*, iniciei a abordagem justamente pelas notícias que tratavam do momento histórico do conflito francês com os argelinos, mais especificamente o caso que me fez acionar esse percurso: o pronunciamento do presidente François Hollande sobre o retorno do ministro Valls do território argelino. Nesse momento, estavam em suspenso os seguintes questionamentos: afinal, a que se deve a mobilização dessa memória específica nesse gesto de análise? E, sobretudo, como isso se desdobra no caso do jornal francês CH?

Compreendo, assim, a complexidade do funcionamento nos discursos sobre o humor – ao menos na parte do *corpus* em que trabalho com as condições de produção do caso CH. De fato, os julgamentos morais nos dois casos que compõem o *corpus* são distintos. Se, no caso francês, observa-se um processo discursivo de formulação de uma discussão em que há um aparente predomínio dos discursos políticos e religiosos, extrapolando os debates entre humor e liberdade de expressão, no Brasil, o caso Rafinha Bastos – justamente por não se tratar de um caso tão emblemático quanto o caso francês – há um aparente predomínio de discursos morais mais próximos das discussões em torno do PC e liberdade de expressão[6].

Se comparadas, por exemplo, com as notícias que tratam dos atentados em solo parisiense (sobretudo em função da proximidade do acontecimento), as notícias que retomam a guerra entre Argélia e França para situar historicamente o acontecimento apresentam menor repercussão. Apesar disso, é imprescindível não desconsiderar essa retomada e investir nessa rede de memórias mobilizadas em torno do caso ocorrido em solo francês. Afinal, no caso em questão, o retorno aos conflitos históricos e os temas que o atravessam engendram diferentes posições e abordagens sobre a prática do humor, desdobrando um importante arsenal simbólico saturado através da história acionada nessas disputas[7]. É, portanto, um

[6] Ao analisar os debates sobre o humor nas publicações das mídias francesas nos momentos pós-atentados ao jornal CH, é possível dizer que insinuações sobre liberdade de expressão não apresentavam tanta relevância quando se comparadas, por exemplo, com discursos políticos: é o que se nota em uma das publicações do jornal LM (em uma matéria intitulada "*50 ans d'attaques contre les médias en France"*), que, ao tratar do caso *Charlie*, investe na descrição dos atos que se sucederam à libertação da Argélia em relação à sua colônia, a França, sublinhando, sobretudo, os primeiros atentados observados em território francês. A expectativa desse caso, ao menos ao analisar um pequeno número de comentários de leitores sobre o caso *Charlie*, é considerar o deslocamento do discurso sobre o humor para o discurso religioso.

[7] O objetivo é analisar esse funcionamento discursivo, de modo a investigar a memória do momento histórico conflituoso específico em meio às condições de produção desse discurso na atualidade. A

funcionamento que impõe um olhar mais criterioso: uma demanda que antecede a própria entrada no *corpus* dessa pesquisa.

Ciente desse caráter difuso, proponho descrever e analisar, mesmo que brevemente, as notícias que retomavam o momento histórico do conflito França/Argélia. O objetivo é único: descrever uma rede de memórias (isto é, uma rede de vinculação de enunciados, como defende Courtine (2008)), responsáveis pelo funcionamento e manutenção de todo discurso. Tem-se, assim, o ponto central de uma análise discursiva. Com efeito, é, antes de tudo, uma escolha metodológica da parte do analista no momento em que procede à descrição e interpretação do seu *corpus*. Mas não apenas isso: investir nessa análise justifica-se pela própria relevância engendrada pelas mídias francesas.

Apesar das rede de memórias em torno da islamofobia ou dos debates em torno da liberdade de expressão (ambos também observados no caso *Charlie*) serem relevantes, a articulação histórica aventada pelos jornais franceses expõe outra porta de entrada para a análise – o que não elimina a possibilidade de investir na análise dos outros discursos recuperados nesse debate. Diante disso, considero central a perspectiva destacada pelas mídias francesas: o pronunciamento do então presidente francês é o caso emblemático a que me dedicarei a analisar, na medida em que, nesse caso, a complexidade história mobilizada na própria notícia sobre o caso em questão gera posicionamentos centrais para compreender o modo como a discussão extrapola as discussões sobre a prática humorística. Apesar de não se tratar do *corpus* propriamente dito*,* detenho-me nesses artigos com o fito de analisar o modo como essa historicidade ganha corpo na notícia em que os comentários serão produzidos (e compreender o modo como essa historicidade é desconsiderada ou incorporada nesses comentários).

A definição dos critérios em torno da composição do *corpus* estão regidos praticamente pela peculiaridade do ambiente virtual: (i) um meio de interação rápido, próprio da velocidade da comunicação das últimas décadas, que caracteriza um meio singular de manifestação de opinião. Isto é, trata-se de uma produção textual breve que permite a articulação e o desdobramento de argumentos em uma infinita réplica à fala do outro (que nem sempre é um oponente) – o que significa dizer que os comentários não necessariamente dialogam com a própria notícia em que se

---

meu ver, aspecto central para compreender as reformulações atribuídas aos atos humorísticos para caracterizá-los como ofensas e não piadas, por exemplo.

localizam os comentários, apesar de quase sempre circular em torno de um tema considerado central; (ii) a falsa ideia de que o espaço para comentários nos jornais é “terra de ninguém” permite analisar a questão da responsabilidade autoral, haja vista que, para poder comentar sobre qualquer matéria dos jornais, os leitores têm, obrigatoriamente, que se cadastrar – um processo cada vez mais “facilitado” pelos jornais, que permitem que os leitores se cadastrem, informando os dados das redes sociais mais conhecidas na internet (*Facebbok*, *Twitter* etc.) ou mesmo a partir de um cadastro de e-mail de algumas redes preferenciais do jornal (*Gmail* é a empresa de e-mails mais comum explorada nos jornais analisados).

Finalmente, sublinho que os comentários serão analisados em sua forma integral, ou seja, serão apresentados exatamente como estão publicados nos jornais eletrônicos, reproduzindo todos as suas particularidades, o que inclui a manutenção de possíveis e diferentes erros gramaticais.

1.2 UMA PARTICULARIDADE

Há uma peculiaridade que merece ser sublinhada (sobretudo quando analisado o caso Rafinha Bastos): a questão do PC. Assumir que o discurso sobre o humor é avaliado pelos discursos moral e jurídico (ambos materializados como o discurso PC), é, antes de tudo, uma observação do analista; isto é, trata-se de um gesto de análise em torno de uma “unidade coerente” (MAINGUENEAU, 1983, p.8). Esses textos agrupados em torno de certo discurso serão descritos segundo regularidades que permitem reuni-los em torno de um mesmo funcionamento. Cabe ao analista, portanto, considerar as condições históricas de emergência de cada um desses discursos, suas particularidades ideológicas produzidas em uma dada época, sua semântica.

Arrisco dizer que o discurso sobre o humor é articulado a partir de duas regularidades: a leitura do Outro a partir de si (o simulacro), o ato de definir e/ou limitar o que (não) é humor, ambos sobredeterminados pelo discurso da moral. Afinal, o discurso do PC apresenta uma semântica segundo a qual determinadas atitudes e posicionamentos sociais devem apresentar um limite; isto é, um limite do dizer imaginado/idealizado que resultará num funcionamento próprio – indissociável de suas condições de produção. Em outras palavras, tanto o discurso humorístico

quanto o discurso do PC são assim nomeados a partir do entendimento de que suas formações discursivas (doravante FDs) asseguram sua unidade e sua relativa estabilidade.

Uma restrição necessária, mas ainda insuficiente para a análise: devido à dimensão do campo discursivo e o atravessamento de outros discursos, é impossível estudar a controvérsia em torno dos limites do humor levando em consideração todas as suas dimensões – é o que se observa ao analisar o caso *Charlie Hebdo*, por exemplo. É necessário, assim, efetuar um recorte. Maingueneau (2008 [1984]) vai chamar esse local propício à análise de *espaço discursivo.* Essa restrição do objeto permite circunscrever determinadas relações dentro do campo. No caso específico da análise do PC, privilegiaremos as interrelações entre a semântica do humor e a semântica da opinião pública materializada nos comentários.

Ao posicionar o domínio de estudo no espaço discursivo que opera na interseção do discurso sobre o humor e o discurso PC, defendo a hipótese de que essa interseção compreende uma interdependência fundamental para o funcionamento de ambos. Ora, ocasionalmente o discurso sobre o humor funciona por explorar certos temas ou figuras sociais (autoridades, classes e grupos sociais, religião, estereótipos etc.), enquanto que o discurso do PC articula-se pela negação dos discursos que extrapolam o que pode ser dito sobre determinados temas – justamente as bases de sustentação do discurso humorístico. O funcionamento de um é central para a manutenção do outro: o ponto de interseção (seja para explorar, seja para negar, combater) é o que possibilita o funcionamento desses discursos. Trata-se de um contraste que, antes de tudo, é fundamentado na incorporação do outro na sua própria discursividade. Assim, proponho analisar o discurso sobre os limites do humor em sua indissociável discussão, na medida em que essa interseção se inscreve no campo do humor.

1.3 ORGANIZANDO A ANÁLISE

Após introduzir o percurso que me direcionou às questões que se materializam ao longo do trabalho, resta apresentar a estruturação dos capítulos. No capítulo seguinte, “Linguagem do riso e humor”, dedico-me à apresentação da

temática, explorando os contornos históricos e descrevendo os diferentes discursos em torno do humor que circulam na sociedade. O objetivo é compreender não só o funcionamento dos sentidos em torno do humor, mas também o modo como se articulam os discursos sobre piada e PC, analisando, junto aos discursos que circulam na sociedade, algumas das teorias dedicadas a tais "conceitos".

No capítulo três, "Comentário e autoria", inicio descrevendo o funcionamento dos comentários produzido em ambientes virtuais, mais precisamente na parte dos comentários localizados ao final das colunas de dois dos maiores jornais eletrônicos brasileiros (*Estadão* e *Folha*[8]*,* doravante EST e FLH, respectivamente) e também dois dos maiores jornais franceses (*Le Monde* e *Le Figaro*[9]*,* a partir de agora, LM e FIG, respectivamente). Assumo os seguintes critérios de escolha: tem de ser apresentar um formato de jornal no suporte eletrônico, isto é, não publica traduções, como, por exemplo, o portal de noticias *G1*, mas somente colunas produzidas internamente. Esse critério foi estabelecido tão somente para alinhar o formato com os jornais franceses. Além disso, há o fator difusão, isto é, os jornais mais lidos, no meio virtual, em cada país: parto da hipótese de que quanto maior é o alcance desses jornais, maior é a possibilidade de acesso e participação do publico-leitor. Em seguida, analiso a questão da autoria como plano representativo do ato de comentar, mais precisamente em relação à questão da responsabilidade jurídica – uma alusão semelhante ao que ocorre no caso da liberdade de expressão tão comum nas controvérsias sobre o humor).

No quarto capítulo, intitulado "Descrevendo caso a caso", inicio a descrição dos casos que compõem o *corpus*, detendo-me nas particularidades que compõem os discursos em cada controvérsia. Para tanto, parto da análise do funcionamento histórico do caso *Charlie Hebdo*, admitindo que a compreensão das determinações históricas são centrais para compreender o caráter difuso do debate

[8] Os jornais escolhidos não são os sites de notícias mais acessados, mas os jornais impressos que, em meio virtual, são os mais acessados e com maior número de comentários em colunas. O portal G1, da central globo de jornalismo é, de fato o portal de notícias brasileiro mais acessado. Porém, apesar da relação com o jornal *O Globo*, apresenta um formato do site que prioriza o formato televisivo. Talvez o motivo de maior interatividade com o público.

[9] Na verdade, o jornal francês mais lido na França é o *Le Parisien*. No entanto, apesar de apresentar um grande dossiê sobre a controvérsia em torno do caso CH, o jornal não apresenta um espaço destinado aos comentários após as colunas. Por esse motivo, o jornal foi descartado da análise. Por fim, sublinho que os dois jornais selecionados apresentam linhas editoriais distintas: o FIG, centro-direita opõe-se ao LM, considerado menos conservador, mais centro.

discutido em solo francês – o que não ocorre no caso Rafinha Bastos desenvolvido no Brasil, por exemplo.

No quarto capítulo, dedico-me finalmente à análise do *corpus*. Inicialmente discuto o conceito de "polêmica" em Maingueneau, sublinhando as duas principais regularidades discursivas em torno dos debates desenvolvidos tanto no Brasil quanto na França: a leitura do Outro a partir de si (o simulacro) e o ato de definir e/ou limitar o que (não) é humor. Na sequência, discuto a relação entre moral, como defende Paveau, e o funcionamento do PC no discurso sobre o humor. O objetivo é analisar o modo como os sentidos estão atravessados por ordens distintas (sobretudo, jurídicas e morais) e, por sua vez, estão na base do funcionamento das duas regularidades discursivas que acabei de mencionar.

Por fim, a conclusão, momento em que retomarei as teses e hipóteses apresentadas e discutidas ao longo do texto.

2 A LINGUAGEM DO RISO E DO HUMOR

> Nas etapas primitivas, dentro de um regime social que não conhecia ainda nem classes nem estado, os aspectos sérios e cômicos da divindade, do mundo e do homem eram, segundo todos os indícios, igualmente separados e igualmente, poderíamos dizer, "oficiais". Essa característica persiste às vezes em alguns ritos de épocas posteriores. Assim, por exemplo, no primitivo Estado romano, durante a cerimônia do triunfo, celebrava-se e escarnecia-se o vencedor em igual proporção; do mesmo modo durante os funerais chorava-se (ou celebrava-se) e ridicularizava-se o defunto. Mas quando se estabelece o regime de classes e de Estado, torna-se impossível outorgar direitos iguais a ambos os aspectos, de modo que as formas cômicas – algumas mais cedo, outras mais tarde – adquirem um caráter não-oficial, seu sentido modifica-se, eles complicam-se e aprofundam-se, para transformarem-se finalmente nas formas fundamentais de expressão da sensação popular do mundo, da cultura popular.
>
> (Mikhail Bakhtin, em "A cultura popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais", p.5)

Agredir. Desobedecer. Exceder. Historicamente o humor tem como um de suas características a transgressão, isto é, ir de encontro às condutas de boa convivência partilhadas socialmente. Segundo Charaudeau (2015), o fato de ser transgressivo pode ocasionar o reforço da própria norma transgredida. O autor ainda acrescenta uma segunda caracterização: o humor é possivelmente subversivo. De fato, o humor pode perturbar a ordem social, criar confusão, por vezes, revolucionar (no sentido de impor uma reflexão sobre o convívio humano ou no modo de ver e definir as relações sociais). É também possível defender que ambas atribuições podem não ser observados em determinado contexto social, o que nos leva a admitir que o modo como o humor será interpretado depende do contexto sócio-histórico em que ele se apresenta: aquilo que é banalizado em determinada época pode chocar em outra (ou o contrário).

Bakhtin defende que algumas das características do humor são observadas na literatura: essa é marcada pelas paródias, como a *Coena Cypriani*, escrita entre os séculos V e VII, que parodiou a história sagrada desde Adão até Cristo; ou como os *Joca monachorum*, paródia escrita entre os séculos VI e VII, que explora uma série de perguntas cômicas sobre temas bíblicos, "uma espécie de catecismo jocoso" (BAKHTIN, 1987, p. 72). Contudo, Bakhtin afirma que, apesar

dessas paródias apresentarem "*todas as formas de comportamento sério em relação ao mundo*" (BAKHTIN, 1987, p.73), os parodistas não recuaram. Além das liturgias (a "Liturgia dos Bêbados", a "Liturgia dos Jogadores", a "Liturgia do dinheiro" etc.), evangelhos ("O Evangelho dos beberrões", "O Evangelho de um estudante parisiense" etc.), paródias de textos jurídicos, testamentos paródicos ('Testamento do porco", "Testamento do asno"), epitáfios paródicos, havia, sobretudo, paródias das orações (*Patter Noster, Ave Maria, Credo* etc.).

Nesse último cenário, Bakhtin apresenta algumas das transgressões das obras do escritor francês François Rabelais, como as últimas palavras de Cristo na Cruz: *Sitio* (Tenho sede) e *Consummatum est* (Tudo está consumado) transformadas em gulodice, ou ainda *Venite apotemus* (Vinde beber) em vez de *Venite adoremos* (Vinde prosternar-vos) em relação à embriaguez. Chama a atenção outro exemplo também observado na obra de Rabelais, a frase latina proferida pelo personagem frei Jean: "*Ad formam nasi cognoscitur **'ad te levavi"*** ("pela forma do nariz saberás [como] 'me elevei até a ti'"). Segundo Bakhtin, a primeira parte de frase alude a um estereótipo difundido na época (e partilhado pelos médicos) que atribui correspondência entre o tamanho do nariz e o tamanho do falo em alusão à virilidade. A parte do enunciado em destaque refere-se ao começo de um Salmo (CXXII, 10) que adquire uma significação obscena, sobretudo pelo fato de a última sílaba da citação "*vi*", que, por analogia fonética, pode ser tomada pelo nome do falo. Segundo Bakhtin:

> Existia na França uma litania paródica inteira sobre os textos da Sagrada Escritura e das orações que começavam pela negação latina *Ne*, por exemplo, *Ne advertas* (Não te voltes), *Ne revoces* (Não relembres), etc. Essa litania chamava-se *Nom de tous les nez* (Nome de todos os narizes). Ela começava pelas palavras *Ne reminiscaris delicta nostra* (o que quer dizer "não te lembres dos nossos pecados"). Essa antífona retornava no começo e no fim dos sete salmos da penitência e estava ligada aos fundamentos da doutrina e do culto cristãos. Encontra-se em Rabelais uma alusão a essa litania (Liv. II, cap. I): ele diz, falando de pessoas que tem nariz monstruoso, "sobre os quais está escrito: *Ne reminiscaris*". (BAKHTIN, 1987, p.75)

Mais do que transgredir as barreiras do mundo feudal, o autor defende que a cultura cômica da Idade Média, mais precisamente nas últimas décadas e observadas através da literatura, "atesta a sensação excepcionalmente clara de uma grande fronteira histórica, da mudança radical de época, da alternância das fases

históricas" (BAKHTIN, 1987, p. 85). Segundo sua pesquisa, os traços distintivos do riso medieval caracterizaram uma época em que a linguagem do riso era regida pela ambivalência: inadmissível e essencial, não-oficial e permitida. Determinada pelo domínio do pensamento da época, essa linguagem reproduz a contradição que rangia no cerne dos jogos sociais do mundo feudal. E o seu ápice é o interesse central observado por Bakhtin na obra de Rabelais no século XVI.

Com a instauração de um novo regime, a monarquia absolutista, alteram-se as regras sociais. Surgem novas regras, uma nova cultura que influenciaria a linguagem do riso. Distinto do funcionamento da época de domínio da Igreja e das relações cotidianas do feudalismo, forja-se uma nova cultura dominante. O que não significa que a linguagem do riso desaparece, mas transforma-se:

> Essa tradição não desaparece, ela continua a viver e a lutar por seu direito à existência, tanto nos gêneros canônicos inferiores (comédia, sátira, fábula) como principalmente nos gêneros não-canônicos (o romance, a forma particular do diálogo de costumes, os gêneros burlescos, etc.). Todos esses gêneros adquiriram em grau mais ou menos elevado um caráter *oposicionista*, o que permitiu que a tradição grotesca penetrasse neles. (BAKHTIN, 1987, p. 88)

No entanto, o universalismo, um dos traços da linguagem do riso já mencionados anteriormente, vai perdendo espaço para o que o Bakhtin vai descrever como a popularização do método histórico-alegórico. Os atos humorísticos são gradativamente direcionados às personalidades do reino. A zombaria deixa de ter como objeto as figuras universais, o banal, o medíocre e o cotidiano, e transmutam-se para um cômico de descoberta de personalidades, mais precisamente aos lugares sociais de conhecimento geral na sociedade. Em suma, a reorganização das ordens sociais modificou também a tradição cômica.

Ao versar sobre a cultura do riso detendo-se, em grande parte da análise, antes dessa mudança de paradigma, a obra de Bakhtin (1987) permite uma aproximação com o domínio discursivo do humor, especialmente em virtude do valor que dá ao termo "linguagem do riso". Os traços distintivos do riso apresentados por essa linguagem (o universalismo, a liberdade e a sua relação com a verdade popular não-oficial[10]) se inter-relacionam com alguns dos aspectos discutidos sobre o

[10] Observados durante a Idade Média, os traços distintivos do riso a que se refere Bakhtin caracterizam-se, respectivamente, pela abrangência e impregnação da linguagem do riso no

domínio do humor no início do século XXI (a saber, as “verdades” populares, os estereótipos, a possibilidade de dizer tudo sobre tudo e todos ao mesmo tempo que há uma suposta incompatibilidade de utilizar certas temáticas como base do humor etc.). Sobre esse acontecimento, considero que a guinada tecnológica e a consequente globalização articulada pelos meios de comunicação possibilitaram que o debate sobre os limites da prática humorística ganhasse um notoriedade nunca antes observada.

É verdade que a linguagem do riso de que trata o autor é a que se opunha ao sério, à linguagem oficial que regia as relações sociais (castas) da sociedade medieval. A linguagem do riso era mais que uma paródia, era a possibilidade de retratar um “mundo às avessas”, a possibilidade de ultrapassar os limites estabelecidos pelas convenções sociais que enfraqueceram no fim da Idade Média – momento em que a cultura cômica começa “a penetrar em todas as esferas da vida ideológica” (BAKHTIN, 1987, p. 84). Portanto, a linguagem do riso da Idade Média se distingue (apesar das pontuais influências) da linguagem da tradição clássica (as comédias, as sátiras etc.) sustentada por um ambiente de valorização da retórica.

No entanto, além das considerações aventadas por Bakhtin, considero importante retomar as discussões em torno dos limites do humor construídas durante a Antiguidade. É o que se nota na obra de Cícero, “De oratore”, em que o autor cita as teorias do segundo livro da Poética de Aristóteles – obra que se perdera –, como afirmam Bremmer e Roodenburg (2000):

> Citações e trechos destas e outras obras de Aristóteles e de sua escola peripatética mostram que, na discussão sobre o humor em De oratore (Do orador – 2.216-90), Cícero adotou esta tradição, embora, seguramente de forma indireta e transformada pelas ideias romanas. (BREMMER; ROODENBURG, 2000, p. 17)

Segundo os autores, trata-se de uma das primeiras análises sistemática sobre o humor, e que será adotada séculos depois por Quintiliano. Mais adiante os autores sublinham as afirmações de Cícero em relação ao humor:

---

ambiente familiar, entre clérigos, bem como nos domínios do alto escalão da sociedade medieval; o caráter extra-oficial, porém legalizado, que conferiam uma liberdade efêmera, senão utópica em tempos de rituais cômicos das festas; além da exaltação de uma *verdade* não-oficial como uma vitória efêmera sobre o medo, o temível e a opressão que se impunham durante o mundo feudal.

> Cícero é também uma importante fonte do vocabulário romano de humor. Embora os romanos tenham usado os vários termos sem muita coerência, é possível fazer alguma diferenciação. Por exemplo, facetiae, "dito espirituoso" ou "piada", normalmente contrasta com gravitas, "gravidade", "respeitabilidade" (2.262, 3.30), ao passo que o menos elegante jocus, que Quintiliano opõe a serium (6.3.21), significa "piada" e também "zombaria". Cícero também faz distinção entre "graça do conteúdo", contar casos ou histórias pitorescoas, e a "graça da forma", a criação de comentário engraçados e trocadilhos (2.244, 247). O humor de boa qualidade conhece seus limites e evita a todo custo a imitação e as atitudes de mímicos e bufões (2.244, 247). (BREMMER; ROODENBURG, 2000, p. 17-18)

Segundo os autores, a obra de Cícero abre discussões sobre os limites do humor, do que se pode (ou não) rir ou o que é ou não risível. Uma discussão que atravessa os estudos no período da renascença e início da idade moderna como observa Bakhtin. Contudo, os autores advertem que os debates sobre os limites do risível estavam preocupados em advertir e aconselhar o público em relação ao humor quando destinado a determinados grupos sociais. Com efeito, o que se vê na atualidade é o fato de que muito do que vem sendo discutido sobre a temática do humor retoma antigas reflexões sobre o riso.

No entanto, apesar da constatação de que as tentativas de impor limites transfiguram-se e adaptam-se a diferentes contextos sócio-históricos, é fundamental observar a permanência das imposições de um discurso dominante: na Antiguidade, os filósofos e retóricos assumiram esse posto, no período medieval, os monges e teólogos respondiam pelo discurso institucionalizado da Igreja, articulando leis (e punições) em torno do próprio ato de rir – é o momento dos "manuais de civilidade". Durante o período histórico conhecido como Idade Média, época em que não há a valorização dos direitos individuais, o cômico, uma prática não oficial, ganha espaço em festas populares, momento em que as relações de poder que marcaram o período eram, momentaneamente, suspensas. Na idade moderna, por sua vez, a interdição parece dar lugar à exploração de incipientes campos de pesquisa, como afirmam Bremmer e Roodenburg (2000): "Era de se esperar que nos tempos modernos psicólogos e sociólogos ficassem em primeiro plano, sendo o estudo de Freud o exemplo mais largamente reconhecido desta tendência." (BREMMER; ROODENBURG, 2000, p. 21). Com efeito, esse movimento é registrado na história do humor, embora não o trate com detalhes nesse momento, na medida em que realizei essa leitura mais detida durante a dissertação de mestrado (SOUZA, 2013).

Por fim, uma advertência: o percurso realizado até aqui não compreende uma busca pela origem das causas de um dado litígio, ou mesmo uma abordagem teleológica, mas uma tentativa de pôr em relação diferentes momentos históricos (e suas consequentes particularidades), descrevê-los, relacioná-los com um objeto de análise situado na contemporaneidade. Nesse momento, limito-me a reunir, com certa curiosidade e interesse na caracterização do objeto, etapas anteriores que respaldariam certo desacordo com comportamentos "além dos limites" em relação ao ato humorístico, mas que se inter-relacionam com alguns posicionamentos construídos nas primeiras décadas do século XXI. O que retém minha atenção é a tentativa de aproximar os diferentes modos de se relacionar com a cultura do humor e do riso em alguns momentos na história e, ao mesmo tempo, observar, mesmo que sumariamente, os traços que contribuíram para a composição desse domínio e o inseparável debate sobre os seus limites temáticos, de modo que o ato de comentar tenha um ponto de ancoragem na história.

2.1 AFINAL, O QUE É UMA PIADA?

Vera Lúcia Natale (1999), em sua pesquisa de mestrado sobre o campo semântico do riso, constatou que há 33 termos que convergem semanticamente em torno do riso. São eles: absurdo, alegria, anedota, blague, bufonaria, burlesco, caçoada, casquinada, chacota, chiste, comédia, engraçado, escárnio, farsa, galhofa, gargalhada, gozado, hilaridade, humor, ironia, jocosidade, ludíbrio, mofa, palhaçada, paródia, piada, picaresco, pilhéria, sarcasmo, sátira, sorriso, troça, zombaria. Embora não recorra ao mesmo processo em relação à piada, considero que o caráter semanticamente diversificado na caracterização da piada merece uma análise do se funcionamento no plano discursivo[11], na medida em que qualquer enunciado dito humorístico é rotulado como piada. Diante disso, arrisco analisar alguns casos para maturar o meu posicionamento.

Em 2008, o recém eleito presidente norte-americano Barack Obama foi o mote de uma piada durante o programa de David Letterman. O entrevistado, Don Rickles, que "praticamente inventou o estilo de humor descarado, politicamente

[11] Há um belo trabalho sobre o funcionamento das piadas desenvolvido por Possenti (1998) e que trata dessa questão com maior detalhamento.

incorreto, que é o alimento de tantos comediantes hoje", como menciona logo abaixo o colunista Eugene Robinson, conta uma piada em que representa o presidente Obama a partir de um estereótipo segundo o qual todos os negros norte-americanos jogam basquete. Observo o modo como o fato é descrito no próprio texto.

> *Barack Obama's election victory may have been good for the country, but it's been awful for **comedians**. Just ask poor Don Rickles. He was absolutely killing the audience on David Letterman's show the other night with his trademark scorched-earth put-downs. Rickles seemed at the top of his game -- until he tried to tell a **joke** about the new president-elect. Not even a well-timed rimshot from the band could have saved him. It was just a quick bit in which he imagined Obama, faced with his first international crisis, telling his advisers he couldn't be interrupted because he was busy playing basketball. The **joke** bombed. Rickles's attempts to save the **gag** only made things worse, and he quickly moved on after pointing out that it was just a basketball **joke** "that I should have never done." As I said, poor Don Rickles. After all, he practically invented the in-your-face, **politically incorrect style of humor** that is so many comedians' meal tickets these days. It must have been galling to have to sheepishly disavow a **joke** that was so inoffensive compared with the rest of his oeuvre*[12]. (Grifo meu)

Nesse artigo, intitulado "*Comedy Tomorrow, History Tonight*", observo o modo difuso e abrangente de utilização do significante "*joke*" (piada) para referir-se e caracterizar um ato humorístico. Minha hipótese é que não há uma tentativa de esgotar o sentido do ato humorístico, haja vista que os enunciados de Rickles se encaixariam nas características de uma piada enquanto um gênero humorístico específico (a brevidade, a quebra de expectativa, a utilização de um alvo-personagem etc.), mas um automatismo do discurso humorístico que, tomado em

[12] A vitória eleitoral de Barack Obama pode ter sido bom para o país, mas tem sido terrível para os comediantes. Basta perguntar ao pobre Don Rickles. Ele absolutamente matou o público outra noite no show de David Letterman com sua marca registrada de humilhações. Rickles parecia no topo de seu jogo - até que ele tentou uma **piada** sobre o novo presidente eleito. Nem mesmo um "rimshot"[12] bem-cronometrada da banda poderia tê-lo salvo. Foi em um breve instante em que ele imaginou Obama, diante de sua primeira crise internacional, dizendo aos seus conselheiros que não podia ser interrompido porque ele estava ocupado jogando basquete. A piada foi bombardeada. As tentativas de Rickles para salvar a mordaça só pioraram as coisas, e ele rapidamente tentou mudar o rumo das coisas ao recordar que era apenas uma **brincadeira** de basquete "que eu nunca deveria ter feito." Como eu disse, pobre Don Rickles. Afinal, ele praticamente inventou o "in-your-face", estilo **politicamente incorreto** de humor que é bastante comum a muitos comediantes nos dias de hoje. Deve ter sido irritante ter que negar timidamente uma **piada** que era tão inofensiva em comparação com o resto da sua obra. (Grifo meu) (Tradução minha)

sua evidência, desconsidera um comentário, uma brincadeira, uma ironia etc., rotulando-os sumariamente como piadas.

Há outro acontecimento polêmico que quero comentar brevemente, uma vez que me dedicarei a uma análise mais detalhada no capítulo 4. Trata-se de um episódio em que o então presidente da França, François Hollande, enuncia, em tom de humor, o retorno do então ministro Manuel Valls da Argélia (ex-colônia francesa com quem a França ainda hoje não mantém uma boa relação). A declaração do ex-presidente francês foi relatado na França pelo portal do jornal *L'Observatoire de Paris*, e, logo na sequência, no Brasil, pelo portal *G1*[13] do Portal *Globo.com* assim respectivamente apresentadas abaixo:

> *"Incident regrettable", "dérapage verbal", voire "nausée": une boutade du président François Hollande sur la sécurité en Algérie suscite la polémique, dimanche 22 décembre. Le chef de l'Etat, habitué des plaisanteries, a dû exprimer dimanche ses "sincères regrets", pour avoir déclaré le 16 décembre sur le ton de l'humour devant le Conseil représentatif des institutions juives de France (Crif), qui fêtait ses 70 ans, que le ministre de l'Intérieur, ManuelValls, était rentré d'Algérie "sain et sauf". "C'est déjà beaucoup", avait-il ajouté. La boutade n'avait trouvé que peu d'écho jusqu'à une réaction officielle de l'Algérie samedi soir. Le ministre des Affaires étrangères algérien Ramtane Lamamra a estimé que la plaisanterie était un "incident regrettable" et une "moins-value" pour les liens entre les deux pays*.[14] [15] (Grifo meu)

> O presidente francês, François Hollande, provocou um incidente diplomático com a Argélia, ao declarar, em **tom de brincadeira**, que "já era o suficiente" que o Ministro francês do Interior tivesse voltado "são e salvo" de uma visita a esse país do norte da África. A **declaração polêmica** data de 16 de dezembro, quando o presidente afirmou, diante do Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF), que o ministro Manuel Valls tinha retornado "são e salvo" da Argélia. **Fazendo graça**, Hollande

[13] A matéria publicada no site brasileiro foi originalmente publicada no site *Reuters.com*, sob o título "French president "regrets" quip on Algerian security", sendo aparentemente traduzida pelo site brasileiro. As notícias veiculadas no Brasil que apresentaram maior detalhamento sobre esse acontecimento recorriam a matérias norte-americanas e/ou francesas, praticamente traduzindo-as.

[14] "Incidente lamentável", "derrapagem verbal" ou "de dar náuseas": uma **piada** do presidente François Hollande sobre a segurança na Argélia gera polêmica, domingo 22 de dezembro. O chefe de Estado, habituado a fazer **piadas**, manifestou domingo seu "sincero pesar" pelas declaração em **tom de humor**, do dia 16 de dezembro, diante do Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF), que celebrava seus 70 anos de fundação, ao afirmar que o ministro do Interior, Manuel Valls, tinha retornado ileso da Argélia. "Já é muito", afirmou. A piada tinha encontrado pouco eco até a reação oficial da Argélia na noite de sábado. O ministro dos Negócios Estrangeiros argelino, Ramtane Lamamra, disse que a **piada** era um "lamentável incidente" e uma "enfraquecimento" das ligações entre os dois países. (Grifo meu) (Tradução minha)

[15] Disponível em: http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/20131222.OBS0439/une-boutade-de-hollande-sur-la-securite-en-algerie-fait-polemique.html

> acrescentou: "já é o suficiente". Ao comentar a frase que, inicialmente, passou despercebida, o governo argelino afirmou no sábado que foi um "incidente lamentável"[16]. (Grifo meu)

Se analisarmos as reportagens sobre a fala do ex-presidente francês, observa-se que, assim como na reportagem sobre o ex-presidente Obama, as notícias estão centradas menos na discussão do que no próprio modo como elas são apresentadas. A começar pelos títulos das matérias: "Presidente francês provoca incidente diplomático com **piada** sobre Argélia" e "***Une boutade** de Hollande sur la sécurité en Algérie suscite un tollé*". Em ambos os casos, o comentário do presidente francês é classificado como um ato de humor: representado, respectivamente, pelo uso do sema "piada", no primeiro caso; e, no segundo, pela expressão *une boutade*[17]. Se observadas isoladamente, "piada" resume, de forma abrangente, um ato humorístico; a expressão *une boutade*, por sua vez, pode assumir inúmeros significados, como vimos anteriormente. Entretanto, não há dúvida que o enunciado do presidente francês é interpretado como um ato humorístico: as próprias matérias praticamente operam com uma regularidade do enunciado de Hollande a partir de diferentes registros: "tom de brincadeira", "Fazendo graça", "*plaisanteries*", "*ton de l'humour*", mas também resumindo-o a uma "declaração polêmica", como no caso do portal *O Globo*.[18]

Talvez seja justo dizer que, por se tratar de uma tradução, uma suposta análise não deveria versar sobre a publicação brasileira e o uso da palavra "piada", mas sobre o uso na versão americana publicada no site *Reuters.com* "*French president 'regrets' **quip** on Algerian security*". No entanto, também nesse caso, as possíveis interpretações da palavra "*quip*" se aproximam das interpretações do uso francês de "*boutade*": gracejo, dito espirituoso, piada etc. Esse argumento nada acrescentava à análise, uma vez que o campo semântico que é construído em torno do enunciado de Hollande é reformulado ao longo do texto, não apenas na manchete. E com a versão inglesa não é diferente. O modo distinto como o enunciado de Hollande é descrito ao longo da matéria reafirma o problema central

[16] Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/pres idente-frances-provoca-incidente-diplomatico-com-piada-sobre-argelia.html.
[17] Gracejo, dito espirituoso, piada.
[18] A matéria publicada no site brasileiro foi originalmente publicada no site *Reuters.com*, sob o título "*French president "regrets" quip on Algerian security*", sendo aparentemente traduzida pelo site brasileiro. As notícias veiculadas no Brasil que apresentaram maior detalhamento sobre esse acontecimento recorriam a matérias norte-americanas e/ou francesas, praticamente traduzindo-as.

desse caso: o que se põe como centro da discussão é a inscrição desse enunciado na temática humorística, um ato de humor sumariamente caracterizado, por exemplo, pelo uso amplo do sema “piada”.

Observado os dois exemplos, é possível admitir “piada” como a um objeto de conhecimento formulado pela linguagem, isto é, o uso do sema “piada” resume uma sequência de outros semas que convergiriam para um mesmo valor simbólico. O sujeito, uma vez que tem apenas domínio sobre a formulação (intradiscurso) do seu dizer, mas não daquilo que o constitui (interdiscurso), apresentará – sobre isso veremos mais adiante – um discurso do saber caracterizado por condições históricas determinadas. Assim, o significante “piada” pode sintetizar tanto um comentário quanto um texto humorístico específico. Em outras palavras, o objeto de conhecimento que o sujeito tenta definir é aquém do seu domínio, é impreciso, desliza – apesar de o sujeito não se dar conta. E o funcionamento dessa imprecisão não é um obstáculo: é exatamente essa inconsistência ocasionada pela incompletude própria do funcionamento da língua que fundamentaria essa análise. Em síntese, não considero proveitoso investir nos significados desse sema, mas na sua circulação, mais precisamente nos efeitos de sentidos em torno do trabalho (uso) desse sema.

Considero outro objeto partilhado pelo mesmo significante: a piada analisada enquanto um objeto teórico. Célia Maria Carcagnolo Gil (1991) defende que a piada é um texto que tem como uma de suas características a ausência de autoria.

> Elas aparecem no interior da coletividade provindas não se sabe de onde, criadas não se sabe por quem, se infiltram pelos meios de comunicação, se espalham por todas as camadas sociais, “fazem sucesso” e terminam por se refugiarem no repertório coletivo. (GIL, 1991, p. 63)

Trata-se de uma observação que pode parecer menos determinante na caracterização do que vem a ser uma piada, mas que é central para compreender possíveis discussões em torno dos efeitos de sentido que esse texto humorístico pode gerar. Afinal, as piadas, na medida em que são atribuídas a um coletivo, a um imaginário fundado em estereótipos partilhados socialmente (que não necessariamente precisam comparecer em um texto humorístico), não apresentam

um responsável pela sua criação. Ao se refugiar em um ambiente coletivo, não há a quem atribuir a autoria do estereótipo mobilizado, como ocorre, por exemplo, com artigos de opinião de jornais. No caso dos textos humorísticos, só é possível responsabilizar o autor por divulgar certos estereótipos.

No século XXI, o modo como as piadas circulam confundem a relação entre autor e leitor. Se, por um lado, esse texto humorístico pode continuar a manter o anonimato, de outro, novas apropriações do que vem a ser uma piada, não necessariamente têm como uma de suas características a ausência do autor. Em outras palavras, a piada, enquanto um texto humorístico, não perdeu uma de suas características *sui generis*, como defende Célia Maria Carcagnolo Gil, mas, sim, alargou sua definição – apesar de não ser uma ocorrência nova –, resultando na discussão em torno do julgamento de um ato humorístico.

Em outro estudo sobre o funcionamento dos chistes[19], Veras (1999) recorre à Milner[20] para observar uma das características frequentemente analisadas em um texto de caráter humorístico:

> De acordo com Jean-Ciaude Milner, os chistes (enquanto jogos de língua) podem ser considerados uma maneira particular de construir paradigmas de exemplos, e com uma vantagem: enquanto o diferencial constitutivo dos paradigmas define-se, de modo geral, em termos de *correção ou aceitabilidade,* no caso dos chistes, valem o *sucesso ou o fracasso* (no caso específico do chiste, como veremos na parte 11 deste trabalho, só vale o sucesso). (VERAS, 1999, p. 35)

Segundo a autora, a dualidade, sucesso ou o fracasso, nos chistes, não está em jogo: o fracasso invalida a existência do próprio chiste. “Resta” o sucesso. Este, porém, é associado ao Outro. Tem-se, assim, outra problematização: até que ponto o ouvinte é responsável por validar um ato humorístico. Sobre isso, a própria autora assevera: “Exigindo o ouvinte, aquele que ri, a formação de um chiste é social: só pode ser experimentada uma vez que se tome parte *em* seu processo, excluindo o observador neutro, que se limitaria a analisá-lo” (VERAS, p. iv). Dessa forma, o ato humorístico é constitutivamente social – uma observação que se

[19] O chiste, apesar de poder ser utilizado tanto como equivalente à “piada”, quanto como um evento mais abrangente de um ato humorístico, é concebido pela autora a partir da forma linguística, uma consideração que a autora sublinha ter sido adotada de Freud. Apesar disso, adotarei, na sequência, o termo “chiste” como um ato humorístico.

[20] A autora refere-se à “J-C Milner. *Introduction à une science du langage.* Paris: Seuil, 1989”.

estende, segundo a autora, àquele que o analisa. Embora Veras não questione os limites do humor, sua afirmação põe em discussão a questão da participação do ouvinte. De fato, na análise do *corpus*, a consideração do riso do outro como confirmação de um ato humorístico será um dos argumentos defendidos por comentadores que veem, na falha, no fracasso de um ato humorístico, a impossibilidade de considera-lo como humor. Esse jogo entre fracasso e sucesso caracteriza um dos debates da controvérsia sobre a prática humorística. No caso do fracasso, destaca-se outro aspecto: o funcionamento do PC.

2.2 MEÇA SUAS PALAVRAS

> Mas o que é, afinal, o Politicamente Correto? É um modo de falar que supostamente não fere os sentimentos de pessoas pertencentes a grupos marginalizados ou desavantajados. Surgiu nos Estados Unidos, um país que tem uma longa tradição de defesa dos direitos humanos, e, paradoxalmente, uma longa tradição de preconceitos: o país de Thomas Jefferson mas também o país da *Ku Klux Klan*.
>
> (Moacyr Scliar, na Introdução do livro "Dicionário do politicamente correto" de Henry Beard e Christopher Cerf*)*

Logo nas primeiras páginas do "Dicionário do politicamente correto", livro de humor escrito pelos humoristas norte-americanos Henry Beard e do também produtor televisivo Christopher Cerf[21], há um texto de apresentação do livro em que o escritor Moacyr Scliar defende sutilmente a possibilidade de se pensar o PC como uma incongruência, um "acaso do destino". Para Scliar, o país reconhecido pela valorização da luta da igualdade de direitos na sua fundação e libertação de seu antigo colonizador é também reconhecido pela existência (no passado e ainda na atualidade) de grupos reacionários, de extrema direita, "nacionalistas" (isto é, anti-imigração) e que defendem a nefasta suposição de uma supremacia branca[22].

[21] Os autores de "*The Official Politically Correct Dictionary*" (1992) são reconhecidos por tematizar a então inicial cultura norte-americana do PC, como no caso de outra de suas obras dedicadas a essa temática "*Sex and Dating: The Official Politically Correct Guide*" (1995). Em ambos os livros, os autores ironizam o a cultura do PC a partir de termos combatidos na sociedade já no início da década de 1990.

[22] Curiosamente, o momento de elaboração da tese compreende o período em que o futuro presidente dos Estados Unidos é reconhecido por representar e defender esses preceitos. Scliar,

Dessa maneira, o PC, em vez de ser lido como uma tentativa de pregar respeito, seria interpretado como um modo de retaliação às próprias liberdades individuais.

Scliar inicia seu texto com a citação de uma das obras de Lewis Carroll, “Alice através do Espelho”:

> “Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom desdenhoso, “ela significa exatamente o que eu quero que signifique – nem mais nem menos.” “A questão é”, disse Alice, “se você pode fazer uma palavra significar tantas coisas diferentes.” “A questão é” disse Humpty Dumpty, “saber quem manda. Isso é tudo.”

Scliar não aprofunda a discussão em torno da citação ao longo do seu texto de apresentação do livro de Beard e Cerf, embora seja possível afirmar que a leitura que o autor faz do fenômeno do PC na linguagem não é dissociada de uma reflexão entre linguagem e história. Ora, o trecho bastante conhecido (sobretudo por linguistas) do diálogo entre Alice e Humpty Dumpty inquieta justamente pelo pensamento circulante do senso comum de que a linguagem é antes um código e que, por sua vez, o sentido a ser decifrado independe de outros fatores, como as condições históricas que possibilitam que esses sentidos sejam uns e não outros. E Scliar parece compreender o fenômeno inseparável no uso da linguagem quando se propõe a questionar as bases históricas de funcionamento do politicamente.

> O Politicamente Correto corresponde, pois, a um determinado cenário histórico. É a expressão da revolta de grupos marginalizados em busca do respeito que merecem; traduz séculos ou milênios de humilhação e de opressão, sutil ou brutal, quando não sanguinária. Que se revista de exagero é apenas compreensível. No futuro, o vocabulário Politicamente Correto será olhado como o testemunho, curioso talvez, de uma fase de rebelião contra o *status quo.* (Moacyr Scliar na Introdução do livro “Dicionário do politicamente correto” de Henry Beard e Christopher Cerf, p. 11)

Nessas primeiras investidas sobre o modo como o PC é interpretado na sociedade, é central mais o modo como a leitura do fenômeno se processa do que a análise do julgamento do próprio fenômeno. Dito de outra forma, interessa sublinhar o interesse do autor em tratar da temática a partir de um viés histórico, como se a

---

apesar de fazer referencia ao passado dos americanos, talvez não desconsiderou a presença desse mesmo funcionamento histórico ainda presente no país.

justificativa para tal ocorrência na linguagem estivesse ancorada num “problema social”. Assim, Scliar defende a relação entre o PC e uma “nova” demanda. É de grande interesse observar esse funcionamento, na medida em que trata-se de um procedimento que não é incomum em interpretações sobre o PC.

Se retomar à tese de Scliar, observa-se que não há incongruência: é necessário considerar que o surgimento do PC nos Estados Unidos confirma a hipótese da resistência dos grupos oprimidos a uma ordem opressora a que estavam submetidos. Tem-se, assim, não necessariamente uma relação de causalidade, mas uma relação de co-ocorrência de fenômenos que se complementam: o funcionamento da opressão e a tentativa de contê-la, superá-la. Há, dessa forma, um ponto insurgente e relevante: o objetivo de conter o fluxo da opressão através da linguagem. É o que é observado no argumento utilizado pelos próprios autores norte-americanos do dicionário do PC:

> Conforme os linguistas Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf suspeitavam já nos anos 40 – e a teoria pós-moderna confirmou – a linguagem não é um mero espelho da sociedade e sim a força maior na construção daquilo que percebemos como “realidade”. (BEARD & CERF, 1994, p. 15-16)

Longe de analisar a tese de que a linguagem influenciaria o modo como percebemos a realidade, considero importante dizer que o título que dá origem a esse capítulo está registrado no “Dicionário do Politicamente Correto” de Beard e Cerf. Ao retomá-lo, de fato, circunscrevo o objeto de análise ao sublinhar o funcionamento de um discurso que se propõe a regimentar/reestruturar a questão do PC na linguagem – um funcionamento aparentemente recorrente em obras dedicadas à temática. Para ilustrar essa regularidade, exploro brevemente outro material: o livro “Politicamente Correto e direitos humanos”, de Queiroz (2004).

Nesse livro – na verdade trata-se de uma coletânea de textos de diferentes autores que se dedicaram a analisar a questão e definida pelos autores como “cartilha” – há dois textos que merecem atenção – curiosamente dois textos que antecedem a obra: o primeiro, uma apresentação da obra, de autoria do então subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cypriano; o segundo, um texto de introdução de autoria do historiador Jaime Pinsky.

No texto de apresentação, Cypriano afirma que

> A ideia do título, “Politicamente correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o intuito de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes. Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos os “outros”. Ao contrário, nesse glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”. (CYPRIANO *apud* QUEIROZ, 2004, p. 11-12)

A expressão “título provocador” sugerido por Cypriano relaciona-se com outro trecho do mesmo texto: “*incentivar o debate, fomentar a reflexão*”. Não há duvidas de que o debate não é propriamente das “*expressões pejorativas*”, como afirma Cypriano. As expressões são assumidas desde já como “*termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos os ‘outros’*”. O pré-construído de que o politicamente incorreto corresponde a um insulto direcionado a alguém, implica que o debate do PC é limitado (e justificado) à existência dos estereótipos, mas precisamente o estereótipo atribuído às pessoas “diferentes”. Cypriano inclusive defende, ironicamente, a possibilidade de que os “diferentes” seriam exatamente aqueles que se propõem a defender o PC.

Na introdução do livro, a autoria muda de mãos: o autor agora é o historiador Jaime Pinsky. Inicialmente o historiador parte do mesmo pressuposto assumido por Cypriano: a pressuposição da existência de estereótipos como fundadores do preconceito.

> Afinal, todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários (...). Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser e algumas atividades bem-definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Quando nos deparamos com uma exceção admitimos que alguém possa ser limpo, apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe (...). Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional. (PINSKY *apud* QUEIROZ, 2004, p. 16)

Apesar de partir do mesmo pressuposto admitido pelo subsecretário, Pinsky não se limita à admissão dos estereótipos como determinante para a

existência do PC e propõe a necessidade de uma retomada à historia – e, por se tratar de um historiador, não poderia ser diferente – como base de compreensão do funcionamento da estereotipia:

> O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), mesmo sem conhecermos, pessoalmente, muito ou mesmo nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. Sabemos (sabemos?) que os mexicanos são preguiçosos porque eles aparecem sempre dormindo embaixo dos seus enormes chapelões enquanto os diligentes americanos cuidam do gado e matam bandidos nos faroestes. (...) Falamos da inferioridade do negro a partir da observação empírica de sua condição socioeconômica. E achamos que as praias do Rio de Janeiro cheias durante os dias de semana são provas do caráter folgado do cidadão carioca. Não nos detemos em analisar a questão um pouco mais a fundo. Não nos interessa estudar o papel que a escravidão teve na formação histórica de nossos negros. (...) O importante é reproduzir, de forma acrítica e boçal, os preconceitos que nos são passados por piadinhas, por tradição familiar, pela religião, pela necessidade de compensar nossa real inferioridade individual por uma pretensa superioridade coletiva que assumimos ao carimbar "o outro" com a marca de qualquer inferioridade. (PINSKY *apud* QUEIROZ, 2004, p. 16-17)

Apesar da obra de Queiroz ter como objetivo apenas definir as expressões ditas pejorativas, funcionando como uma cartilha, isto é, sem investir na análise dessas expressões[23], o texto introdutório de autoria de Pinsky questiona as bases desse pré-construído[24]. Um funcionamento indissociável entre história e linguagem, como observa o historiador:

> Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao "nosso" e ao do "outro", numa atitude que, mais do que autocondescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor, eles são fanáticos; nós acreditamos na lei de deus (o nosso sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas (...) e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião sobre as coisas. (PINSKY *apud* QUEIROZ, 2004, p. 17-18)

---

[23] Para ilustrar o que tenho dito, exponho as duas primeiras definições exploradas pela cartilha:
"**A coisa ficou preta** – A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros.
Africano – Termo relativo à África, aos seus naturais e habitantes. Sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los, em geral, inferiorizando-os." (QUEIROZ, 2004, p. 18)

[24] Apesar de compor o glossário da obra de Queiroz (2004), o texto mencionado foi originalmente publicado quase há uma década no jornal *O Estado de São Paulo* (20/05/1993) e também no livro "Brasileiro(a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito" (1993), da editora Contexto. O texto de introdução foi cedido pelo historiador e professora da USP para publicação do livro da Secretaria dos Direitos Humanos. O que justifica o alcance (e interesse) da análise distintos entre o texto de introdução e o restante da obra.

Esse processo de *interincompreensão* – em que, para um lado, piadas que apresentam um alvo ofendem e, para outros, as piadas não deveriam ter uma limitação sobre o tema – permite afirmar que o problema do PC é também um campo de disputas que não apresentam um único ponto em que se detenha a controvérsia. Ao contrário, a disputa estrutura-se também na interincompreensão do ponto de disputa; isto é, tanto o tema quanto o alvo oscilam como foco de discussão. Trata-se de um funcionamento que se perde em meio à controvérsia.

2.3 O HUMOR E O POLITICAMENTE (IN)CORRETO

> Somos só cartunistas, nada mais do que isso. Mas, sendo simplesmente isso, nós percebemos que às vezes incomodamos as pessoas, criamos problemas para as pessoas, então, é interessante saber porque esses problemas existem.
>
> (Laurent Sourisseau, diretor do semanário *Charlie Hebdo*, em entrevista ao programa brasileiro “Roda Viva Internacional”.)

O debate sobre a recepção do ato humorístico divide-se em duas frentes: de um lado, a relação de solidariedade (partilhamento de ideias) com o humorista; de outro, o contrário, a negação do ato enquanto humor, considerando-o apenas um comentário maldoso, grosseiro – o que resultará no modo como parte do público questionará o fato de o autor do enunciado dito polêmico ser encarado como um humorista. Nesse caso, ocorre, eventualmente, uma denúncia de que se cometeu um abuso: a piada é lida como uma forma de opressão a determinado grupo social ou como um ato de ofensa a um alvo específico, uma pessoa. Entretanto, apesar de direcionada a uma pessoa, como no caso da cantora Wanessa Camargo, há também uma interpretação indissociável de uma ofensa dirigida às mulheres (machismo), bem como, nesse caso, a referência à pedofilia, na medida em que se refere à figura da criança (“Comeria ela e o bebê”, o enunciado destacado como problemático). Nesse debate, estão em funcionamento os tabus, os limites do dizer, a liberdade de expressão. Para Paveau, este último é considerado um “acontecimento discursivo moral”.

> A questão da dimensão moral dos enunciados emerge de um "acontecimento discursivo moral", ou seja, de um conjunto de comentários e reações, em dado grupo ou sociedade, a proposito de dado enunciado. O discurso público é rico nesse tipo de acontecimento, que desencadeia a indignação coletiva, formulada frequentemente em termos morais. (PAVEAU, 2015, p. 25)

Retomarei a questão do funcionamento da moral nesse metadiscurso no capítulo de análise (ver capítulo 5). Nesse momento, interessa observar que, diante desse cenário, por um lado, o humorista declara-se vítima: há uma leitura de que há uma suposta censura que sofre de parte da sociedade (mas também não esquece de sublinhar que há um público que compreende e que se solidariza com a interdição que sofre). A liberdade de expressão será o argumento central utilizado em sua defesa, o meio de legitimar o seu direito de dizer – o que incluiria o direito de fazer piada sobre qualquer assunto, sobre qualquer grupo. O humorista acusado denunciará a existência da prática do PC por parte da sociedade e a condenará.

Do outro lado, o público, heterogêneo, reage a esse ato de vitimização do humorista, também a partir da discussão em torno dos mesmas questões mencionados pelo humorista: a liberdade de expressão (os limites do dizer). Esse duplo movimento, da parte do humorista e departe dos público que não o encara como tal, torna incontornável a análise do modo como esse debate se constrói e, sobretudo, os efeitos de sentido que produz. Isto é, está em discussão não apenas a responsabilidade do humorista, mas também a compreensão de um debate obscuro sobre o que vem a ser o próprio discurso do PC e a associação com a questão da liberdade de expressão. Diante desse cenário, proponho analisar brevemente três casos que, se não tratam diretamente dessa questão, apresentam um caráter similar aos casos que compõem o *corpus* que será analisado mais adiante.

2.3.1 A entrevista de Laurent Sourisseau

Neste primeiro exemplo, trato da fala do diretor do jornal CH, Laurent Sourisseau, em entrevista ao programa "Roda viva Internacional"[25], em julho de 2015 (aproximadamente 6 meses após o atentado ao CH). Após inúmeras perguntas sobre a emboscada em que o entrevistado foi um dos sobreviventes, a imigração e comportamento dos imigrantes em território Francês, além da questão da religião (tema usualmente considerado, em redes sócias, como motivador do atentado), as perguntas voltaram-se para a questão da suposta provocação pelo humor. Um dos participantes do programa, o cartunista Paulo Caruso, fez a seguinte pergunta:

> Eu tenho um desenho que tentei publicar aqui na época do atentado, da primeira edição do *Charlie*, quando ficou claro (...) Eu queria que mostrasse o desenho. (...) O editor olhou e falou: "Ótimo, mas não vamos publicar – porque não queria entrar nessa briga. Eu fiquei com esse sentimento de que, na verdade, era um assunto que passava a ser proibido em função da provocação do fanatismo religioso. E fiz isso numa exposição, colocando o crédito, uma legenda dizendo assim: "O Editor do *Charlie Hebdo* descobre com quantos Maomés se vende uma revista". Minha pergunta é: não foi um preço muito caro, o volinski, toda turma que foi vítima – você também – pela provocação ao fanatismo religioso?

Antes da resposta de Sourisseau, observemos a charge censurada pelo editor do programa "Roda viva" a que Caruso se refere em sua pergunta:

Figura 1 - Charge do cartunista Paulo Caruso publicada no programa "Roda Viva".

[25] Um dos links possíveis de acessar à entrevista na íntegra é https://www.youtube.com/watch ?v=Wzr5DO7nnsQ.

Depois de pensar por breves segundos, Sourisseau responde:

> Nós nunca consideramos que fazíamos uma provocação, porque, antes de tudo, não publicávamos normalmente caricaturas de Maomé. Em 2006, publicamos as caricaturas que foram realizadas na Dinamarca, porque havia uma censura em cima dessas caricaturas, e, por princípio, não queríamos aceitar essa censura[26]. Foi só isso. Mas nós não temos nada a dizer de particular sobre o Islã. As pessoas têm o direito de ser muçulmanas. Por outro lado, nos opomos quando a religião começa a instaurar interdições, começa a querer se imiscuir na vida pública e a proibir todo mundo disto ou daquilo. Foi simplesmente isso que quisemos dizer: não aceitamos que uma religião imponha regras a toda a sociedade. Para nós, isso não é uma provocação. É banal, é o "bê-a-bá" do funcionamento de toda democracia. Não aceito que se diga que fomos provocadores. Reivindicamos o funcionamento bem simples de uma democracia racional, de uma democracia, justamente, que não é dirigida por uma verdade revelada, mas pela razão. É tudo o que pedimos. Não considero isso uma provocação[27].

Sourisseau comenta duas situações: a primeira, afirma que não há uma provocação nas charges do jornal; a segunda, comenta a questão da influência da religião na vida pública como barreira à democracia. No primeiro caso, em sua defesa, afirma que não é comum a publicação de charges direcionadas à figura de Maomé e que, portanto, não existiria uma perseguição à religião islã. Acrescenta que o caso emblemático de censura às charges publicadas na Dinamarca foi uma motivação para o posicionamento assumido pelo semanário. Sourisseau ressalta que, a partir o momento em que uma religião tentou interferir na publicação de charges, esse ato ressoou não apenas como uma censura a um jornal, mas à liberdade de pensar de uma sociedade. Para tanto, enfatiza o funcionamento da democracia: "Reivindicamos o funcionamento bem simples de uma democracia racional, de uma democracia, justamente, que não é dirigida por uma verdade revelada, mas pela razão". Com isso, Sourisseau defende que as charges publicadas no jornal humorístico não são uma provocação, mas um enfrentamento.

Após a resposta, Caruso ainda argumenta que as charges expõem ídolos religiosos, especificamente em contextos sexuais, o que corresponderia a uma provocação:

---

[26] Trato desse fato no capítulo 4.2, em que discuto com maior detalhamento do caso em que o jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* publica doze caricaturas de Maomé com o título "As faces de Maomé".
[27] A tradução foi realizada pelo próprio programa "Roda Viva", observada na legenda que acompanha a fala do diretor francês.

> O que eu sinto é essa conotação sexual carregando na figura dos ídolos religiosos, como na religião católica, na islâmica. Por exemplo, Cristo pregado na cruz, com um prego no sexo, e [com os dizeres] chega de pedofilia nas igrejas. Outras situações: o pai, o filho e o espírito santo praticando sexo grupal. No fundo, é uma provocação aos ícones religiosos.

A fala do cartunista é interrompida pelo questionamento de Augusto Nunes, jornalista e apresentador do programa: “Como estabelecer limites?”. Sourisseau responde:

> Antes de mais nada, há os limites da lei. Na França, há regras para a liberdade de expressão. Tradicionalmente, os tribunais são muito tolerantes com relação a desenhos humorísticos e satíricos. Não por acaso, mas porque consideram que está na tradição francesa; porque consideram também que é uma produção artística e que se deve ser um pouco mais tolerante com essa forma de expressão do que com outras formas de expressão. Se deixarmos de exercer essa liberdade, ela vai desaparecer. Mesmo que possa chocar, eu diria que, por princípio, deve existir. Porque, se não existir mais, o espaço de liberdade encolhe. A gente não se dá conta, mas, se renunciarmos a exercer essa forma de expressão, se ninguém mais exercê-la, de pouco em pouco, o espaço se estreita. E, no fim, não ousamos mais fazer nada. Então, é também por princípio. Acho que é preciso ser sempre um pouco provocador, numa democracia, sabendo bem que não impomos a leitura do *Charlie Hebdo* a todo mundo. Quem não gosta do *Charlie Hebdo*, quem não quer ver essas coisas, é só não comprar que não verá. E pronto.

Sourisseau comenta a possibilidade da censura como pertencente não a um suposto julgamento realizado pela sociedade, mas um julgamento da ordem do judiciário francês. Sua interpretação se situa não só no fato de que a interpretação realizada pelos tribunais franceses são coerentes com a liberdade constitucional prevista para a produção de charges como uma manifestação artístita (“*porque consideram também que é uma produção artística e que se deve ser um pouco mais tolerante com essa forma de expressão do que com outras formas de expressão*”), mas também, e sobretudo, pelo fato de que esse julgamento está associado à memória histórica do sentido de democracia valorizada em solo francês. Para o diretor do semanário, esse princípio é o ponto central capaz de manter o próprio funcionamento (“*Porque, se não existir mais, o espaço de liberdade encolhe*”).

Nesse sentido, a democracia é mantida não necessariamente pelos tribunais, mas pela insistência da provocação sadia (ao sistema democrático) proporcionada pelo ato humorístico ("*Acho que é preciso ser sempre um pouco provocador, numa democracia*"). No funcionamento da controvérsia, contudo, a "provocação" defendida por Sourisseau será lida como uma afronta, uma injúria que merece ser censura, um desrespeito.

Sourisseau retoma seu posicionamento em outros momentos da entrevista, como na resposta ao questionamento do cartunista, Orlando Pedroso, sobre o modo como a mídia brasileira não tem o mesmo comportamento "provocador" que o CH:

> O que a gente teve, especialmente os grandes jornais, foi uma comoção muito grande com relação ao atentado e todo o sofrimento das pessoas e tal. Ao mesmo tempo, os grandes jornais e grandes revistas publicaram as charges que eram publicadas no *Charlie* e que jamais publicariam em suas versões diárias. Por um instante, parece que temos um clima libertário, e, na verdade, tudo acaba voltando ao normal um poquinho (sic) depois. O que...a gente precisa, ou a imprensa precisa sempre ter esse tipo de choque acontecendo... – interrupção de Augusto Antunes com um questionamento direcionado ao próprio Orlando Pedroso: "Você acha que as publicações brasileiras se contém, se censuram (sic) ? – Sim. Existe uma onda conservadora bastante grande acontecendo, e acho que não é só no Brasil. Mas, no Brasil, é bastante grande mesmo. O fato de os jornais publicarem tão abertamente as charges do *Charlie* e defenderem essa liberdade [ao falar "liberdade", Pedroso sinaliza "aspas" com as mãos] cria um certo desconforto para quem trabalha no jornalismo diário. Como que você enxerga isso? A gente teve 8 milhões de tiragens do *Charlie* logo depois do atentado. Essa tiragem vem diminuindo. Você acha que as pessoas se acomodam?

A resposta de Sourisseau é um acréscimo ao posicionamento que o diretor do CH assume em relação à questão da liberdade de expressão :

> Com certeza, na época, muita gente descobriu o "Charlie Hebdo". Nós sempre tivemos um discurso que dizia que reivindicamos uma liberdade enorme nas páginas de nosso jornal, mas não queremos nos impor a todo mundo. As pessoas não são obrigadas a ler "Charlie Hebdo". Não queremos impor ao resto da imprensa o que gostamos de fazer. Então, compreendo que isso pode chocar. Quando as pessoas dizem: "eu sou Charlie", também temos o direito de não ser "Charlie". O pluralismo é isso. Então, ao mesmo tempo, reivindicamos o direito de fazer cartuns o mais livremente possível, mas também não queremos impô-

> los à sociedade toda. É essa nossa concepção de pluralismo. Agora, em 11 de janeiro, quando houve aquela grande manifestação, os franceses saíram as ruas mesmo sem ler o "Charlie Hebdo", porque tiveram a impressão de que esse atentado tocava em algo da república, algo de fundamental, isto é, o direito de fazer o que fazemos, o direito a uma liberdade bastante grande. Acho que sentiram que se atingia algo de profundo na democracia francesa. Mesmo que depois não leiam o "Charlie Hebdo", não tem problema. Creio que saíram às ruas para defender um princípio.

A resposta de Sourisseau se constrói a partir da demarcação de um oponente não declarado em sua fala, uma vez que defende que o pluralismo, ponto forte de uma democracia, é negado por aqueles que querem censurar as charges do jornal. Assim, de um lado, sublinha que o direito de escolha é o tema central de seu posicionamento: a liberdade de produzir seria, então, a mesma observada na escolha de não ler o jornal. Por outro, alerta que a ideia que se tem de liberdade se opõe a um discurso totalitário atribuído ao agressores do Estado Islâmico. Essa interpretação, por sua vez, é construída pela relação que mantém com uma suposta quebra da república que o atentado gerou na memória dos franceses ("*Creio que saíram às ruas para defender um princípio*").

Se, na pergunta de Augusto Antunes discutida anteriormente, há o questionamento sobre os limites, na indagação do cartunista Orlando Pedroso o tema é a questão da liberdade de expressão. No primeiro caso, Sourisseau defende que, em relação aos limites, cabe à justiça francesa julgar. No segundo, afirma que a liberdade é, antes, um princípio, uma tradição francesa. Em seu posicionamento, o foco está menos no que é dito do que no direito de dizer. O debate construído em torno desse evento se estabelece justamente em torno da dupla articulação "limites *versus* liberdade de expressão". Neste cenário, há duas questões a ser consideradas: a primeira, a confusão entre a opinião (isto é, a fala pública) e o "ato humorístico"; a segunda, a falha na interpretação do ato humorístico como mencionado no final da seção 2.1, quando discuti as definições em torno do sema "piada". Este segundo ponto, a questão da falha de um ato humorístico, é um dos argumentos utilizado por Sourisseau ao longo da entrevista. Quando questionado mais uma vez pelo cartunista, Orlando Pedroso, sobre a possibilidade da existência de uma maior cautela na publicação das charges após o atentado ao CH, Sourisseau afirma:

> Talvez, no sentido de que tentamos evitar mal-entendidos, ou seja, que as coisas sejam entendidas equivocadamente. Agora, as pessoas prestam mais atenção em nós. Então, não podemos... O problema de um desenho é quando ele é mal entendido. Então, tentamos fazer com que haja ambiguidade nas coisas. Pois, muitas vezes, entendem os desenhos de tudo quanto é jeito. Ao deixarmos algo nas entrelinhas, as pessoas entendem literalmente. Ao fazermos alusões, nem sempre entendem as alusões corretamente. Assim, às vezes o problema é fazer desenhos que não sejam ambíguos. Mas, quando concebemos exatamente o que vamos fazer, nós fazemos.

Sourisseau não se dá conta da impossibilidade de limitar o sentido das charges a uma leitura coerente com o objetivo pretendido pelo jornal, isto é, alinhar a interpretação do leitor à intenção dos produtores do jornal. A hesitação ("*Então, não podemos*...") e a imprecisão ao falar do leitor ("*muitas vezes, entendem os desenhos de tudo quanto é jeito*...", "*nem sempre entendem as alusões corretamente*") ilustram a fragilidade argumentativa de Sourisseau. A tentativa de evitar "mal-entendidos" defendida por Sourisseau é, com efeito, impossível: a mobilização da memória, do interdiscurso, associada às charges agenciam diferentes sentidos. Os mal-entendidos são, pois, efeitos de sentido possíveis e coerentes com as diferentes filiações e associações estabelecidas por cada leitor. Entretanto, a ambiguidade aventada pelo entrevistado é possível, sobretudo em discursos (assim materializados nas charges) sustentados pela ironia – é o que se nota quando sublinha a existência de um "problema" associado à produção das charges ("*Assim, às vezes o problema é fazer desenhos que não sejam ambíguos*").

Por fim, ao sublinhar que os mal-entendidos nem sempre ocorrem ("*muitas vezes...",* "*nem sempre...*"), Sourisseau deixa entrever a existência de leituras conflitantes das charges: de um lado, a interpretação (correta) daqueles que veem uma crítica sustentada pela ironia, de outro, a compreensão (equivocada) de outros que veem na charge um ato de desrespeito. Mesmo que analisado sumariamente, é possível dizer que os Sourisseau tenta estabelecer uma separação coerente com a controvérsia: é a existência de ideais opostos que caracterizam o debate em torno das charges. Porém, se não faltam bons argumentos para defender a liberdade de expressão e situar a questão dos limites no julgamento das autoridades, não acontece o mesmo quando o assunto é a relação entre os objetivos da publicação e o modo como são interpretados na sociedade.

Esse desacordo é observado por Charaudeau (2015b), quando defende a possibilidade de o ato humorístico ser confundido com a fala pública, na medida em que há o funcionamento da interdiscursividade:

> La parole publique, serait-elle humoristique, est susceptible d'être diversement interprétée, selon les circonstances de sa réception. Elle est le résultat de la mise en regard de ce qui est dit avec ce qui a été déjà dit, et de cette *interdiscursivité* avec le contexte situationnel d'énonciation, permettant de faire les inférences qui mènent à l'enjeu l'acte de communication. C'est le cas dans ce qui est devenu , par l'effet conjugué de ses propos, de l'échos qu'en on fait certains médias, et des diverses interventions des mondes associatif et politique, *l'affaire Dieudonné* [28]. (CHARAUDEAU, 2015b, p. 134-135).

Apesar de tratar de um caso em específico – exatamente o próximo caso que analisarei, o "caso Dieudonné" –, Charaudeau afirma que o efeito do humor e sua recepção caracterizam a disputa pelo sentido. Segundo o autor, trata-se de uma prática afiançada pelo interdiscurso, momento em que há mobilização do político, além da participação fundamental dos meios de comunicação na difusão do ato humorístico. É sobre essa questão – mas sem perder de vista a confusão entre opinião e ato humorístico – que tratarei nos dois casos a seguir.

2.3.2 O caso Dieudonné

Sete dias após o atentado ao semanário CH, o humorista Dieudonné foi processado pelo governo francês, acusado de apologia ao terrorismo. O comediante divulgou, em sua página no *Facebook*, os seguintes dizeres:

[28] A fala pública, se humorística, é susceptível de ser interpretada de forma diferente, dependendo das circunstâncias de sua recepção. É o resultado do confronto do que é dito com o que já foi dito, isto é, do funcionamento da interdiscursividade no contexto situacional da enunciação, permitindo fazer inferências que levam a desafiar o ato de comunicação. Nesse contexto, pelo efeito combinado das palavras, pelos ecos que ressoaram em alguns meios de comunicação, e pelas várias intervenções dos mundos associados ao humor e à política, tem-se o caso Dieudonné. (Tradução minha)

Figura 2 – Postagem de Dieudonné em sua rede social (em seguida apagada pelo humorista), difundida em vários jornais franceses na época.[29]

> "Após essa marcha histórica, que chamaria de...Legendária! Instante mágico semelhante ao "*Big Bang*" que criou o universo! ...ou em uma escala menor (mais local), comparável à coroação de Vercingétorix[30], retorno, enfim, a minha casa. Sei que, essa noite, no que me diz respeito, sinto-me Charlie Coulibaly"
> (Tradução minha).

Ao que parece, tanto os principais jornais do país como a justiça francesa centraram-se nas críticas ao enunciado "*Je me sens Charlie Coulibaly*" em função do efeito de sentido de aliança de Dieudonné em relação ao ato de Coulibaly a partir da leitura de sua "postagem". Nesse enunciado, o humorista agrega o nome Charlie (referência ao jornal que sofreu o atentado) e o sobrenome do terrorista Amedy Coulibaly, que matou uma policial francesa e tomou reféns em um mercado de produtos judeus em Paris. A fala de Dieudonné, que havia horas antes ido à passeata de repúdio ao atentado no CH, gerou discussões em torno da relação humor e grosseria, crime.

O "caso Dieudonné", como é discutido na França, corresponde a mais um episódio polêmico da relação entre limites e liberdade de expressão envolvendo a questão do humor. Para os seus defensores, o francês Dieudonné M'Bala M'Bala – filho de uma francesa e um Camaronês – é um humorista engajado e questionador e, por isso, perseguido pelo governo de François Hollande. Para outros, é um antissemita que aproveita do discurso da liberdade de expressão para disseminar preconceitos e ódio contra os judeus em suas piadas. Não foi difícil encontrar,

[29] Disponível em: http://next.liberation.fr/culture/2015/01/12/je-me-sens-charlie-coulibaly-le-parquet-ouvre-une-enquete-sur-dieudonne_1178936.
[30] Gaulês responsável por liderar o seu povo na revolta gaulesa contra os romanos.

enquanto caminhava pelas ruas de Paris, o rosto de Dieudonné estampado em jornais e revistas francesas em que destacavam a participação de milhares de pessoas nos shows de *stand-up* do humorista, além de descobrir, mais tarde, que ele possuía milhões de inscritos no seu canal no site *Youtube*[31]. Suas piadas foram questionadas pelas autoridades francesas e seus shows foram proibidos pela justiça por zombar do holocausto e a figura dos judeus – as inúmeras condenações já somam multas que ultrapassam 65 mil euros, além dos comentários do então presidente François Hollande e especialmente do ministro do interior, Manuel Valls, quando este afirma que esgotaria os meios legais para proibir os shows de Dieudonné.

Em alguns dos seus shows, Dieudonné ironiza o modo como a narrativa sobre o holocausto foi construída. Do mesmo modo, em algumas das "esquetes" desses shows – muitos ainda disponíveis no *Youtube* –, o humorista arranca risos da plateia ao tratar do modo como o sistema manipularia as pessoas a dar valor a certas tragédias (no caso, o holocausto), e negar outras, como, por exemplo, as guerras atuais sustentadas por motivações financeiras de certos países – é o caso, por exemplo, das esquetes em que defende, de modo sarcástico, que os Estados Unidos se construíram como nação através de guerras e imposições econômicas supostamente planejadas para submeter outras nações.

Além da acusação de antissemitismo e incitação ao ódio racial em seus shows – ponto que retomarei já nas próximas páginas –, Dieudonné tem condenações por criar um gesto, a "*quenelle*": gesto em que se põe uma mão colocada no alto do outro braço que está apontando para baixo para significar "o quão longe" foi a "farsa" do holocausto. Na internet, fotos dessa saudação são facilmente encontradas, inclusive com a participação de militares franceses, o que gerou pronunciamentos das autoridades locais. Basta por o nome do humorista em um buscador na internet que facilmente encontraremos a figura abaixo, ilustrando a *quenelle*:

[31] Tanto as autoridades francesas quanto os principais jornais locais afirmam que o público do canal de Dieudonné é composto, em sua maioria, tanto por jovens franceses brancos de classe média parisiense tanto quanto por jovens imigrantes da periferia da capital do país. Entre os anos de 2014 e 2015, era comum encontrar fotos em que jovens apareciam fazendo a "*quenelle*" ao lado do então ministro do interior, Manuel Valls, sem que o ministro notasse a "brincadeira". É possível acessar o canal do humorista nos site Youtube (https://www.youtube.com/user/iamdieudo4) ou no site do próprio humorista (https://dieudosphere.com).

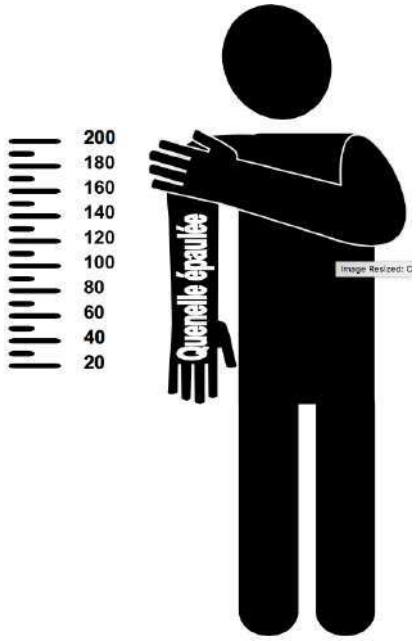

Figura 3 – Ilustração da *quenelle.*[32]

Para as autoridades francesas, o gesto assemelha-se à saudação nazista – uma saudação nazista invertida, mais precisamente –, e os seguidores foram apelidados de "Nazis". Para Dieudonné e seus adeptos, o gesto corresponde a uma "negação do sistema". O humorista, apesar de sustentar o posicionamento contra a narrativa do holocausto, argumenta que o gesto sintetiza uma crítica ao "sistema", o que seria comprovado, segundo o humorista, pelas críticas que faz a diferentes narrativas com motivações políticas no mundo[33]. Nesse sentido, tanto o gesto quanto suas esquetes são, para Dieudonné, uma forma de simbolizar o incômodo que parte da sociedade tem com os desmandos políticos e ideológicos. De fato, essa é a alegação mais comum observada nos comentários em blogs, em sites de vídeos com os shows do humorista e em jornais franceses que noticiaram as declarações da justiça francesa.

Em um dos shows proibidos pela justiça francesa, chamado "O Muro", os jornais franceses afirmaram conter uma série de referências discriminatórias à figura dos judeus – o áudio do show, apesar de disponível no site *Youtube,* não está presente no canal do próprio humorista. Apesar disso, em uma de suas

[32] É possível encontrar a imagem em: https://vnnforum.com/showthread.php?t=171679.
[33] Em seu canal no site *Youtube*, o humorista divulga o seu show em cartaz na França, intitulado "*La politique*".

apresentações em território francês, o tribunal de Nantes sentenciou que o show não compreendia "um ataque à dignidade humana". O veredicto foi comemorado por Dieudonné com os dizeres "*On a gagné*". De modo oposto, uma das organizações judaicas francesas afirmou que a decisão do tribunal foi "lamentável".

O “caso Dieudonné” foi avaliado por Charaudeau (2015b) no livro em que o próprio analista de discurso organiza uma série de artigos sobre um rótulo mais amplo da relação humor-política. Ao tratar especificamente do caso Dieudonné, Charaudeau defende a necessidade de investigar tanto o contexto de enunciação de um ato humorístico considerado polêmico (a situação de enunciação, a opinião do público etc.) quanto o contexto de produção externo ao próprio espetáculo (mais especificamente a situação sociopolítica em que o humor e os humoristas estão inseridos). Charaudeau reúne um *corpus* composto por “esquetes” do humorista, as declarações do próprio Dieudonné fora do espetáculo, e, por sua vez, os comentários gerados a partir dessas declarações.

Com efeito, a relação de cumplicidade com o público, mais especificamente com a opinião pública, como observa Charaudeau (2015b) ao mencionar Freud[34], é a condição de existência do ato humorístico. Diante desse argumento, é possível afirmar que, por um lado, o caso Dieudonné simboliza a aceitação do público em relação aos sentidos que suas piadas supostamente defendem, contestam, julgam etc. Nesse sentido, assemelha-se ao caso Rafinha Bastos, na medida em que ambos julgam que determinadas opiniões públicas – portanto não apenas a deles – sofrem censura, na medida em que há um público que partilha dos mesmos pontos de vista.

Diante dessa interpretação, Charaudeau (2015b) ratifica que o caráter de prazer está associado ao caráter revolucionário supostamente engajado do ato humorístico. Contudo, defende que a oposição ao espírito sério exige um caráter militante – a menção à Chaplin, nesse contexto, é emblemática. Do contrário, corre-se o risco da censura, da fala humorística “désamorcer” – isto é, ser neutralizada. É exatamente essa interpretação observada por aqueles que são contrários, não só à fala de Dieudonné, mas, sobretudo, à qualquer prática humorística respaldada no argumento da liberdade de expressão, quando, pois, ao contrário, cocrreria a difusão de preconceitos, calúnias e injúrias a alvos específicos.

[34] “Compléter mon propre plaisir par l’effet en retour que cet autre produit sur moi." (FREUD *apud* CHARAUDEAU, 2015b, p. 137)

É o que se nota na manifestação realizada no ano de 2009, quando um grupo de judeus belgas (o cartaz é de autoria do UEJB – União dos Estudantes Judeus da Bélgica) tentavam impedir a apresentação de um dos Shows de Dieudonné em solo Belga:

Judeus da Bélgica protestam contra apresentação de dieudonné no país (Foto: AFP)

Figura 4 - Manifestação registrada pelo site *G1.com*[35]

O enunciado observado acima, "*Le negation nis me n'est pas une opinion. C'est un delit*."[36], sintetiza, de acordo com os manifestantes, a discussão entorno da relação liberdade de expressão *versus* crime (limite). Em outras palavras, esse posicionamento vai de encontro ao argumento do grupo opositor, segundo o qual a existência de uma opinião socialmente partilhada deve ser levada em conta; do contrario, haveria a censura. E esse embate registra um funcionamento semelhante às discussões desenvolvidas no Brasil. É o que proponho discutir a seguir a partir de um exemplo registrado no Brasil.

[35]Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1058589-5602,00HUMORISTA+CONTROVERSO+DIEUDONNE+SE+TORNA+SIMBOLO+DO+RADICALISMO+ FRANCES.html.
[36] "A negação não é uma opinião. É uma ofensa." (Tradução minha)

2.3.3 O riso dos Outros

O documentário “O riso dos outros[37]”, exibido pela emissora “TV Câmara”, em 1 de Dezembro de 2012, é um material que agrupa diferentes posições sobre o humor, discutidos, sobretudo, por profissionais que tratam do humor (humoristas, atores, cartunistas etc.). Recolhi alguns comentários sobre a prática humorística que considerei frequentemente semelhantes aos encontrados nas redes sociais:

> Você ri de alguém que caiu na calçada. Isso é engraçado, porque é uma quebra de uma coisa que estava linear e que depois se quebrou. Quebras são engraçadas. Você só ri porque essa pessoa que caiu, primeiro porque ela não morreu, e segundo porque não é você.
> (Mariana Armelinni, atriz).

> O humor dialoga com o preconceito das pessoas. O humor, para se realizar, ele precisa falar a mesma linguagem de todos ali que estão partilhando. Seja o comediante ou o contador de piada, ele precisa partilhar com sua plateia de um repertório de conceitos. Enfim, são pré-conceitos, conceitos prévios. Sem essa partilha, não se realiza o humor. (...) Agora, que sempre vai haver alguém ofendido, sim. A negociação dessa ofensa é que depende do momento histórico. Em alguns momentos históricos, essas ofensas são, sim, passíveis de processo. (...) O discurso humorístico é também um discurso ideológico.
> (Laerte Coutinho, cartunista e chargista).

> As piadas preconceituosas são o primeiro nível do humor. É o humor mais baixo; é o humor mais fácil; é o humor mais raso. Quando você faz uma piada politicamente incorreta, quando você é racista, não está fazendo nada de transgressor. Voce está assinando embaixo da realidade. Você está falando assim: “o mundo é desigual e eu estou rindo disso”.
> (Antônio Prata, escritor).

> A piada preconceituosa, ela se ancora em determinados valores, por definição, preconceitos solidificados na sociedade. É fácil fazer piada com esses estereótipos, porque eles estão prontos pra você. Desmontá-los é muito mais difícil. (...) Não chamar um negro de macaco é simplesmente decência básica humana. Ela não tem a ver com uma suposta opressão linguística.
> (Idelber Avelar, ensaísta e professor de literatura)

> O ataque às minorias é uma regra do humor. Parece que não é possível fazer coisa melhor.
> (André Dalmer, cartunista)

[37] Um dos links possíveis de acessar ao documentário na íntegra: https://www.youtube.com/watch?v=zqlRD3E72sI.

> O humorista não é responsável pelas mazelas da sociedade. Ele está apenas retratando e expressando, à sua maneira, que é aquela que provoca o riso, as mazelas da sociedade. Então não culpem os humoristas por estarem fazendo piadas daquilo que acontece na sociedade. (...) Você precisa saber de que lado você está dessa piada.
> (Hugo Passolo, ator e palhaço)

> Não existe piada sem alvo. Você pode me falar a piada que você quiser, que eu vou encontrar o alvo na sua piada. O alvo pode ser um discurso; o alvo pode ser um objeto; o alvo pode ser uma etnia; o alvo pode ser um país ou o alvo pode ser uma pessoa com nome e rosto conhecidos.
> (Danilo Gentili, comediante)

> A pessoa que quer contestar tudo isso, ela é colocada hoje em dia como alguém que é careta. Enquanto que é realmente o contrário. Eu acho que a gente deveria pensar nessa inversão de sentidos em que foi aplicado essas duas expressões, o politicamente correto e o politicamente incorreto.
> (Ana Maria Gonçalves, escritora)

As sequências acima são recortes dos depoimentos dos participantes do documentário. São falas que aparecem, em grande parte da sequência, em meio a apresentação de shows de *stand-up* – no Brasil e na Argentina – em que os comediantes exploram piadas que tratam de diferentes temas. Portanto, motivadas por diferentes contextos. Em meio a essa sequência de acontecimentos retratados no documentário, os próprios participantes têm sua fala cortada, sendo, em alguns casos, retomadas ao longo da filmagem.

Apesar dos trechos acima não reunirem todas as afirmações dos entrevistados, é possível sintetizar o seguinte posicionamento por parte dos comediantes que se vêm censurados: “só fazemos humor porque o publico ri”. Quatro comediantes materializam esse posicionamento ao longo do documentário – entre eles, Rafinha Bastos, centro de um dos debates que compõe o *corpus* dessa tese. O posicionametno resume, ao mesmo tempo, a justificativa para a utilização de temas variados e, sobretudo, os que envolvem grupos historicamente desprestigiados (mulheres, gays, negros, deficientes etc.), mas também a compreensão de que a aceitação do publico em torno desses temas é uma prova de que o problema não está no tema das piadas, mas no modo como a sociedade

partilha e aceita tais temáticas no dia a dia. O problema é, segundo esses humoristas, o cúmplice: a sociedade.

Porém, há outro posicionamento registrado no documentário: a defesa, de grande parte de outros entrevistados (entre eles, também alguns comediantes), de que a escuta, o publico, não é o termômetro capaz de por fim a esse debate. Com efeito, esse posicionamento merece atenção: afinal, se concebermos o ato humorístico como um diálogo, e não um monólogo, veremos que, em uma piada, a mobilização de um tema – um discurso, na verdade – será mais aceito quanto mais próximo for os ideais partilhados entre aquele que conta a piada e aquele(s) que a escuta(m). Em outras palavras, um ato humorístico não será interpretado negativamente apenas se houver o partilhamento de uma mesma ideologia por parte dos envolvidos nesse ato (contador e escuta). Do contrário, por exemplo, no caso do comediante admitir como comum um cenário em que um negro está em um trabalho socialmente marginalizado, e o seu público não fizer o mesmo, isto é, acionar uma FD que retome uma memória que associe esse cenário ao passado histórico que o sustenta ainda hoje, a piada não terá êxito. Mais que isso: quando isso ocorrer, a prática do humor terá êxito por promover uma reflexão sobre os instrumentos utilizados pelo o humor no contexto histórico em que vivemos – o que não será uma novidade nos diferentes momentos históricos em que o humor foi discutido na sociedade. Na atualidade, essa reflexão passa pelo o discurso do PC.

Ilustro esse funcionamento a partir da entrevista realizada por Danilo Gentili[38], durante um programa de *Talk Show*, ao receber como convidado o humorista Ary Toledo, sendo posteriormente assim divulgada na versão virtual do jornal brasileiro FLH:

> "Você nota que o humor regrediu? Antes se fazia piada de tudo e todo o mundo entendia que aquilo era piada, não era pra ofender. Hoje você tem que tomar cuidado com o que você fala, se não você é linchado... O que que está acontecendo?", colocou Danilo. "É o negócio do 'politicamente correto'. Eu acho que o humorista não deve se preocupar com isso, acho que ele deve se preocupar em levar o riso às pessoas. Esse julgamento do que é ou não politicamente correto tem que deixar para a justiça, se houver processo. Eu nunca tive um processo! Tô esperando um, quem sabe ainda aparece aí!", conjeturou Toledo, que foi preso quatro vezes por suas piadas

[38]Talvez seja justo mencionar que Gentili, assim como seu ex-companheiro de programa humorístico, Rafinha Bastos – autor do enunciado que motivou um dos debates que compõem o *corpus* dessa pesquisa – foi já foi acionado na justiça por acusações de injuria a algumas figuras públicas (desde artistas a políticos). Atualmente o “humorista” é apresentador de um programa de entrevistas em uma das principais redes de televisão de canal aberto do Brasil.

> durante a ditadura militar. "A sorte é que o coronel que me entrevistou era meu fã, mas reclamou que eu ficava trabalhando com os comunistas do Arena —quem trabalhava em teatro pra eles eram todos comunistas, e você sabe: comunista naquela época comia criancinha— hoje é o Rafinha Bastos!", ironiza Ary, fazendo todos gargalharem novamente. Antes de encerrar, a plateia sugere temas para o comediante improvisar uma piada sobre: palmito, 45 anos de casado e Palmeiras Campeão. Toledo tirou de letra. Para saideira, Gentili pede que Ary conte uma piada de 'gay'. "Você percebeu como tá aumentando o número de gays? Eu não entendo, esse bicho não se reproduz, como é que aumenta assim, né,?!", solta Toledo, que tem shows no interior de São Paulo: no dia 9 de maio em Mauá e nos dias 15 e 16 de maio em Ribeirão Preto[39].

Já no início da entrevista é necessário considerar, no posicionamento defendido pelo entrevistador, um funcionamento que me parece bastante comum na avaliação do PC: "*Antes se fazia piada de tudo e todo o mundo entendia que aquilo era piada, não era pra ofender. Hoje você tem que tomar cuidado com o que você fala, se não você é linchado...".* Esse posicionamento defensivo articulado em forma de pergunta ao entrevistado, o já consagrado humorista Ary Toledo, não é casual: se o posicionamento de Gentili aparentemente se desdobra a partir de um questionamento que dá início à sua fala (além da pergunta que encerra sua fala, "O que que está acontecendo?"), há ainda um questionamento anterior a que me refiro, "*Você nota que o humor regrediu?"* – que pode ser reformulado em uma simples afirmação: "*O humor regrediu*".

Essa reformulação é compreendida pelo entrevistado, na medida em que é verificável no posicionamento assumido por Ary Toledo em sua resposta: "*É o negócio do politicamente correto*". Ora, se Gentili admite que algo está acontecendo, ele também assume que há um comportamento em relação ao humor que não se verificara no passado – o argumento baseia-se na afirmação de que "se antes não existiam denúncias, determinado comportamento era aceito e, portanto, hoje, há um tratamento distinto na sociedade". Para Gentili e Ary Toledo, o PC é, portanto, um comportamento comumente observado nos discursos sobre o humor. Mas o que seria o PC como observado pelo entrevistado e pelo entrevistador?

Até o início desse seção dedicada à questão do ato humorístico em relação ao PC, defendi que as discussões sobre os limites do humor contêm uma

---

[39] Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/renatokramer/2015/05/1623634-acho-que-humorista-nao-deve-se-preocupar-com-politicamente-correto-diz-ary-toledo.shtml)

contradição insuperável[40]: o que vai além do domínio das convenções sociais é frequente a base do humor, da linguagem do riso, da cultura cômica. Ora, é verdadeira a afirmação que diz que o humor se desenvolve na possibilidade de contestar as ideias dominantes, de ressignificar a ordem existente, relativizá-la – uma tese recorrente que se encontra em diferentes períodos ao longo da história como já visto no trabalho de Bakhtin. O cerne do problema que se põe, portanto, não é a temática do humor isoladamente, nem mesmo a questão do alvo, se considerado também de forma isolada, mas o modo como diferentes discursos vão de encontro a determinados tabus e práticas sócio-históricas admitidas (ou toleradas?) em determinada sociedade. Assim, a interpretação de que a "piada" ofende um alvo ou se o tema é o fator causador do enfrentamento não são questões a serem analisadas. Sobre essa questão, Charaudeau assevera:

> L'humour, on le sait, est transgressif, parfois subversif. Transgressif, il va contre la norme, contre ce qui apparaît la normalité humaine, une représentation de la vie en société qui construisent les individus afin de se donner l'illusion du bien vivre; mais une transgression au risque de renforcer la norme. Subversif, c'est la norme même qu'il met en cause, qu'il interroge de l'intérieur, dans son fondement ; mais une subversion au risque de nous laisser en suspend. Dans un cas comme dans l'autre, c'est le miroir lisse de la normalité du monde que se brise, ouvrant la porte d'un autre possible qu'on n'ose toujours franchir. Cependant, la transgression, qui peut aller jusqu'à l'outrance, comme le déclarent les humoristes, et particulièrement les dessinateurs ici interviewés, n'est ni bonne ni mauvaise en soi. Il n'est de transgression ni de subversion dans l'absolu. La question est : Qui transgresse quoi, quand et où?[41] (CHARAUDEAU, 2015a, p. 09)

De fato, o ato humorístico é um ato humano, portanto passível de reflexão. Por isso, é também passível de julgamento – nesse caso, no sentido jurídico. O ato de injúria (seja em relação a um grupo social encarado como minoria, seja em relação a uma pessoa) será julgado por meio judiciais apenas se ocorrer o

[40] O mesmo ocorre com grandes polêmicas (o aborto, a pena de morte, a eutanásia etc.): essas são discutidas a partir de ângulos inconciliáveis. Portanto, um funcionamento que não é exclusivo do humor.

[41] O humor, como sabemos, é transgressivo, por vezes subversivo. Transgressivo, por ser contra a norma, contra aquilo que é encarado como normalidade humana, uma representação da vida em sociedade que molda os indivíduos, a fim de dar a ilusão de uma vida boa; porém, é uma transgressão que arrisca fortalecer a norma. Subversivo, pna medida em que põe em jogo a norma, questionada em seu interior, em sua fundação; mas uma subversão que pode nos deixar em suspense. Em ambos os casos, o espelho liso da normalidade do mundo que é quebrado, abrindo a porta de outra possibilidade que ousa atravessar. No entanto, a transgressão, que pode ir até o excesso, como afirmam os comediantes, especialmente os desenhistas aqui entrevistados, não é bom nem má em si mesma. Não há transgressão ou subversão em absoluto. A questão é: quem transgride o quê, quando e onde? (Tradução minha)

registro do ato, na medida em que somente com uma prova será possível analisar e julgar esse ato – um funcionamento semelhante é observado nas redes sociais e nos meios de debate e manifestação de ideias partilhados em meio virtual: a possibilidade de denúncia é um dispositivo posto pelos próprios sites para que o público denuncie abusos[42]. Segundo Paveau, tem-se o funcionamento de uma "virtude discursiva":

> Existe certo número de critérios que, em certa época, lugar e sociedade, definem para os usuários do discurso a aceitabilidade moral de um enunciado. Esses critérios parecem-me decorrer de vários ajustes admitidos: ajustes dos discursos ao mundo, traduzido pela ideia de "verdade" das palavras (no exemplo, o termo *disfunção* não está ajustado àquilo que hoje em dia se admite como a "realidade" da homossexualidade); ajustes dos discursos às memórias discursivas que os informam e possibilitam (o conjunto dos discursos proferidos sobre a homossexualidade constituiu em 2010 uma memória discursiva que impossibilita, pelo menos publicamente, o discurso da homossexualidade como anomalia); ajuste dos discursos às normas de relação com os agentes, admitidas numa sociedade (essa apresentação é considerada nociva ao outro, instituindo no discurso uma relação de estigmatização e rejeição). (PAVEAU, 2015, p. 26)

O contexto de produção das controvérsias comumente discutidas em diferentes sociedades é um dos critérios centrais para a análise desse debate – não é diferente com os metadiscursos produzidos no ambiente eletrônico. A rapidez com que a informação circula (fruto da popularização dos meios de comunicação) auxilia na difusão do discurso do PC. É inegável que nesse funcionamento há uma tentativa de ordenar o real das práticas sociais, ou seja, gerir os limites do convívio no ambiente virtual a partir de práticas (diálogo, debates, mas também injúrias, ofensas etc.) não tão observadas longe do espaço eletrônico. Não é comum encontrar, por exemplo, discussões mais acaloradas durarem tanto tempo como as observadas nas redes sociais. Entretanto, a prática humorística parece não ser organizada por essas polícias discursivas, ao contrário, a ordem do humor parece se articular (e se manter) através dos "discursos proibidos"[43], daquilo que não poderia ser dito.

[42] Trato dessa questão no capítulo em que analiso o funcionamento do comentário em jornais eletrônicos (ver Capítulo 3).

[43] Partirei das pesquisas iniciadas na AD por Possenti (2010) em relação ao humor em que propõe a caracterização do humor enquanto um Campo discursivo.

Ainda segundo Paveau (2015),

> As normas sociais (de polidez e linguagem) e as sociopolíticas (politicamente correto, tabus, censura) são muito menos explícitas do que as normas religiosas e jurídicas, porque pertencem ao mesmo tempo a um *corpus* de textos normativos e ao conhecimento implícito. Trata-se, porém, realmente de normas, uma vez que sua transgressão é passível de condenações sociais, tais como estigmatização ou a exclusão, ou então de condenações morais, como o julgamento. (PAVEAU, 2015, p. 158)

Sobre o funcionamento das normas sociais, tratarei no capítulo 3 quando analiso a carta de regras (*Charte de modération et d'animation des débats*) do jornal francês FIG em que é possível encontrar as "*12 qualités des commentaires du Figaro*". Semelhantes funcionamentos são encontrados nos próprios exemplos analisados por Paveau em relação ao ambiente virtual: o manual do site do *Yahoo!*, as "regras de boa conduta" do fórum *Aufeminin.com,* o "Manual dos Blogs e regras de conduta" do site *Monde.fr,* entre outros. No que diz respeito ao PC, afirma que se trata de uma moral sociopolítica. Em outras palavras, defende que o PC é uma prática moral que teria nascido entre os anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos, corresponderia a um metadiscurso crítico que versava sobre "normas impostas de pensamento" (PAVEAU, 2015, p. 172). Até aquele momento, o sentido corrente era de uma sarcasmo explorado internamente pela esquerda estadunidense para se referir a uma imagem irônica do modo como era caracterizada pela direita. De ironia o termo passou ao sentido negativo, tornando-se referência para os movimentos pelos direitos feministas, dos homossexuais, direitos civis etc. Dessa forma, o interesse pelo léxico ganhou espaço.

> Não faltam exemplos, que são bem conhecidos e se tornaram referencias para caracterizar de modo negativo os partidários do politicamente correto como sucessíveis demais e rígidos do ponto de vista lexical: *lineworker* em vez de *lineman* ("trabalhador da linha de montagem"), *chairperson* ou *chair* em lugar de *chairman* ("presidente"), ou o uso sistemático da expressão *Native Americans* em vez de *Indians*. Portanto, passou-se do metadiscurso para o discurso, do comentário para a prática denotativa. (PAVEAU, 2015, p. 172)

Com efeito, o tema do PC, mais precisamente no âmbito da linguagem, é alvo de inúmeros debates, como demonstram os trabalhos (com posicionamentos favoráveis e contrários ao fenômeno) de Possenti (2002 [1995]), Borges (1996) e

Rajagopalan (2000) – além do de Paveau (2015). No entanto, no campo da sociologia e antropologia, por exemplo, há outra interpretação. De acordo com o antropólogo e cientista político, Luiz Eduardo Soares (1998), o PC abrange os temas da "negociação das diferenças". E acrescenta:

> Politicamente correto não é uma coisa, uma substância, uma gramática autoritária e rígida, passível de descrição abstrata, ou uma nova ética. É o nome vago e controverso de um processo aberto, em construção, tenso e incerto, que funciona como uma gravitação sociológica, impelindo os indivíduos a constantes negociações e renegociações de sentidos e valores. (SOARES, 1998, p. 235).

Em outras palavras, para Soares, o PC pode ser interpretado como o produto de uma tentativa de “abafar” as diferenças sociais frequentemente exploradas no campo do humor (por exemplo, as representações de cor, “raça”, credo, sexualidade etc.), na medida em que, apesar de observarmos as tentativas de por fim à *desigualdade social*, ainda não sabemos como agir diante das diferenças. Para o autor, essa prática pode ser interpretada de três modos:

> (1) trata-se de manifestação do histerismo fanático norteamericano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais"; (2) "trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária"; (3) "trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitário, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável. (SOARES, 1998, p. 220)

O autor ressalta o caráter difuso que o uso do termo “politicamente (in)correto” tem adquirido em diferentes contextos. Contudo, ainda segundo Soares (1998), é necessário pôr em circulação aquilo que vem sendo chamado de PC com o objetivo de estimular "um debate democrático que a sociedade brasileira tem procurado evitar." (SOARES, 1998, p.234). E acrescenta: "O humor mais correto, politicamente, é aquele em que não há restrições à fala, mas sofisticação na escuta" (SOARES, 1998, p.234). Esse posicionamento, no entanto, não suspende a controvérsia entre o humor e o PC em uma interseção em que ambos partilham de um mesmo pressuposto: para um lado, o humor pode se valer da moral em um ato

humorístico, para outro, a “escuta” deve se valer da moral para avaliar um ato em uma sociedade.

Por fim, observo, sumariamente, o posicionamento de Kupermann (2003, p. 152), no campo da psicanálise: “o prazer proporcionado pela transgressão realizada pela piada é, sobretudo, um prazer coletivo, um *prazer político* (...)*”.* Segundo essa leitura, é possível dizer que, na medida em que o PC tenta (uma vez que falha) funcionar como uma regulamentação do humor, há, nessa prática, um desejo sobre o ato de policiar/normatizar o que pode e deve ser dito. Trata-se de uma tese comum às interpretações do campo e que, de certo modo, soma-se ao as primeiras impressões sobre os debates sobre o humor aqui realizadas, embora não seja de interesse, nesse momento, aprofundar esse posicionamento.

O PC é, em sua gênese, uma prática em que a linguagem não erra, a fala é limpa, livre de preconceitos e, portanto, capaz de solucionar os problemas sociais assim atribuídos à linguagem. Nesse sentido, o PC é “uma prática especial de higiene verbal” como assevera D. Cameron (PAVEAU, 2015, p. 174). Ademais, o PC inscreve uma ilusão da neutralidade, isto é, a tentativa de impor limites (não apenas renegociar sentidos e valores, como defende Soares) produz, na verdade, uma falsa impressão de um não-julgamento: se procura sublinhar a face em que defende a manutenção de uma boa convivência social, o PC expõe também as bases do seu processamento, o julgamento moral – justamente o centro de críticas por parte de grupos acusados de extrapolarem limites.

2.4 DISCURSOS *SOBRE* O HUMOR

Na Grécia antiga, as peças teatrais eram marcadas mais pelo seu desfecho do que necessariamente pela estética. É o caso, por exemplo, das peças que se desdobravam em uma disputa: quando a querela se dava entre um humano e um Deus, e, ao final da peça, a disputa termina com o humano não admitindo que estava errado, a peça era considerada uma tragédia – não é difícil imaginar o motivo. Porém, quando a disputa se dava entre humanos – portanto a zombaria era possível –, e um dos dois acabava por ceder diante da disputa, a peça era caracterizada como sátira. Distante do teatro grego e próximo ao debate virtual sobre o humor na contemporaneidade, o que (des)caracterizaria o ato humorístico

como a sátira (termo atribuído às charges do jornal CH, por exemplo)? Ou, mais genericamente, o que (des)caracterizaria o humor?

Em "*Des catégories pour l'humour?*", Charaudeau (2006) propõe a categorização do humor a partir de distintos parâmetros que, em sua análise, servem como base para um trabalho de análise comparada entre os contextos culturais francês e espanhol. O ponto inicial de abordagem compreende a observação de três dificuldades encontradas ao se falar de humor: (i) a relação entre riso e o ato humorístico; (ii) a variedade de termos que podem caracterizar o ato humorístico e a decorrente imprecisão; e, por fim, (iii) a delicada relação entre ironia e humor.

No primeiro caso, o autor sumariamente encerra a discussão ao afirmar que, apesar de um ato de humor ser necessariamente um ato de enunciação "para fazer rir", esse não é suficiente para validar um ato humorístico. A prova disso está na base da própria enunciação: um ato de enunciação compreende "efeitos possíveis" (CHARAUDEAU, 2006) que não se limitam ao ato humorístico. De fato, é possível encontrar ato enunciativo humorístico em descrições dramáticas, em peças publicitárias, na mídia, na política etc., como assevera o próprio autor. No entanto, tratando-se dos discursos sobre o humor, a relação entre riso e humor é frequentemente posta em discussão em debates em geral, como veremos mais adiante. Talvez seja justo dizer, nesse momento, que se trata de um posicionamento que não atribui uma separação entre riso e humor por não se dar conta da independência desses dois domínios, riso e humor.

A segunda dificuldade anotada por Charaudeau consiste na busca de um termo que possa designar o ato humorístico, uma vez que há inúmeras possibilidades de nomeação. Charaudeau recorre à alusão aos dicionários e expõe as inúmeras denominações: cômico, ironia, derrisão, grotesco, engraçado, divertido etc. Além disso, sublinha a ausência de uma hierarquia e a presença de sinônimos. Fato esse que lhe permite avançar para a terceira dificuldade: a (in)viabilidade de se recorrer às categorias retóricas. Diante da imprecisão dos dicionários, propõe observar a categorização proposta pela retórica e põe em relação a ironia e o humor.

Dentre as dificuldades observadas por Charaudeau, chama-me a atenção a primeira delas. Não necessariamente a relação entre riso e humor, mas o modo como aborda o ato humorístico enquanto uma situação de enunciação. Observada a não redutibilidade associativa entre riso e humor, o autor sublinha que o ato

humorístico é também um ato de linguagem. E, como ato de linguagem, há uma situação enunciativa em que se inscreve a enunciação. Charaudeau defende a existência de uma tríade interdependente na situação de enunciação que envolve o ato humorístico: os protagonistas (locutor, destinatário e alvo), o tema e o processo linguageiro. É sobre essa tríade que apresento o ponto de entrada no *corpus*.

Explico-me. A participação dos protagonistas interessa justamente por caracterizar a nossa problemática. Segundo Charaudeau, o destinatário pode assumir um lugar de cumplicidade ou de vítima. "*Selon les cas, un acte humoristique peut blesser l'autre ou le rendre complice*."[44] (CHARAUDEAU, 2006, p. 22). Em outras palavras, se o locutor conta uma história engraçada em que certo personagem-alvo é o próprio destinatário, o locutor deve justificar a sua enunciação sob o risco de ser mal considerado pelo seu interlocutor. Tem-se, assim, um dos pilares de caracterização das discussões sobre o humor: a presença do alvo. É por intermédio do alvo que o ato humorístico põe em cena as discordâncias, disjunções e o modo como são realizadas associações e disjunções a respeito de determinado tema. Nesse cenário, o alvo pode ser, como pode não ser um dos protagonistas (no caso, o destinatário), mas é o ponto central tanto no funcionamento do ato humorístico quanto nas controvérsias em torno de certos atos humorísticos. A questão levantada, no entanto, é uma referência ao trabalho de Freud, quando este explica o funcionamento dos chistes hostis:

> "Tornando nosso inimigo pequeno, inferior, desprezível ou cômico, conseguimos, por linhas transversas, o prazer de vencê-lo – fato que a terceira pessoa, que não despendeu nenhum esforço, testemunha por seu riso (FREUD*,* 1996a [1905], p.103).

Segundo Charaudeau,

> "*Le type d'humour et l'effet qu'il produit sur le destinataire ne seront pas les mêmes selon la nature de « l'univers de discours » (ou « domaine thématique ») mis en cause et son degré d'acceptabilité sociale*".[45] (CHARAUDEAU, 2013, p. 24)

[44] "A depender do caso, um ato humorístico pode ferir o outro ou torná-lo um cúmplice" (tradução minha)" (CHARAUDEAU, 2006, p. 22)

[45] O tipo de humor e o efeito que ele produz sobre o destinatário não serão os mesmos segundo a natureza do 'universo discursivo' (ou 'domínio temático') em questão e seu grau de aceitabilidade social." (CHARAUDEAU, 2006, p. 24)

Charaudeau admite a aceitabilidade social como um ponto relacionado à temática. E, ao tratar da temática no discurso humorístico, admite a possibilidade de se fazer humor sobre qualquer tema. Assim, questiona as tentativas já realizadas por disciplinas como a Antropologia, a Psicologia Social e as Ciências da Linguagem, entre outras, de produzir uma categorização das representações das atividades sociais em dois domínios: “domínios de práticas sociais” e “domínios de experiência”. A dificuldade de se estabelecer esse “catálogo” é admitida justamente pela impossibilidade de se descrever os inúmeros olhares de uma sociedade, o que para Charaudeau resultou em uma proliferação de categorias de representação. Diante disso, propõe uma simplificação para a análise dos fatos humorísticos: utilizar distinções simples a partir das quais podem aparecer aos poucos temas diferentes.

Por fim, observo a divisão de três grandes domínios de referência temática na domínio do humor proposta pelo autor: “vida e morte”, que, entre outras coisas, evoca a miséria humana (doenças e incapacidades); “vida pública”, domínio da vida social, do coletivo, que envolve o olhar de todos na política, na mídia, na cultura; e, por fim, a “vida privada”, o domínio pessoal e profissional que compreende a intimidade das pessoas. Detenho-me na aproximação entre o humor a vida privada, em que o policiamento discursivo sobre o humor, apesar de não se realizar com maior frequência, repercute tanto quanto (ou ainda mais) quando comparado com o domínio da “vida pública”.

A titulo de comparação, o domínio temático da “vida e morte” não apresenta tanta representatividade quando comparado com os demais na atualidade. Sobre esse domínio, o autor afirma que

> C’est le domaine auquel s’appliquent ces catégories humoristiques qui fera que le type d’humour est noir ou non. On aura affaire à de l’humour noir lorsque la thématique touche à des valeurs qui sont jugées négatives par une certaine culture, comme la mort, la vieillesse, la maladie, la déchéance physique, le handicap, la pauvreté, etc. Il s’agit là de domaines jugés sérieux, à transcendance universelle, et qui sont marqués à la fois par le mystère de l’incompréhension et l’existence d’une force de l’au-delà (CHARAUDEAU, 2006, p. 25)[46]

[46] "É o domínio em que se aplicam as categorias humorísticas que determinarão se o tipo de humor é negro ou não. Teremos de lidar com humor negro no momento em que a temática toca valores que são considerados negativos por uma determinada cultura, como a morte, a velhice, a doença, o declínio físico, deficiência, pobreza, etc. Estas são áreas consideradas sérias, de caráter universal, e que são marcadas tanto pelo mistério do mal-entendido quanto pela existência de uma força que extrapola esses limites”. (tradução minha) (CHARAUDEAU, 2006, p. 25)

Se procedermos a uma rápida pesquisa por temas e piadas na internet – e as inseparáveis controvérsias que as acompanham –, veremos que o domínio mais visitado por essas piadas não pertence ao domínio em que se assenta o humor negro. O dito "humor negro" não tem gerado tanta repercussão nas discussões em meio digital quanto piadas que têm como alvo grupos historicamente desprestigiados ou mesmo figuras públicas. A compreensão desse fato expõe um duplo funcionamento do que pretendo analisar: a escolha pelos domínios da "vida pública" e "vida privada" se dá pela representatividade observada nos discursos sobre o humor. Além disso, talvez o mais importante a se assinalar, o PC, que antes era mais comumente observado no domínio temático da "vida e morte", das áreas consideradas sérias e de caráter universal, passa a ter também maior representatividade nos domínios da vida pública e privada. Em outras palavras, pressupõe-se que o policiamento do que dizer (ou não) no campo do humor é impreciso e depende de uma análise mais aprofundada sobre diferentes momentos históricos. Contudo, é possível dizer que o discurso sobre o humor é ressignificado pelo PC nos domínios do público e do privado, ganhando corpo e incidindo inclusive no domínio jurídico, o que põe em jogo a figura daquele que conta a piada, o "autor", em seu sentido mais difundido na fala pública.

Sobre essa temática, recorro mais uma vez ao posicionamento de Charaudeau:

> O ato humorístico coloca o humorista em uma posição de onipotência (talvez em uma posição de ilusão de onipotência), na medida em que seria um sinal do triunfo do espírito das convenções e moralidade social. Por um momento, durante o ato humorístico, o sujeito ocupa o lugar do diabo: ele libera as restrições do pensamento social, negando-o ou relativizando-o, ele oferece o peso real, as crenças, e, ao mesmo tempo, o seu "terror" (Jankélévitch, 1964): um ato de lucidez que permite libertar a estupidez humana. Mas esse ato não pode ser plenamente realizado se não inclui um cúmplice.[47] (CHARAUDEAU, 2006, p.40)

[47] "L'acte humoristique met l'humoriste dans une position d'omnipotence (peut-être d'une illusion d'omnipotence) dans la mesure où il serait le signe du triomphe de l'esprit sur les conventions et la morale sociale. Durant un instant, celui de l'acte humoristique, le sujet occupe la place du Diable : il se libère des contraintes de la pensée sociale en la niant ou en la relativisant, il se délivre du poids du réel, des croyances et par la même occasion de ses « terreurs » (Jankélévitch, 1964) : un acte de lucidité qui l'affranchirait de la bêtise humaine. Mais cet acte ne peut s'accomplir pleinement que s'il y inclut un complice". (CHARAUDEAU, 2006, p. 40)

Eis aqui o meu único interesse ao aproximar a questão da “autoria” do humorista – mencionei anteriormente a relação humorista/cúmplice defendida pelo próprio autor. Trata-se de uma relação nem sempre exposta por estudiosos do tema. É o que se observa no modo como Daninos defende a questão do “poder” do humorista: “Tratar jocosamente coisas graves e gravemente coisas engraçadas, sem jamais se levar a sério, sempre foi próprio do humorista. Graças a isso, ele pode, com frequência, dizer tudo, sem parecer tocá-lo”. (DANINOS *apud* MINOIS, 2003, p. 79). Embora esse posicionamento que não expõe a necessária presença da cumplicidade entre o autor da piada e o seu público, é possível afirmar que o humorista tem a liberdade de dizer o que pensa, mas sempre está sujeito a ser avaliado pelo que diz. Dito de outra maneira, o controle social só opera no momento em que a cumplicidade falha. A onipotência existe na contradição em torno da possibilidade de realização do ato humorístico.

Com efeito, não é necessário ir a fundo em uma pesquisa sobre o que vem sendo questionado nas piadas (e, sobretudo, o que é exposto como politicamente incorreto) para admitir que o que é próprio do funcionamento do humor – e aqui se inclui a cumplicidade entre pares no ato humorístico – vem sendo questionado. Frequentemente o “problema” tem sido atribuído ao modo como o alvo das piadas é retratado no ato humorístico. No entanto, parece-me indissociável a relação entre a suposta exposição indevida do alvo do ato humorístico e a própria questão da quebra relação humorista/cúmplice. Uma separação que parece intangível.

3 COMENTÁRIO E AUTORIA

> Amo o público, mas não o admiro. Como indivíduos, sim. Mas, como multidão, não passa de um monstro sem cabeça.
>
> (Charles Chaplin)

Nessa frase atribuída à Chaplin (entre tantas), valho-me da alusão à inapreensível compreensão de quem é o publico, mais especificamente, do fato de que comportam difusos posicionamentos frutos de diferentes alinhamentos ideológicos. É inegável o caráter amorfo de uma massa que invadiu as redes sociais no início do século XXI. Entretanto, diferentemente das comunidades virtuais na internet (bate-papo, fóruns, grupos de discussão em redes sociais etc.) que têm como objetivo construir um espaço de debate e aproximação entre usuários, o espaço cedido pelos jornais aos comentários dos seus leitores representa um ambiente não necessariamente voltado ao debate, mas, antes, um local destinado ao registro de difusos pontos de vista (que frequentemente extrapolam a própria temática abordada).

Embora semelhantes no objetivo, isto é, dedicar um espaço para a opinião do leitor, o espaço dos comentários nos jornais eletrônicos não apresenta as mesmas características do espaço de opinião do leitor publicada nos jornais impressos. As cartas dos leitores, por exemplo, não se assemelham aos comentários virtuais, entre outros motivos, em virtude do caráter dinâmico característico da discussão desses últimos: nesse caso, inexiste uma prévia seleção, por parte do jornal, das opiniões que serão publicadas posteriormente.

Como uma de suas particularidades, chama atenção o fato de não ocorrer um diálogo entre o autor da coluna e aqueles que se posicionam diante de seu texto. Há de se considerar, portanto, o funcionamento real[48] do comentário. Isto é, é através da descrição das características do comentário em meio virtual que permite

[48] Considero aqui o real do comentário justamente o próprio de todo funcionamento discursivo: o distanciamento do ideal de sentido único, decifrável, fruto de suposta intencionalidade daquele que enuncia. O real, portanto, opõe-se ao imaginário; no caso do real do comentário, teremos o distanciamento do imaginário de que o comentário, no ambiente eletrônico, apresentaria discussões em torno de apenas uma temática ou que os comentadores se limitariam a tratar apenas do assunto discutido na coluna do jornal que é alvo dos comentários, o que, de fato, não ocorre.

compreender algumas particularidades que singularizam a prática de comentar nesse espaço.

O meio virtual – de fato, não em seu sentido filosófico, mas digital – caracteriza um novo meio de estar no mundo. Esse distinto modo de inscrição dos sujeitos no virtual já é suficiente para compreender o funcionamento que distingue, por exemplo, o comentário da carta do leitor publicada em meio impresso. Ao analista, importa compreender o funcionamento dessa discursividade, seus modos de significar, suas particularidades. Nessa linha de raciocínio, centrado no funcionamento dos comentários no meio eletrônico, levanto as seguintes questões: como o funcionamento no meio virtual determina o modo como os discursos e os posicionamentos dos sujeitos participantes ganham sentindo? Esse funcionamento impõe o modo como os debates sobre o humor são produzidos? E, finalmente, há particularidades no ambiente eletrônico que caracterizam (e distinguem) o funcionamento dos comentários em jornais francês dos comentários produzidos em sites brasileiros? Se há, quais?

Tais questionamentos surgiram em meio às primeiras análises realizadas tanto nos jornais brasileiros quanto nos jornais franceses – mas também devido à observação curiosa do espaço cedido aos comentários nos jornais eletrônicos franceses se comparados aos jornais brasileiros também publicados em meio eletrônico – uma aproximação que só realizei durante minha estada de estudos na França. Naquele momento, admiti que não era possível desconsiderar essas peculiaridades, na medida em que poderiam influenciar o modo como os comentários eram produzidos no espaço virtual. É o que observei no espaço cedido pelo jornal LM para os comentários dos leitores – ou melhor, *les réaction* (as reações) dos leitores, a qual tratarei a partir de agora. Vejamos a imagem abaixo, correspondente à seção dos comentários do jornal LM. Destaco as injunções do jornal eletrônico francês sem deixar de considerar, contudo, as imagens apresentadas mais adiante, as imagens 7 e 8, em que ilustrarei o modo como os jornais brasileiros tratam do cadastro do leitor, o que permite analisar os modos particulares de injunção ao ato de comentar em diferentes contextos sócio-históricos.

Figura 5 - Página de acesso à pagina de comentários do jornal francês LM.

Algumas estratégias utilizadas pelo jornal na composição da página chamaram minha atenção. Inicialmente, nota-se que o uso recorrente das injunções *Abonnez-vous* (Inscreva-se), *Déjà abonné?* (Já inscrito?), *D'accord/pas d'accord?* (Concorda/descorda?) registram não só a injunção, o objetivo central da página (a participação do leitor-assinante do jornal[49]), mas também caracterizam o espaço, isto é, uma seção destinada aos comentários sobre determinado texto, de autoria determinada e identificável, previamente escolhido pelo jornal. Além disso, é igualmente importante observar o enunciado "*Signaler ce contenu comme inapproprié"* (Sinalizar o conteúdo como inapropriado), acompanhado do símbolo que remete à comum placa de transito de proibição, situado ao lado do "botão"

[49] Apesar da limitação imposta pelo jornal ao permitir a realização dos comentários somente àqueles que são assinantes do jornal (*Pour reagir, devenez abonné au Monde.fr* ***à partir de 1*** € [Para comentar, torne-se assinante do *Monde.fr* a partir de € 1]), a matéria pode ser livremente lida por qualquer leitor, o que configura uma peculiaridade que também merece ser observada.

"*répondre*" (responder). Este enunciado deixa entrever a presença de limites do que pode ser dito nesse âmbito de manifestação eletrônico e social, além de informar a possibilidade de o leitor do jornal denunciar um comentário (conteúdo) que considerar impróprio – uma questão que retomaria ainda ao longo desse capítulo.

Detenho-me, no momento, no "botão" "*reagir*" (reagir). No canto direito, há o "botão", em amarelo, com os dizeres "*Réagir*"; do lado oposto, também após o artigo de opinião e antes do espaço dedicado aos comentários dos leitores, os dizeres "*Vos réactions*" (suas reações). Na medida em que há apenas dois botões destacados em amarelo (ambas injunções: uma direcionada à participação; a outra, à assinatura e participação do conteúdo do jornal), compreende-se que o jornal dá destaque aos meios de participação da discussão. No entanto, diferentemente do registro "comentários" observado em todos os jornais eletrônicos no Brasil, o jornal francês, ao mobilizar tais significantes (*Réagir*, *D'accord/pas d'accord?*) atribui outra significação à participação daquele que lê a matéria: a injunção a *reagir*[50] diante de uma notícia faz do leitor não apenas comentador mas também sujeito integrante do acontecimento.

É inegável o apelo, a injunção, que o jornal realiza diante do seu publico: não se trata apenas de mencionar; "*réagir*" opera com outra significação. O "convite" à reação supera um ato ordinário de participar – trata-se, pois de uma *cenografia* (MAINGUENEAU, 2010). É mais que isso: ao dar espaço para registrar a reação do leitor diante de suas notícias, o apelo re-significa a própria caracterização do leitor: esse, ao reagir, não apenas comenta, inscreve-se em uma discursividade que valoriza o comentário em si. Esse posicionamento sustenta o ideal de um espaço que supera a injunção ao debate e vai ao enfrentamento diante dos efeitos de sentido articulados entre interlocutores desse espaço[51]. Idealiza-se a participação para a construção do sentido, uma reação, não apenas um comentário. Essa particularidade é uma das mais fortes no que diz respeito à expectativa de criação de um espaço em que o ato de comentar articule não só a argumentação, como também o engajamento, em seu sentido amplo, isto é, que o comentador tome partido diante de um conflito e que, de uma maneira ou de outra, exponha seu

[50] De fato, se assim assumirmos a tradução ao pé da letra e sem substituições e/ou adaptações semânticas comuns em traduções.
[51] Esse movimento de debate e enfrentamento é também observado nos jornais brasileiros.

posicionamento – um funcionamento comum e subjacente a qualquer debate sobre política na França.

"Engajamento" se origina do francês medieval "*engagier*": "sob compromisso". No Brasil, o engajamento é comumente associado à política. Contudo, não há uma associação subjacente entre o ato de comentar e tomar posição, engajar-se: diferentemente da França, o ato de comentar está mais associado a "dizer algo sobre", "posicionar-se", não necessariamente assumir um posicionamento político. Um exemplo desse comportamento é que, no Brasil, o vocábulo "reagir" é comum apenas em redes sociais, como o Facebook[52], e com outra conotação: a associação ao sentimento diante de algum acontecimento. Nesse cenário, a reação é representada por *emojis*:

Figura 6 – Representações utilizadas do site Facebook.

A injunção, em sites de jornais brasileiros, dá-se de outra maneira: no convite ao cadastro. Em alguns sites dos jornais brasileiros, não é possível comentar sem antes estabelecer um vínculo virtual de identificação[53] entre o jornal e seu leitor.

[52] Por mais que "reagir" seja uma tradução do vocábulo inglês "*reactions*", isso não muda o fato de que a presença do vocábulo nas redes sociais, no Brasil, apresenta outro uso, outro efeito de sentido.
[53] Chamo de vinculo virtual de identidade a tentativa de vincular os comentários a um autor virtual, não-anônimo e, portanto, juridicamente responsabilizado pelo seu dizer. E aqui sublinhamos o furo desse ritual: na medida em que os registros limitam-se a credenciamento de identidade mediante inscrição de e-mails e/ou redes sociais, o caráter virtual fica mais acentuado, uma vez que o cadastro de e-mail também não garante a identidade do leitor-autor-comentador. Ao nosso ver, trata-se dentre outras motivações, de uma concretização de um vínculo leitor-jornal, firmado pelas bases publicitárias e de vínculos de mercado.

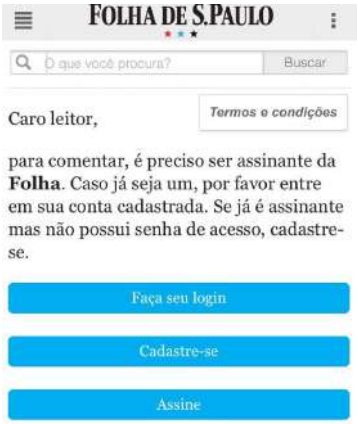

Figura 7 - Página de acesso aos comentários do jornal eletrônico *Folha de São Paulo.*

Figura 8 - Página de acesso aos comentário do jornal eletrônico EST.

Essa etapa obrigatória para ter direito a comentar ou mesmo a ler alguns artigos de opinião e colunas desses jornais é o que tornam semelhantes os espaços para comentários nos jornais eletrônicos, sejam eles brasileiros ou franceses. Nesse processo de identificação virtual, há uma característica observada – até esse momento – apenas nos jornais franceses: a gravação de um histórico de comentários de todos os seus leitores cadastrados no jornal.

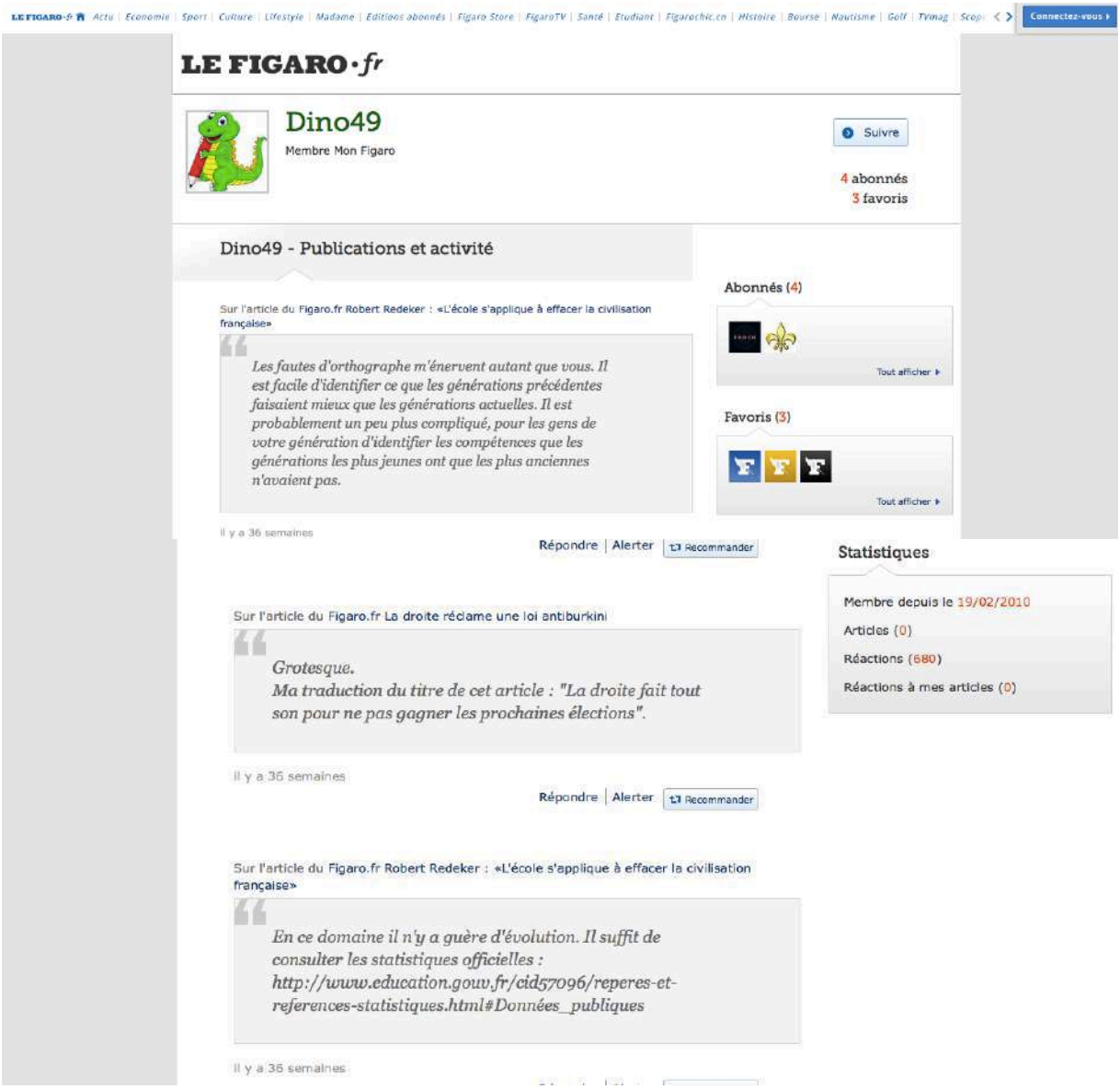

Figura 9 - Página com o histórico de comentários de um dos leitores-comentadores do jornal eletrônico FIG.

Nesse exemplo, observa-se as "*Statistiques*" associadas ao perfil do leitor-comentador: são 680 comentários, até então - uma curiosidade é a data do registro (obrigatório) para ser leitor (tornar-se membro do jornal) e poder comentar nos artigos. Nota-se a fixação do histórico de comentários produzidos a partir dos comentários do leitor-comentador em questão, e a possibilidade de acessá-los ao se clicar no número em vermelho. Em relação às demais particularidades, nota-se que há traços que permitem associar esse perfil (de um jornal) a um perfil de redes

sociais: há a alusão aos seguidores desse leitor-comentador, a presença das seções (do jornal) favoritas do leitor, há também a foto do perfil (no caso, um dinossauro selecionado pelo próprio leitor), além da presença da possibilidade de poder segui-lo através do "botão" "*suivre*" (seguir) situado no canto superior direito. É possível afirmar que a página do perfil do leitor – que é facilmente acessada por qualquer internauta, uma vez que não precisa ser membro do jornal – funciona não exclusivamente como um meio de registrar as *réactions* dos seus membros (de modo que o próprio leitor-comentador tenha acesso ao seu histórico e às *réactions* dos demais membros do jornal sobre suas ações), mas, sobretudo, como um meio de permitir que qualquer leitor do jornal avalie as participações de qualquer membro do jornal através do "botão" "*Alerter*" situado no canto inferior direito após às falas dos leitores-comentadores.

Além das diferentes injunções, as semelhanças e as diferenças observadas entre os jornais brasileiros e franceses, há uma característica bastantes comum no ambiente virtual (mais precisamente a ausência dela) que não se nota nos espaços destinados aos comentários: a impossibilidade de estabelecer um diálogo em privado entre os demais comentadores do jornal. De fato, se as grandes arenas virtuais de discussão da atualidade (Facebook e Twitter[54]) permitem um diálogo particular através das mensagens particulares entre comentadores, caso ambas as partes desejem, essa possibilidade não ocorre no caso dos comentários publicados nos jornais eletrônicos.

A inexistência de um ambiente privado, porém, não impede as manifestações em variadas formas de agressões endereçada tanto aos outros sujeitos virtuais como também às personalidades ou comunidades mencionadas nas matérias dos jornais. O anonimato pode explicar esse funcionamento: independente dos princípios que regem cada espaço virtual, o anonimato (imaginado[55]) é uma característica do ambiente eletrônico que, aparentemente, tem permitido a manifestação difusa e indiscriminada de ofensas sob o rótulo de comentários.

[54] O aplicativo de celular *whats'app* é uma campo de disputa apenas entre grupos pré-estabelecidos entre os usuários, distanciando-se, assim, do formato mais amplo de participação popular como observado nas redes sociais.

[55] Na medida em que há a possibilidade de se rastrear e identificar os responsáveis por um comentário em ambiente virtual, a autoria de um texto ainda é concebida sobre um imaginário de anonimato (sobretudo pelo comum uso de avatares e perfis *fakes*), o que explica aos constantes crimes (hoje ditos crimes virtuais) frequentemente noticiados na mídia em geral.

Talvez, por conta da possibilidade da discussão se transformar numa arena de insultos, os jornais cada vez mais estabelecem regras e moderações.

Ao observar as características de uma seção de comentários de um jornal eletrônico, nota-se que o princípio organizador da seção se dá pela ordenação cronológica dos comentários. O que, de fato, não garante a linearidade dos assuntos discutidos: como afirmo acima, o real do comentário extrapola os objetivos esperados, idealizados para esse espaço. Além disso, nota-se que a falta de encadeamento de ideias nos comentários no ambiente eletrônico é comum. Esses características permitem compreender o funcionamento fragmentado de constituição dos sujeitos-comentadores em relação ao ato de comentar: afinal, quando se comenta, nem sempre o comentário será em relação ao texto, ao autor da coluna ou mesmo ao tema a que ele se refere, mas apenas a um comentário de um dos comentadores que nem sempre estará relacionado à discussão. Em alguns casos, o comentário versará sobre um assunto associada ao tema, por vezes fugirá da temática da coluna ou mesmo poderá estar destinada a outro leitor-comentador do jornal, em forma de resposta ou mesmo questionamento. Recorro às imagens do site do jornal francês FIG para ilustrar o que tenho dito:

Figura 10 - Página do jornal eletrônico francês FIG com comentários dos seus leitores.

Na figura acima, ocorre o desdobrar da discussão entre comentadores, a possibilidade infinita de responder ao comentário de outro leitor ("*repondre*") e que pode ser elaborada como uma resposta a uma pergunta feita por outro leitor-comentador. Apesar disso, há um funcionamento inesperado: o fato de o enunciado de *Robert de Nantes* ser uma pergunta que trata de uma questão não discutida tanto pelo autor da coluna quanto pelos 32 comentadores (apesar de a coluna versar sobre a nova edição do jornal *CH* – a primeira após o atentado –, não há discussão em torno de uma das frases observada na capa do jornal que parece ser o ponto de maior interesse do leitor-comentador[56]).

Entre outras características, nota-se também a ocorrência de moderação nos comentários. O próprio jornal menciona a possibilidade de o leitor "alertar" o jornal diante de algum comentário que considerar impróprio. O "*alerter*" junto a um símbolo ⚠[57] chama a atenção do leitor para a possibilidade de manifestar um julgamento diante certos comentários e submeter à análise do jornal. Na figura abaixo, observe-se a página que o leitor é direcionado após "clicar" no símbolo mencionado.

Figura 11 - Página de alerta de conteúdo indesejado do jornal eletrônico francês FIG.

O jornal informa o leitor da denuncia: "Você vai alertar nossa equipe de moderadores. Deseja denunciar uma violação da Carta de participação do Figaro.fr?[58]". E deixa a critério do leitor-comentador a confirmação da sinalização de

[56] A frase que chamou a atenção do leitor-comentador, "Journal irresponsable", será analisada mais adiante no capítulo em que descrevo o caso CH.
[57] No ambiente virtual, esse símbolo é comumente interpretado como um erro.
[58] *Vous allez alerter notre équipe de modération. Vous souhaitez signaler une violation de la charte de participation du figaro.fr ?*

conteúdo indevido aos moderadores do jornal. Sublinha-se, portanto, a existência de uma linha de moderação do jornal responsável por avaliar o comentário de um dos seus leitores. Em outras palavras, é destinado ao leitor o poder de avaliar se o comentário está de acordo com a "*Charte de modération et d'animation des débats*[59]" – idealiza-se, portanto, que o leitor tenha conhecimento dessas regras. Trata-se de um documento composto por 12 regras (mais precisamente "12 qualidades dos comentários do jornal"[60]) que, diante de sua extensão, destacarei alguns pontos e a apresentarei na íntegra nos anexos[61].

Figura 12 - Página com os critérios de moderação dos comentários do jornal eletrônico francês FIG.

Entre as 12 regras que regem o bom convívio no espaço destinado aos comentários, três me chamam a atenção. A duas primeiras estão dispostas na sequência da "carta de regras" como as duas primeiras regras:

> 1. **Les commentaires sont polis, écrits avec un certain soin** (orthographe, typographie, abus de majuscules). **Le savoir-vivre est nécessaire**: insultes, dénigrement, comparaisons rabaissantes, etc. sont proscrits.
>
> On choisit: «Un commentaire bien rédigé est toujours agréable à lire.»

[59] Carta de regras de moderação e animação de debates.
[60] O título que dá início à *Charte de modération et d'animation des débats* é "12 qualités des commentaires du Figaro".
[61] Acredito que o registro de regras destinadas à moderação dos comentários e, portanto, também do comportamento dos moderadores, é um espaço rico para a análise, embora não seja de meu interesse dedicar maior atenção a esse material nesse momento.

> On refuse: «LE KOM ki né pa LISIBLE»[62]
> (Grifo meu)
>
> 2. Donner une idée, c'est bien, mais souvent insuffisant**. Argumenter, c'est mieux**. Il s'agit de dépasser le jugement hâtif, surtout s'il est négatif ou agressif, et le prosélytisme. Étoffez votre propos!
>
> On choisit: «L'image de femme à poigne d'Angela Merkel et sa popularité en font la candidate idéale pour ce poste.»
> On refuse: «Vive Angela Merkel!»[63]
> (Grifo meu)

As duas regras podem ser sintetizadas na seguintes asseverações: "*Les commentaires sont polis, écrits avec un certain soin (orthographe, typographie, abus de majuscules)*", "*Le savoir-vivre est nécessaire*", "*Argumenter, c'est mieux*". Ao postular as regras de como desenvolver os comentários, a proposta do jornal pode ser interpretada como uma valorização do diálogo, na medida em que defende o cuidado com a escrita, o respeito ao próximo e a valorização do argumento em vez do proselitismo. Contudo, a proposta não deixa de reforçar o caráter julgador próprio de um conjunto de regras ("insultos, humilhações, comparações humilhantes, etc. são proibidos"). Dessa forma, o incentivo e a ressalva do que não é tolerado funcionam em conjunto na composição da regra.

Mais especificamente na regra de número 2, a valorização de uma linguagem mais trabalhada e cuidadosa apresenta um acréscimo ao ato de estimar a argumentação, sobretudo a "boa argumentação". Ao julgar a argumentação como característica principal dos comentários, o jornal também enfatiza a não aceitação de argumentos com o propósito de persuadir os demais comentadores a partir de práticas antiéticas e/ou agressivas. É possível dizer que a preocupação do jornal passa menos pela profundidade argumentativa dos seus comentadores do que pelo preocupação com práticas prejudiciais ao diálogo entre comentadores.

---

[62] 1. **Comentários são educados, escritos com algum cuidado** (ortografia, tipografia, abuso maiúsculas). **A etiqueta é necessária**: insultos, humilhações, comparações humilhantes, etc. são proibidos.
Optamos por: "Um comentário bem escrito é sempre agradável de ler."
Recusamos: "Um COM não é legível". (Grifo meu) (Tradução minha)

[63] 2. Dar uma ideia é bom, mas muitas vezes insuficiente. **Argumentar é melhor**. Trata-se de ir além do julgamento apressado, especialmente se for negativo ou agressivo, além do proselitismo. Amplie o seu propósito!
Optamos por: "A imagem de uma mulher firmas atribuída à Merkel e sua popularidade torna-a uma candidata ideal para esta posição."
Recusamos: "Viva Angela Merkel!" (Grifo meu) (Tradução minha)

Um funcionamento similar se desdobra na sexta regra do documento:

> 6. **Évidemment, les commentaires respectent la loi**. Les points les plus sensibles sont l'insulte et le dénigrement, la diffamation (accusation non prouvée) et la discrimination ou le racisme. Autres textes proscrits: les incitations à la discrimination, la haine ou la violence. Les commentaires à caractère pornographique, sexiste, homophobe ou révisionniste et contraires à l'ordre public. Attention aux propos nuisibles, menaçants, constitutifs de harcèlement, vulgaires, menaçants pour la vie privée d'autrui, haineux, aux comparaisons animalières et tout autre propos dégradant. Il en va de même pour toute contribution dénigrant Le Figaro, ses modérateurs, ses journalistes et ses dirigeants.
>
> On choisit: «Leurs arguments sont vains: ils vont contre le sens même des règles économiques modernes les plus évidentes...»
> On refuse: «Qu'ils brûlent tous!»[64] (Grifo meu)

Esta regra, a última que quero comentar, investe na enumeração de possibilidades de infrações no ato de comentar. Para tanto, inicia com um enunciado-síntese ("*Évidemment, les commentaires respectent la loi*") que sustenta e resume todas as possibilidades de infrações que vêm em seguida – todas as características apresentadas podem ser rotuladas como violações do código de boas condutas partilhados pela sociedade e frequentemente desconsiderado nos ambientes virtuais. A composição da regra alinha-se ao comportamento de alerta e caracterização já observados na regra número 1 ("*Les commentaires sont polis, écrits avec un certain soin*" e "*Le savoir-vivre est nécessaire*"). Em síntese, a regra, dessa vez, não se assemelha à tentativa de apresentar boas estratégias argumentativas, como na regra número 2: nesse caso, tem como objetivo expor os pontos negativos considerados impróprios num espaço de debate. Trata-se de um funcionamento que parece ser comum a todo cenário de debate em que há moderação.

Uma última observação. O espaço dedicado aos exemplos funciona tanto

---

[64] 6. **Obviamente, os comentários respeitam a lei**. Os insultos, a difamação (acusação não comprovada), a discriminação e o racismo são os pontos mais sensíveis. Outros textos proibidos: a incitação à discriminação, ao ódio ou à violência. Comentários pornográficos, sexistas, homofóbicos ou revisionistas e contrários à ordem pública. Atenção às atitudes nocivas, ameaçadoras, constitutivas de assédio, vulgar, ameaçadoras à privacidade do outro, odiosas, as comparações animalescas e outros propósitos degradantes. O mesmo vale para qualquer tentativa de denegrir o jornal FIG, seus moderadores, seus jornalistas e executivos.
Optamos por: "Seus argumentos são fúteis: elas vão contra o próprio significado das regras econômicas modernas mais óbvias ..."
Recusamos: "Deixe-os queimar tudo!" (grifo meu) (Tradução minha)

para ilustrar quanto para respaldar a exclusão de enunciados julgados impróprios. Ao apresentar esse modelo de representação do que foi dito na regra a partir de um julgamento simples, apreciado e proibido (*On choisit* /*On refuse*), o jornal sublinha o caráter julgador da "*charte de modération*". Apesar de defender (e descrever) as características necessárias para um bom convívio no desenvolvimento do debate[65], o jornal, através do seu quadro de regras, exibe as normas que regem esse espaço.

Segundo Agustini e Grigoletto (2008):

> a sociedade, mais do que mover o sujeito a escrever, exige-lhe a escrita como inserção social, regulada por determinados mecanismo de controle, mas não lhe dá condições para que o seu dizer faça história. Também, nesse sentido, podemos tomar a autoria como uma forma de transgressão à ordem estabelecida socialmente. Tal forma de transgressão, contudo, não significa que o sujeito está livre para escrever o que "bem entende", já que, para se constituir autor, o sujeito se inscreve na ordem do já-dito, do já-estabelecido e, a partir disso, singulariza o seu dizer, (re)significando o sentido estabelecido, questionando o senso comum. E desse processo emerge o efeito-sujeito , que está ligado aos efeitos de responsabilidade, de evidencia e de autonomia do autor. (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 148)

Levando-se em consideração o modo particular de funcionamento do ambiente virtual, a injunção à textualização (seja para comentar seja para "reagir*"*)*,* é central na constituição dos sujeitos e também do autor. O leitor que mobiliza mecanismos de controle está também sujeito a sofrer as mesmas sanções. Como resultado, temos a materialização do ambiente eletrônico: a dispersão impossível de ser circunscrita, uma vez que, a cada segundo, novos comentários são produzidos, novos *links* são criados sem que os antigos nós sejam desfeitos.

Todas essas minúcias observadas nos jornais em meio virtual são determinantes para a compreensão de que o espaço dedicado aos comentários é um espaço simbólico da opinião, da disputa de sentidos, mas também da responsabilização diante do ato geral de manifestação. Assim, enxergo o comentário digital como um meio idealizado de manifestação de livre de posicionamento, da dispersão de ideologias, com o objetivo de possibilitar imaginariamente o diálogo sobre um assunto específico, mas que, em contrapartida, está sujeito a um jogo de

[65] O jornal FIG apresenta, no final do seu quadro de regras, um *link*, no final das 12 regras ("*Vous trouverez des exemples précis des types de commentaires correspondant ou non a cette charte en cliquant ici*"*,* que redireciona o leitor para um novo quadro que dispõe de 39 exemplos de manifestações aceitas ou recusadas pelo jornal. Esse quadro também encontra-se em anexo à tese.

forças que objetivam ditar regras para o seu funcionamento. Essa compreensão me fez pensar a possibilidade de o comentário, na medida em que é atravessado pelo caráter da responsabilidade, sobretudo diante da referência mesmo que implícita à imputabilidade ("*Évidemment, les commentaires respectent la loi*"), por em cena a questão da "autoria".

3.1 CONCEPÇÕES DE AUTORIA

Se proponho analisar a questão da autoria, é porque o papel do sujeito-comentador (nesse momento, não mais apenas um leitor-comentador) dos artigos jornalísticos que compõem o *corpus* dessa pesquisa é relevante para compreender o funcionamento do próprio comentário: afinal, a composição do comentário compreende o modo como esse leitor assume um posicionamento diante do tema. Mas não apenas isso. Não é possível desconsiderar que o comentário é afetado tanto pelo artigo de opinião que, em tese, serve de base aos comentarios quanto pelos discursos de determinadas opiniões de outros leitores-comentadores do jornal.

Ao longo das primeiras análises do *corpus*, detive-me quase que em certa regularidade enunciativa: no modo como o discurso sobre o humor se articula nos enunciados através das marcas sintáticas das concessões[66]. Limitando-me ao plano da evidência, sem ao menos preocupar-me em descrevê-lo, não compreendi que a autoria poderia apresentar-se como um dos funcionamentos da polêmica *sobre* o humor. Ao deter-me na regularidade enunciativa de um dos debates sobre o humor (mais especificamente no debate em torno da necessidade de existir limites para o humor), o interesse analítico sobre a questão da autoria permanecia obscuro. Não atentei para uma das faces do registro regular desses enunciados: o fato de se tratar de comentários a quem se pode(ria) atribuir responsabilidade, mas também a possibilidade de que esses comentários apresentassem marcas de autoria.

Incorporada essa observação, considero que, no início desse capítulo, alguns questionamentos já foram respondidos em relação ao comentário: como se

[66] Retomarei essa questão no capítulo 5, momento em que analiso com maior detalhamento o modo como o funcionamento das regularidades enunciativas formuladas pelos leitores-comentadores também é observada nos dos títulos do jornal FLH ao tratar dos programas de humor. De fato, esse funcionamento sintático tornou-se regular não somente nas manchetes, mas também nos próprios comentários dos leitores dessas colunas – por mais que não seja possível afirmar que este tenha sido influenciado por aquele.

produz o comentador? A que regras está submetido? Ele tem liberdade – e que tipo de liberdade – para dizer o que pensa? Descrever o que é peculiar ao ambiente virtual, o funcionamento do próprio ato de comentar, permitiu-me investigar as bases constitutivas do comentário. A partir de então, notei que sobre o funcionamento do comentário existem imposições que o diferenciam, por exemplo, dos comentários em outras redes sociais, como o *Facebook* e *Twitter* (ambos com um número superior de comentários se comparados aos comentários em jornais eletrônicos). Contudo, além da constituição do próprio gênero, existem limitações discursivas, que impõem outras regras àquele que manifesta um posicionamento.

Em um primeiro momento, estabeleço um percurso de investigação sobre o objeto da pesquisa: as características impostas ao ato de comentar, a existência de regras que legitimam esse ato e as diferenças observadas nessa plataforma no Brasil e na França, além de outros fatores impostos pelo meio eletrônico (validação de identidade, sobretudo). No entanto, o passo seguinte é investigar o modo como essa escrita se processa na construção do sujeito-comentador. Ratifico, assim, que investigar a autoria é relevante, na medida em que apresenta o ato de comentar no meio eletrônico assinala um funcionamento bastante particular: a atribuição da responsabilidade àquele que comenta. Mas quem é aquele que comenta um texto?

3.2 IMPORTA QUEM FALA?

A pergunta que dá início ao capítulo corresponde a uma formulação de Beckett ("*What matter who's speaking, someone said, what matter who's speaking"*) mencionada por Foucault como porta de entrada para a discussão que desenvolve em "O que é um autor?"[67], texto apresentado durante conferência à *Société Française de Philosophie*, na sala 6 do *Collège de France,* realizada um pouco mais de um ano após o maio de 1968 francês. Àquele tempo, momento do nascimento da Análise do Discurso *Francesa*, as primeiras análises desse novo campo de estudo (não as de Foucault) estavam centradas no discurso político, mais precisamente na problemática do sujeito e sua relação com os sentidos que derivam da materialidade

[67]"*Qu'est-ce que un auteur*?" foi originalmente publicado em 1969 no *Bulletin de La Société Française de Philosophie*, retomado em *Dits et écrits*, em 1994. A versão em português, "O que é um autor?", foi publicada em "Ditos & escritos, vol. III. Estética, literatura e pintura, musica e cinema.

escrita, no modo como os discursos sustentam certo dizer e não outros; um interesse movido por um momento marcado por movimentos estudantis e lutas da classe operária face à conjuntura política francesa da época[68].

Parece óbvio afirmar que a tese analisada por Foucault – seja a partir da própria pergunta que dá nome à sua obra ("O que é um autor?"), seja a partir da pergunta feita por Beckett, admitida também por Foucault e que serve de título a este capítulo ("Importa que fala?") – emerge de um momento histórico em que as condições de produção diferem das condições de produção da época em que se inscreve essa pesquisa. Com efeito, o funcionamento do ambiente digital ainda não era comum àquela época. Assim, pensar o funcionamento da linguagem no ambiente virtual é um aspecto que merece ser cuidadosamente sublinhado quando revistarmos a tese defendida por Foucault.

Ao investigar o modo como a autoria é tratada por Foucault, observa-se que um dos pontos de entrada em sua análise corresponde ao acontecimento marcado pela valorização da autoria na sociedade.

> A noção de autor constitui um momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra. (FOUCAULT, 2001 [1969], p. 33)

Questionar o modo como o autor se individualizou ao longo da história da escrita, passando pela questão da autenticidade e culminando na valorização (seria necessidade?) da autoria, é um ponto central que Foucault faz questão de sublinhar. Essa observação avança para a análise da relação entre autor e sua obra, resultando na tomada de posição do filósofo em torno do "parentesco da escrita com a morte" (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 35), representada na "morte do autor"; afinal, "o sujeito da escrita está sempre a desaparecer." (*ibidem*). Se "a escrita desdobra-se para além de suas regras" (*ibidem*) e o sujeito está a desaparecer nesse jogo que é a escrita, para Foucault há ainda aqui uma lacuna a ser preenchida, a ser pensada: a autoria.

[68] Um belo ensaio dedicado à questão é encontrado em Robin (1973).

> Mas não chega, evidentemente repetir a afirmação oca de que o autor desapareceu. Do mesmo modo, não basta repetir indefinidamente que Deus e o homem morreram de uma morte conjunta. Trata-se, sim, de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa descoberto. (FOUCAULT, 2001 [1969], p. 41)

Com esse posicionamento, Foucault analisa a autoria a partir das seguintes questões: (i) o nome do autor e distinção com o nome próprio comum[69]; (ii) a (negação da relação de) apropriação entre o autor e sua obra[70]; (iii) a posição do autor seja num campo discursivo (seria o autor fundador de uma disciplina?), na posição assumida em diferentes discursos (como diante do discurso filosófico, por exemplo), seja na posição assumida como autor de um livro narrador, confidente etc.); e (iv) a possibilidade de se atribuir responsabilidade ao que foi dito ao autor. Embora, ao falar de responsabilidade autoral, o autor mencione as outras questões – um movimento que poderá ocorrer também ao decorrer da discussão –, será apenas este o último ponto aventado por Foucault, a *responsabilidade*, requerido pelo *corpus* que analiso e, portanto, é o objeto de minha atenção.

Acrescenta-se que, para Foucault, o regime de apropriação penal é o primeiro acontecimento historicamente determinante para o reconhecimento da autoria na sociedade. Foucault adverte que o discurso, na sociedade ocidental, era um ato que transitava entre o sagrado e o profano. Naquela conjuntura cultural e religiosa, ser autor representa simplesmente ser o objeto de responsabilização,

---

[69] Para o filosofo, o nome próprio se diferencia do nome do autor: esse último tem a função de reagrupar certo número de textos, articulando a figura de autoridade capaz de circunscrever um estatuto que difere de outros discursos que circulam na sociedade e que, portanto, será recebido de maneira peculiar diante de um nome de autor. Assim, "o nome do autor não está situada no estado civil dos homens nem da ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular" (FOUCAULT, 2001 [1969], p.46). Com essa afirmação, Foucault admite que a lacuna deixada pela autoria é preenchida não necessariamente por um nome, mas por uma função.

[70] Mais precisamente a partir da atribuição de propriedade (da apropriação mercadológica) do livro, o processo da autoria modifica-se, e com ela o modo como o autor é encarado na sociedade a partir das obras literárias. Observa-se esse *acontecimento*, como propõe o próprio autor em outro ensaio (FOUCAULT, 2009 [1970]), sem se deter nesse posicionamento. Importa observar que, para Foucault, a autoria passa a ter um funcionamento distintivo a partir do reconhecimento do autor, possivelmente no século XVII ou XVIII[70], momento em que a fiabilidade e circulação de determinados discursos passa pela autoridade, isto é, pela associação de um autor a determinado texto. Nessa perspectiva, um experimento torna-se aceito quanto mais precisos são os dados referentes à fonte que o produziu; o que determina que os discursos literários demandam a precisão dos dados de autoria (Quem o escreveu? Que ano?) para que sejam validados. Por conseguinte, o reconhecimento e confiança serão conferidos a um texto (e o discurso que dele deriva) quanto mais os dados de autoria forem precisos.

funcionava como um modo de rotular discursos transgressores passíveis de punição. Esse processamento bipolar de ancoragem dos discursos foi superado com o regime de propriedade; momento em que a transgressão passa a ser um modo de funcionamento e caracterização da autoria:

> Assim que se instaurou um regime de propriedades para os textos, assim que se promulgaram regras escritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução, etc. – isto é, no final do século XVIII e no início do século XIX –, foi nesse momento que a possibilidade de transgressão própria do acto de escrever adquiriu progressivamente a aura de um imperativo típico da literatura. (FOUCAULT, 2001 [1969], p. 41)

Diante dessa especificidade, Foucault investiga o processo de reconhecimento da autoria no fim do século XVIII e início do XIX, sem esquecer o acontecimento que lhe é anterior: o processo de apropriação penal verificado no século XVI como modo de atribuir responsabilidade [71] e punir aqueles que disseminavam ideias contrárias às instituições dominantes da época. Nesse momento, o filósofo analisa as condições de produção do pensamento da época: até pouco tempo antes da idade média, o reconhecimento autoral nas ciências era a base de um argumento – bastava-se apresentar o nome dos grandes nomes da ciência de determinada época para sustentar um argumento ou uma descoberta –, enquanto que, no campo da literatura, os textos circulavam e eram valorizados sem a necessária remissão à autoria: "O seu anonimato não levantava dificuldades, a sua antiguidade, verdadeira ou suposta, era uma garantia suficiente" (FOUCAULT, 2001, [1969], p. 48).

No entanto, no fim do século XVIII e início do XIX, o funcionamento inverte-se: no âmbito das ciências, o anonimato torna-se comum ao modo como as ideias circulam e se desdobram nas sociedades, tomadas como verdades correntes e dissociadas de uma referencia autoral. "Apaga-se a função autor, o nome do inventor serve para pouco mais do que para batizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade, um corpo, um conjunto de elementos, uma

[71] Possenti (2002) e Maingueneau (2016) sublinham o modo como a atribuição de responsabilidade é mobilizado na sociedade, nas produções verbais, em tono do termo "autor" (seja como origem, seja como responsabilidade): "o autor da façanha/do gol/ da jogada", "o autor de golpes de faca", "autor das injúrias". Esse funcionamento será retomado ainda nesse capítulo.

síndrome patológica" (FOUCAULT, 2001, [1969], p. 49). Em outras palavras, a função autor passa a ser imprescindível para o seu reconhecimento:

> Perguntar-se-á a qualquer texto de poesia ou de ficção de onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe conferirmos, o estatuto ou o valor que lhe reconhecermos dependem da forma como respondermos a estas questões. E se, na sequência de um acidente ou da vontade explícita do autor, um teto nos chega anônimo, imediatamente se inicia o jogo de encontrar o autor. O anonimato literário não nos é suportado. (FOUCAULT, 2001 [1969], p. 49-50)

Se a função autor é uma proposta teórica que objetiva repensar a problemática da autoria, essa função não é compatível com a questão da autoria observada em gêneros discursivos cujo "discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível" (FOUCAULT, 2001, [1969], p. 45) não reformula ou mesmo agrupa certo número de textos capazes de caracterizar certo modo de pensar em determinado cultura, estruturando um discurso distinto em meio à sociedade. Dito de outra maneira, a função autor não se aplica nos mesmos termos no *corpus* dessa pesquisa, na medida em que o comentário é um gênero que, apesar de não representar uma ruptura, um acontecimento discursivo, apresenta outras particularidades.

Deslocando a análise para a questão do debate no meio virtual, é possível explorar inúmeras questões: como identificar, na escrita, os traços de uma suposta autoria? Há vestígios passíveis de uma remissão às discursividades mobilizadas pelo sujeito? É possível caracterizar essas discursividades? Se operar um deslocamento e situar o problema no âmbito do discurso, teremos outros questionamentos: quem cria os traços identificáveis de autoria?

Detenho-me na primeira das perguntas aventadas acima: como identificar, na escrita, os traços de uma suposta autoria? Quero com isso investigar a possibilidade de identificar a questão da responsabilidade na autoria de um comentário, não se limitando a analisar a posição[72] do sujeito assumida no ato de comentar. Além dessa consideração incide outra: há um desdobramento que torna o autor de comentários em ambiente coletivo não só responsável juridicamente pelo

[72] De fato, compreende a base do pensamento foucaultiano a defesa da dispersão do sujeito: o filosofo defende que o sujeito-autor se articula a partir da tensão dos vários "eus" que se escondem sobre o efeito de unidade de atribuição do autor de um texto ou uma obra literária.

seu dizer, mas também alvo e centro das discussões de outros comentadores, uma vez que, ao partilhar do ponto de vista sustentado por aquele que conta uma piada, partilharia também do suposto ponto de vista polêmico. Mas será que aquele que escreve assume que tipo de responsabilidade pela discursividade que mobiliza? Isto é, se o humorista e/ou autor de uma piada é suscetível a processo jurídico pelo que disse, qual seria o controle/punição daqueles comentadores que reiteram seu posicionamento (por vezes de forma mais ferina e, talvez, mais suscetível a punições)?[73].

A meu ver, é possível sustentar que o lugar de leitor-comentador, bem como as diferentes posições que o sujeito-comentador pode assumir no debate sobre o humor, desdobram-se na problemática da responsabilidade. A título de ilustração do que tenho dito, tomo como exemplo o jornal brasileiro FLH, aqui recortado no espaço dos comentários de uma das colunas da versão eletrônica do jornal FLH:

[73] Chartier (2012), ao analisar a apresentação de Foucault que aqui analisei, assevera que, no que diz respeito à autoria, o mecanismo censor antecede à própria constituição jurídica punitiva sobre a propriedade da obra, atribuindo esse funcionamento já aos séculos XVI ou XVII com a participação da igreja e o Estado como instituições punitivas dos textos transgressores.

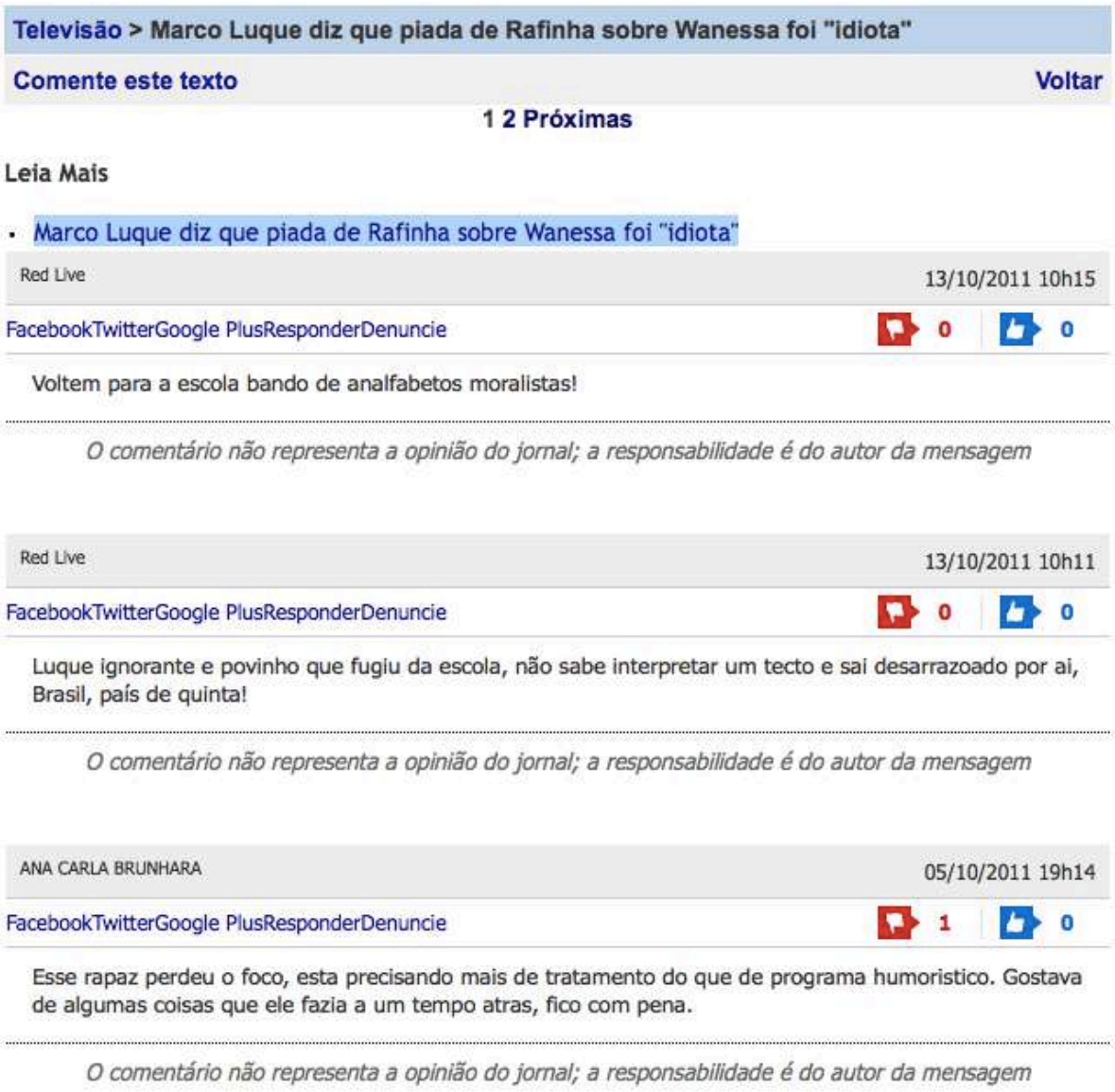

Figura 13 – Espaço dos comentários de uma das matérias do jornal eletrônico FLH.

Sublinho a “advertência” do próprio jornal FLH localizada no final de cada comentário dos leitores:

> *“O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem”,*

Com esse aviso, o jornal não apenas reforça que não partilha dos posicionamentos anotados pelos leitores, mas também acrescenta que esses comentários são de *responsabilidade* de seus “autores”. Ao asseverar e parafrasear

seu posicionamento diante dos comentários dos leitores, o jornal FLH apresenta um comportamento distinto diante do ato de comentar, se assim comparado, por exemplo, com o jornal francês FIG[74]: apesar de em ambas os jornais apresentarem a possibilidade de o leitor-comentador sinalizar alguma impropriedade de outro comentador, não há, no jornal brasileiro, um guia que sinalize não só as regras para uma boa construção argumentativa, como também a polidez subjacente ao debate de ideias, diferentemente do que ocorre no jornal francês. Além disso, o jornal brasileiro refere-se ao comentário também como uma mensagem, o que também não ocorre no jornal FIG. Esse deslize semântico confere ao ato de comentar outro aspecto: se comentar está focado no comentário, naquilo que é dito, emitir uma mensagem é um ato centrado na recepção, pois concebe a existência de um interlocutor (ou um "receptor", uma interpretação sobre o funcionamento da comunicação bastante comum na sociedade brasileira). Com isso, o jornal brasileiro admite que se trata de um debate. Mas não apenas isso: a compreensão de que se trata de um espaço de debate entre leitores-comentadores expõe também o entendimento de que os interlocutores podem ser responsabilizados pelo que podem dizer a outro participante do debate – não apenas sobre o tema em si.

O jornal brasileiro admite que o seu leitor é também um "autor" (e, por isso, responsável pelo seu dizer). E essa associação é baseada em um silogismo: "Aquele que comenta é autor de uma mensagem. Logo, é responsável pelo seu dizer". Há, contudo, um duplo deslizamento de sentido que confere ao ato de comentar um *efeito de responsabilidade*: primeiramente, compreende-se que o sujeito-comentador é responsável pelo seu dizer (pelo comentário/pela mensagem) justamente porque, ao realizar esse ato, torna-se "autor" segundo uma memória jurídica. Já o segundo deslizamento corresponde à interpretação segundo a qual o autor da mensagem torna-se responsável não necessariamente por emitir uma mensagem, mas pelo posicionamento que assume. Isto é, a relação entre mensagem e o que foi dito não é suficiente para compreender o sentido de responsabilidade como defendido pelo jornal, apesar de, no plano jurídico – memória mobilizada pelo jornal –, a imputabilidade ser associada ao plano do dizer. De fato, a responsabilidade não está no plano linguístico, mas no plano discursivo.

[74] Refiro-me à "*Charte de modération et d'animation des débats*" do jornal francês analisada algumas páginas atrás – rever imagem 8.

Por fim, detenho-me na questão da jurisprudência. Ao admitir, mais especificamente, a complexidade no ato de atribuição de autoria a textos eletrônicos, considero, sobretudo, o desdobramento jurídico envolvido no gesto autoral. Trata-se de uma remissão inconsciente que o comentador faz à memória do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, mais especificamente ao incisos IV e IX, sobre os direitos das liberdades individuais com o direito de expressão:

> "IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
> IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (BRASIL, 1988)

Os incisos sustentam a tese segundo a qual o direito de manifestação do pensamento está assegurado pela lei que rege a sociedade brasileira. O saber jurídico explorado nos comentários é articulado como uma espécie de linguagem em que o que se diz sobre o humor é sustentado por um imaginário jurídico (as leis são para defender quem é ofendido, mas também é um recurso de defesa que permite que todos possam dizer o que pensam). Observa-se a construção de um saber atravessado por diferentes discursividades como o PC e a liberdade de expressão/censura (mais frequentemente verificado em discussões sobre humor no Brasil), além de imbricações com a intolerância religiosa, a xenofobia, o preconceito etc. (assim observado no caso ocorrido em solo Francês). Temos, então a inseparabilidade do discurso humorístico do discurso sobre o humor[75]: apesar de distintos, representam elementos de constituição (e possibilidade) do discurso do outro.

O espaço do comentário no meio eletrônico só realça o caráter constitutivo do ato de opinar: aquele que comenta sobre um ato humorístico, por exemplo, não fala do lugar de um estudioso do humor, apesar de apropriar-se de um imaginário sobre o fazer humor. O alcance e a possibilidade de interação da plataforma virtual não fratura a relação entre o intelectual e o leigo; ao contrário, no

[75] O discurso sobre o humor funciona como manifestação de um desejo de opinar estruturado por um imaginário; isto é, as discursividades (aquilo que se diz, o modo que se diz e a quem se direciona) são a condição de possibilidade desse discurso. Já o (discurso) humor(ístico) funciona como a textualização de diferentes discursividades (por vezes com um propósito desestabilizador) agrupadas em torno de um pensamento ordinário, assim estruturado por uma quebra de expectativa. Embora apresentem um funcionamento distinto, tais discursos são constitutivamente indissociáveis.

ambiente virtual, o ato de comentar não prescinde de um domínio da causa, mas apenas da vontade de assumir uma posição diante de determinado assunto. Em um só movimento, aquele que comenta julga valores do que julga ser o ato humorístico “perfeito e mobiliza o discurso sobre a moral e o discurso técnico jurídico. Nessa linha de raciocínio, justifica-se a leitura de que o humor (não) deve ter limites. Ao analista, importa compreender o funcionamento dessa discursividade, seus modos de significar, suas particularidades.

3.3 O COMENTADOR-AUTOR

Em um plano distinto da tese proposta por Foucault, Maingueneau apresenta três acepções específicas em relação ao termo “autor”. Segundo Maingueneau, quando se menciona o termo “autor”, há um valor relacional e outros dois referenciais que operam sobre tal designação. Maingueneau afirma que, “em seu valor relacional, o autor só existe como correlato de um texto que existe previamente.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 104). Com isso, Maingueneau sublinha a atribuição de responsabilidade, no sentido jurídico, ao autor de determinado texto. E completa: “Mesmo se não se sabe quem é seu referente, pode-se empregar uma descrição definida como “autor da *Ilíada*”, desde que um texto chamado *Ilíada* exista.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 104).

Não há ainda a referência ao autor de determinada obra, apesar de o exemplo utilizado permitir esta interpretação, mas a designação de pertencimento. Ao atribuir a *imputação autoral* como um dos valores do termo “autor”, Maingueneau sublinha também que o valor relacional independe do tipo de texto (seja um grafite ou um poema, como afirma o próprio autor). Em outras palavras, o que está em jogo é tão somente a indicação de uma das características possíveis da acepção do termo “autor”: isto é, a aproximação de um “autor” a determinado texto (de sua autoria).

A segunda acepção apresenta uma relação mais particular: a caracterização do “autor como um “produtor de livros”. Esta acepção envolve o estatuto socialmente identificado, como afirma o próprio Maingueneau (2010). Além disso, “Pode receber outros nomes: particularmente, ‘homem das letras’ ou ‘escritor’”. (2010, p. 105). Para Maingueneau, a designação “autor”, nesse contexto,

compreende o estatuto socialmente construído, associado ao âmbito literário, que caracteriza aquele que escreve. Em outras palavras, compreende a sua representação enquanto autor de uma produção textual específica.

Na terceira acepção, a noção de autoria é pensada na relação autoridade-obra. Nessa definição, Maingueneau caracteriza “autor” como aquele que é lido e citado na sociedade. Isto é, “autor” é aquele a quem se atribui a autoria de um texto célebre, o que lhe confere uma imagem, um estatuto – o que Maingueneau designou como “auctor”. O próprio autor afirma que se trata de uma definição bem próxima à apresentada por Foucault em sua conferência “*Que-est que ce un autour?”.* Sobre a tese de Foucault, Maingueneau afirma: “Para ele, o autor é, acima de tudo, uma entidade que permite unificar um conjunto de texto em torno de um ponto de vista singular.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 105).

É possível compreender também o modo como Maingueneau articula a noção de autor a partir dos *três valores distintos*: para Maingueneau, a última característica é completamente diferente das outras duas, na medida em que o último valor simboliza tanto a atribuição autoral (e a responsabilidade agregada a esse ato) quanto a marca de autoridade resultante da “imagem do autor” diante da circulação de sua obra (e do seu pensamento).

Para Maingueneau, é a dispersão que interessa observar, isto é, os vários modos de funcionar, não o preenchimento de uma lacuna fruto da necessidade da sociedade de atribuir a autoria (empírica ou virtual) de um texto a um projeto individual. De fato, não é esse ponto que interessa analisar nos comentários em ambiente virtual: nem a morte do autor nem a possibilidade de atribuição do “autor” propriamente dito, enquanto unidade.

Em suma, as lógicas a que estão submetidas o uso do termo “autor” na sociedade são, de fato, difusas, atendendo a instâncias pragmáticas que determinam a designação. Porém, a primeira acepção parece não se limitar a esse funcionamento: a simples associação “quem foi o autor desse comentário?” não implica afirmar que esse “autor” seja produtor de um livro ou seja uma referência metonímica de uma figura a quem pode ser associada uma obra. Assim, a primeira acepção proposta por Maingueneau coerente com a autoria nos comentários em meio virtual.

Retomo, entretanto, mais uma vez à tese de Foucault. Na proposta do filósofo, o estatuto do autor distingue-se do indivíduo: é antes um processo

complexo de atribuição de portador de um discurso. Há, no entanto, uma ressalva feita por Foucault em um exemplo que me permite pensar outra problemática em torno do desdobramento da autoria:

> O eu que fala no prefácio de um tratado de matemática – e que indica as circunstancias da sua composição – é diferente, tanto na sua posição quanto no seu funcionamento, daquele que fala numa demonstração e que surge sob a forma de um “Eu concluo” ou “ Eu suponho”: num caso, o “eu” reenvia para um indivíduo sem equivalente que, num lugar e tempo determinados, fez um certo trabalho; no segundo caso, o “eu” designa um plano e um momento de demonstração que qualquer individuo pode ocupar, desde que tenha aceitado o mesmo sistema de símbolos, o mesmo jogo de axiomas, o mesmo conjunto de demonstrações prévias. (FOUCAULT, 2001 [1969], p. 55)

O exemplo apresentado por Foucault sustenta a tese de que o processo de autoria comporta diferentes “eus”[76]; isto é, a “função autor” compreende a simultaneidade das várias posições que o autor pode ocupar. Nesse caso, o portador de uma discursividade pode ser responsabilizado não em função dos discursos a que se filia, mas pelo modo como assume uma posição diante dessa discursividade (um procedimento comum em discussões em torno de temas ditos polêmicos, como aborto, prisão perpétua, escola sem partido... limites do humor).

A atribuição do autor oriunda das práticas (tanto mercadológicas quanto coercitivas) aventadas por Foucault que perpassaram possivelmente acontecimentos durante os séculos XVII, XVIII e XIX (cada um com peculiaridades que pouco interessam nesse momento) são fatores suficientes para compreender o mecanismo de atribuição de autoria. Opõe-se o sujeito individual ao sujeito enquanto função. No entanto, a análise da questão da autoria observada em outro âmbito demanda outra reflexão. Ora, o autor de que trata Foucault, de fato, não é o indivíduo: a autoria decorre de certas práticas em certos campos.

---

[76] Para Possenti, trata-se de uma das características da função autor que não tem tido grande atenção nos trabalhos sobre a noção de autor após a conferência de Foucault (1969). Segundo o autor, “A mim parece que esta quarta característica da função autor é, na obra de Foucault, de natureza completamente diferente das outras três, que são eminentemente históricas (para duas delas se tem tentado estabelecer até mesmo uma datação). esta, ao contrário, deriva de uma concepção tipicamente discursiva (não que seja a sonhada por Foucault, cuja utopia são textos sem autor: “quem importa quem fala?”). Ela decorre da percepção de que os autores não exercem a mesma função em todos os textos, ou que não é o autor enquanto tal, uma suposta unidade, que surge inteiro em todas as etapas de uma obra, ou na totalidade de seus escritos. escrever um prefácio não é como apresentar uma doutrina no corpo do livro. Podemos analisar assim, é bastante claro, os prefácios que escritores redigem para justificar sua obra ou sua (inter)língua (como o fez Alencar, para citar um exemplo nacional).” (POSSENTI, 2016, p. 237)

No que diz respeito à particularidade do comentário em meio virtual, a problemática do autor é outra: trato da questão da autoria, de um lado, pelo modo como os próprios comentadores tratam, em relação à memória jurídica de responsabilidade, e, de outro, compreendo o gesto autoral como um procedimento argumentativo coerente com o gesto simbólico de comentar. Essa concepção é encontrada já na proposta de Possenti Possenti[77] (2009a, 2009b, 2016) e propõe revisitar a noção de autoria a partir da questão da pessoalidade inerente à produção discursiva.

Segundo Possenti (2009):

> Os elementos fundamentais para repensar a noção, imagino, são os seguintes: por um lado, deve-se reconhecer que, tipicamente, quando se fala de autoria, pensa-se em alguma manifestação peculiar relacionada à escrita; em segundo lugar, não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em seus discursos, ou seja, em domínios de memória que façam sentido; por fim, nem vale a pena tratar de autoria sem enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa pessoalidade, de alguma singularidade. (POSSENTI, 2009a, p. 95)

Se Foucault (2001 [1969]) diferencia autor (em sua dispersão discursiva) de escritor (aquele que escreve o texto), tratar de autoria no campo da AD requer um deslocamento. Esse deslocamento é realizado por Possenti (2009a). Porém, há uma diferença: Foucault trata da autoria a partir de um viés estritamente discursivo; já Possenti, apesar de assinalar o ambiente discursivo como determinante na análise da noção de autor, não desconsidera a pessoalidade, a singularidade passível de ser sublinhada na enunciação.

Tratando da autoria em comentário eletrônicos, fica evidente o caminho que escolho seguir. Mas me resta outra vez questionar: como considerar a autoria na AD sem desconsiderar o indivíduo em vez do sujeito (e a teoria do assujeitamento), esta já bastante analisado em alguns ensaios do próprio campo da AD? Acredito que a resposta está no primeiro elemento mencionado por Possenti: o estilo. Em outro de seus ensaios dedicados ao tema, o próprio autor dá indícios para a o trabalho com a escrita e a noção de autor:

---

[77] Apesar de o autor afirmar que é necessário “tornar um pouco objetiva essa noção, talvez ainda intuitiva” (op. cit. P. 104), considerarei sua tese central para a compreensão do funcionamento da autoria no *corpus*.

> Como condição mínima, diria que é impossível pensar na noção de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade, que, por sua vez, não poderia escapar de uma aproximação – bem feita – com a questão do estilo, como já assinalei. Trata-se, pois, de tornar objetiva essa noção – quem sabe descritível em traços, em indícios, com os riscos de isso ser equivocadamente entendido como uma proposta que se limite a enumerar traços necessários e suficientes. (POSSENTI, 2009b, p. 106)

Possenti (2009b[78]) admite a possibilidade de analisar e identificar indícios de autoria através de marcas na escrita sem limitar a análise a teorias do texto já consagradas[79]. Trata-se de uma proposta intrigante e pouco explorada no campo da AD. Ao tratar da questão da produção de textos de alunos[80], Possenti observa que o critério de avaliação desses textos foi por muito tempo limitado a análises baseadas em critérios meramente gramaticais, "o que ultrapassasse essa dimensão caía na mais abissal subjetividade, pois entrava na categoria do gosto" (2009b, p. 106). Assim, identifica a dificuldade: como avaliar o "conteúdo" de uma produção textual sem cair na subjetividade do avaliador? Como descrever e defender a autoria nesses textos? Em suma, assinala a incongruência compreendida nesse ato: ao tentar fornecer os modos de estruturar e produzir um texto *crítico* ao aluno, falta ao próprio professor os recursos para avaliar esse suposto processo autoral. De fato, não há justificativa maior para a necessidade de se repensar e reconsiderar o sujeito (mas também o indivíduo) na produção (discursiva) de um texto.

A questão fundamental, assevera o autor, está na subjetividade em sua relação indissociável com o quadro histórico que o possibilita.

> Penso que *um texto só pode ser avaliado em termos discursivos.* Isto quer dizer que a questão da qualidade do texto passa necessariamente pela questão da subjetividade e de uma consequente inserção num quadro histórico – ou seja, num discurso – que lhe dê sentido. O que se poderia interpretar assim: trata-se tanto de singularidade quanto de tomada de posição. (POSSENTI, 2009b, p. 106) (Grifo do autor)

---

[78] A publicação original da coluna é encontrada na "Revista Perspectiva 20 (1). *Expressando a língua portuguesa e seu ensino*. Florianópolis: editora da UFSC, 2002. p. 104-123"

[79] O autor não deixa de (des)considerar também a categoria gramatical, "especialmente quando se trata do ranço" (POSSENTI, 2009b, p. 106).

[80] Anos depois de sua tese, o próprio autor sublinha o seu objetivo: "Minha tese, expressa em Possenti (2002 [2009b]) é que textos escolares podem revelar indícios de autoria. Mas isso não significa que alunos sejam autores (alunos, metonimicamente, recobrem toda a gama dos que escrevem sem serem autores segundo a concepção tradicional, isto é, sem obra que possa ser avaliada como uma "unidade" etc.)."(POSSENTI, 20016)

Ao mencionar a subjetividade, Possenti, em nota de rodapé, defende a possibilidade de se considerar o interdiscurso, os múltiplos sentidos etc. como contribuição à análise da subjetividade. Com isso, defende a possibilidade de tratar a suposta subjetividade com objetividade, de forma consistente; isto é, trabalhá-la a partir dos mecanismos de produção do(s) discurso(s) próprios de toda produção textual. Trata-se de uma alternativa para a abordagem da noção de autoria diferente daquelas tratadas por Foucault (2001 [1969]), uma vez que não se considera nem a obra nem a discursividade articulada pelo autor.

Possenti defende a necessidade de uma teoria do discurso que seja capaz de dar conta dessa noção, mas que não desconsidere particularidades próprias da produção desse texto em nome de uma noção ampla que pague o preço por "apagar" tais especificidades. Para tanto, fornece as questões centrais que o analista deve considerar ao trabalhar com uma teoria do discurso na análise desses textos:

> É que uma teoria do discurso permite ao analista posicionar-se claramente a cavaleiro de uma noção de subjetividade que lhe permite excluir duas interpretações maléficas, pois:
>
> a) pode ao mesmo tempo mostrar que subjetividade nada tem a ver com modo como esta noção é compreendida na estética romântica (ou, mais geralmente, com várias pragmáticas recentes);
>
> b) pode mostrar, ao mesmo tempo como, assumindo uma posição que é histórica e que representa uma ideologia, um sujeito pode ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição – sendo que o que distingue é exatamente a ordem do *como*. Ou seja, um certo estilo não é incompatível com a assunção – necessária – de que o sujeito sempre enuncia a partir de posições historicamente dadas num aparelho discursivo institucionalizado e prévio (POSSENTI, 2009b, p. 107) (Grifo do próprio autor)

Ora, desde que assumida uma teoria consistente, capaz de dar conta da análise, a observação e análise do estilo em uma produção textual não impede, de fato, que se considere as condições de produção do discurso estruturado em um texto. Ao contrário, ao defender essa possibilidade, Possenti opera com a dimensão discursiva sem desconsiderar o texto – apesar de fazer algumas advertências que discutirei mais adiante.

Na medida em que não deixa de ser a materialidade empírica de análise da AD, a proposta de aproximação da análise entre o texto e discurso possibilita

novas abordagens sobre a noção de autoria. Há, porém, um ponto a ser superado: como proceder à análise sem que essa não se confunda com concepções da ordem das teorias do texto, por exemplo?

Diante desse desafio, o autor expõe algumas observações[81]:

(i) "trata-se de *avaliar* os indícios e não de *ler* marcas." (POSSENTI, 2009b, p. 108);

(ii) "*As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática."* (POSSENTI, 2009b, p. 110);

(iii) "Pode-se dizer provavelmente que alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não disso) fundamentalmente algumas atitudes: *dar voz a outros enunciadores, manter distancia em relação ao próprio texto, evitar a mesmice,* pelo menos." (POSSENTI, 2009b, p. 110)

Sobre a primeira consideração, Possenti adverte que *ler* a marca por si só não é suficiente para sustentar o que vem a ser autoria. É necessário repensar o modo de avaliá-la, observar as condições de produção que determinam o funcionamento dessas marcas. Daí a afirmação seguinte de que os indícios de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática. Tal posicionamento admite a limitação em atribuir o sentido em uma produção textual apenas à coesão e coerência bem articuladas – segundo Possenti, estas correspondem apenas às exigências burocráticas de composição de um texto, na medida em que satisfazem as exigências mínimas de textualidade. Para Possenti, importa compreender que a historicidade (é aqui que o próprio texto ganha sentido) é determinante para a identificação da autoria, que se dá, por conseguinte, a partir da identificação e, por sua vez, através da avaliação dos elementos observáveis nos textos (o que pode ser observado, por exemplo, na avaliação da composição de personagens e suas ações em uma produção textual).

[81] Limito-me aqui a apresentar as considerações expostas por Possenti ao longo do seu ensaio que considero centrais para pensar os indícios de autoria em gêneros menos específicos, como os textos escolares. O autor ainda adverte sobre outras fragilidades ao se analisar a autoria nos textos escolares, mas que não interessa detalhar nessa pesquisa em função da particularidade do gênero discursivo aqui trabalhado.

Ao introduzir três aspectos na sua última observação, agrega as estratégias exploradas pelo “autor” para conferir particularidade ao seu texto, isto é, os indícios de autoria observáveis em uma análise. Diante da identificação da autoria a partir do modo como o autor dá voz a outros enunciadores em seu texto, Possenti (2009b) analisa um breve texto de autoria de L.F. Veríssimo e enumera os seguintes aspectos: (I) a enumeração de diferentes pontos de vista (além do defendido pelo próprio autor, que, por sinal é um argumento antigo e corrente na sociedade), bem como o modo como o autor se posiciona diante desses argumentos – ou a avaliação de uma suposta neutralidade; (ii) o fato de que esses pontos de vista retomam opiniões correntes (e que, portanto, fazem sentido); (iii) por fim, sublinha que, ao explorar diferentes argumentos, o autor trabalha em colaboração com um suposto coenunciador específico, apostando que este compreenderá a rede de argumentos necessária para a construção dos sentidos no texto. Assumindo esses modos de identificação dos indícios de autoria, Possenti expõe sua tese: “há algo do autor: seu jeito, o *como*.” (2009b, p.111).

Há outro aspecto que considero central na identificação dos indícios de autoria como propõe o autor: o modo como os autores podem manter distância em relação ao que dizem e em relação aos seus interlocutores. Observemos o que diz o autor:

> Se, numa conversa, [os autores] suspendem “o que estão dizendo” para explicar-se, diante de alguma reação do outro, visível ou imaginável, é exatamente de distancia que se trata (o locutor diz, por exemplo, “não pense que estou exagerando”, “e olhe que não sou bairrista” etc.). Também é bastante frequente que enunciadores explicitem em que sentido estão empregando certas palavras, ou que se voltem sobre o que disseram para resumir, retomar etc. (POSSENTI, 2009b, p. 112)

Nessa passagem, Possenti não só descreve o funcionamento do afastamento do autor (seja em relação aos seus interlocutores, seja em relação ao que dizem), mas também deixa entrever que essa atividade é constituinte do modo de organização autoral [82] . Em se tratando de um gênero com traços predominantemente argumentativos, é esperado que o “autor” opte pela manutenção da distancia diante de um (ou dos dois) aspectos observados por Possenti, não

[82] “Locutores/enunciadores constituem-se como autores em boa medida por marcarem sua posição em relação ao que dizem em relação a seus interlocutores.” (p. 114)

apenas com o objetivo de conferir originalidade ao seu texto, mas, sobretudo, como uma estratégia de defesa de seu(s) ponto(s) de vista. Mais uma vez está em jogo a questão do *como*, isto é, o modo como o autor organiza, seleciona e explora os sentidos à medida que é tomado pelo próprio modo como esses sentidos já circulam na sociedade.

Por fim, Possenti versa sobre o modo como o autor intervém na composição do texto, mais precisamente na escolha lexical segundo a natureza do discurso mobilizado. De fato, mais uma vez admite a interdependência de avaliação dos indícios de autoria no plano do discurso em relação à materialidade linguística que o registra. Eis o que, a meu ver, caracteriza a investida de Possenti sobre a autoria: a advertência para a necessidade de uma análise objetiva do funcionamento da autoria no plano discursivo de análise, mas também a possibilidade de avaliação da autoria em distintos gêneros discursivos[83] – ambas contribuições perfeitamente atribuíveis a um duplo objetivo: seja com o intuito de analisar um texto com um propósito específico de avaliação escolar (ou em processos seletivos), seja com um interesse de avaliar o modo como a autoria se define em relação com o plano discursivo em que se articula.

O argumento defendido por Possenti incide sobre a possibilidade de identificar *indícios*[84] de autoria em textos escolares (POSSENTI, 2009b): o seu recorte de análise é centrado nos textos escolares. Contudo, não impede de estender a análise para outros gêneros discursivos, pois a grande maioria dos exemplos analisados pelo autor em seu artigo tratam-se de textos não-escolares (artigos, crônicas, obra literária de não ficção). Trata-se de um procedimento que dá sustentação à tese. Apesar de ter como objetivo contribuir com a prática mais eficiente – e mais objetiva – de análise da qualidade de um bom texto (e esse teria como sintoma uma composição autoral passível de identificação por parte do avaliador desses textos), considero que a teoria apresenta-se também como uma proposta de compreensão da autoria no caso dos comentários no ambiente virtual.

Enumero os pontos identificáveis no texto sublinhados por Possenti que considero centrais a qualquer tipo de análise dos indícios de autoria na

[83]Trata-se de uma afirmação minha, na medida em que, ao propor um gesto inicial de análise àquela época, Possenti delimita sua análise ao sublinhar que a identificação de *indícios de autoria* devem ser tratados como tal, o que implicam análises mais abrangentes em se tratando de outros gêneros.

[84]"Insisto que os fatos que apresentei devem ser tratados como indícios. E que, presentes em um texto escolar, são certamente sintoma positivo. (p.117)

materialidade verbal: (i) o apelo à memória – imposição de um coenunciador especializado; (ii) a incorporação de discursos correntes; (iii) o ato de dar voz a outros; (iv) escolha/delimitação de um léxico; (v) além da avaliação do discurso do outro, do discurso citado. Deixemos esses pontos em suspenso.

As ocorrências mais frequentes no corpus que poderiam ser considerados indícios de autoria são os comentários articulados pela conjunção "mas", reconhecidamente uma marca de polifonia, que indica que o comentador se move em um espaço interdiscursivo:

> *Comentário 1*
> A piada foi péssima, **mas** é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim. (Grifo meu)
> (Lapanagio, 23/06/2015)
>
> *Comentário 2*
> O cara é mau humorista, **mas** indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior. Puro achismo do juiz. Creio que ainda haja possibilidade de recurso. (Grifo meu)
> (Lorenzo Frigerio, 23/06/2015)
>
> *Comentário 3*
> Assim deve funcional a lei. Temos liberdade de expressão, **mas** respondemos pelo que falamos. Saiu barato. (Grifo meu)
> (Wasantos, 23/06/2015)

Todos os exemplos estão publicados na seção de comentários da coluna da jornalista Mônica Bergamo, intitulada "Rafinha Bastos terá que pagar R$ 150 mil à família de Wanessa Camargo" (23/06/2015)[85]. Nos casos acima, os comentadores expõem o ponto de vista do outro antes de apresentar o seu, o que indica controle das posições argumentativas no interdiscurso. Dessa forma, os comentários constroem a controvérsia imaginariamente situando os posicionamento das partes envolvidas na discussão.

Outro indício de autoria pode ser observado em comentários publicados em matéria do jornal FLH, "Relembre cinco piadas polêmicas de Rafinha Bastos" [86] (03/10/2011):

---

[85] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/06/1646807-rafinha-bastos-tera-que-pagar-r-150-mil-a-familia-de-wanessa-camargo.shtml.
[86] Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/televisao/984895-relembre-cinco-piadas-polemicas-de-rafinha-bastos.shtml.

Comentário 4
É um conceito absurdamente idiota dizer que o telespectador que não gostar, que venha a trocar o canal. É possível trocar um canal, mas também é possível ser decente. Afinal que egoísmo é este? Então, a decência deve mudar de canal, para que a ignorância ter seu espaço? (Grifo meu)
(Fabricio Dellagiustina Barbosa, 05/10/2011)

Comentário 5
Repito: há uma onda de moralismo varrendo o país, e é mais nociva que um tsunami, pois causa estragos na cidadania. **Du-vi-de-o-dó** que a própria Wanessa tenha se incomodado com a piada, que apenas dizia que, grávida, ela estava sexy - quem se incomodou foram seus "defensores " de plantão que, em síntese, são também os opressores de plantão, aqueles que se acham no direito de cobrar que as mulheres sejam "decentes". (Grifo meu)
(luciamarta gonçalves, 03/10/2011)

No comentário 4, os indícios de autoria são estruturados uma memória segundo a qual a moral seria uma responsabilidade individual, não apenas social ("É um conceito absurdamente idiota dizer que o telespectador que não gostar, que venha a trocar o canal. É possível trocar um canal, mas também é possível ser decente"). O comentador antecipa (ou nega) o argumento que deslocaria a "culpa" do humorista para o ouvinte, a plateia. Trata-se de um argumento semelhante ao utilizado por Laurent Sourisseau (ver capítulo 2).

Já o comentário seguinte deixa entrever um argumento que faz parte do interdiscurso ("Repito: há uma onda de moralismo varrendo o país, e é mais nociva que um tsunami, pois causa estragos na cidadania"). Além disso, o modo como caracteriza a dúvida é também um indício de autoria ("Du-vi-de-o-dó"). Outro comentário da mesma "autora", em outra matéria publicada pelo jornal FLH, porém em dia distinto, intitulada "'Até o humorista precisa ter limite', diz Tom Cavalcante"[87] (23/09/2011), confirma o estilo cuidadoso do comentador na articulação da discussão ao mesmo tempo em que se posiciona diante dela:

[87] Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/videos/981584-ate-o-humorista-precisa-ter-limite-diz-tom-cavalcante.shtml.

> *Comentário 6*
> O que está havendo neste país que de repente é varrido por uma onda de suscetibilidades? **De onde vem tanto moralismo? Por favor, moçada, não incorporem o "spirit" norte-americano! O rapaz apenas disse que a Wanessa, mesmo grávida, continuava sexy**; piadas sobre estupro são corriqueiras, como são acerca de qualquer tema que inquieta o ser-humano. (Grifo meu)
> (Luciamarta Gonçalves, 28/09/2011)

Apesar de se tratar de um comentário da mesma leitora do jornal, chamam a atenção dois outros indícios de autoria: o primeiro, a outra interpretação que a comentadora realiza diante do suposto ato humorístico de Rafinha (em vez da interpretação da grosseria, um suposto elogio do humorista: “O rapaz apenas disse que a Wanessa, mesmo grávida, continuava sexy”). Em seguida, o acionamento do interdiscurso (“De onde vem tanto moralismo? Por favor, moçada, não incorporem o "spirit" norte-americano!”) para validar o ponto de vista segundo o qual o PC, inicialmente difundido nos Estados Unidos, seria o causador do moralismo. Além disso, nota-se o uso das aspas na palavra “*spirit*”.

Realizado esse breve percurso de análise dos comentários, retorno à discussão em torno da autoria, partindo da observação proposta pelo próprio Possenti em outro trabalho dedicado ao tema. Mais especificamente em torno do modo como a noção tem se desenvolvido no território brasileiro após a conferência de Foucault (1969), Possenti (2016) afirma que

> Uma leitura, talvez superficial, da vasta produção brasileira sobre o tema revela que há uma diferença nítida entre as teses de Foucault (e mesmo as de Maingueneau e de Chartier, por exemplo) e as nativas. De fato, textos sobre autoria produzidos no brasil (LAGAZZI (2006), TFOUNI (2008)[88], OLIVEIRA (2004)[89], por exemplo), revelam um movimento peculiar. A diferença crucial reside na exigência foucaultiana (que acompanha a tradição, seja literária, seja filosófica, seja a das artes plásticas ou do cinema) de que a autoria corresponde a uma obra, enquanto que a deriva brasileira define a autoria por uma certa relação de quem escreve (ou fala...) com textos que, por enquanto, qualificarei como comuns (no trabalho de Gallo, por exemplo, trata-se de produções escolares). (POSSENTI, 2016, p. 230)

[88] TFOUNI, L. V. **Autoria e contenção da deriva**. in: tFoUni, L. V. (org.). Múltiplas faces da autoria. ijuí: editora da Unijuí, 2008. p. 141-158.
[89] OLIVEIRA, E. C. de. **Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas**. Maceió: eDUeL, 2004.

Observam-se alguns pontos na síntese descrita por Possenti. Primeiramente, já discuti que a tese de Foucault, de fato, atribui à noção de autor a relação que este mantém com a obra – e o próprio Possenti afirma isso: “Em Foucault, autor é um correlato de obra: não há autor sem obra, não há obra sem autor” (POSSENTI, 2016, p. 231).

Nota-se também o modo como a noção de autor é tratada no Brasil. A distinção mais nítida dá-se na relação entre sujeito e texto, em vez de autor e texto, como defendida por Foucault (1969) na caracterização da “função autor”. Segundo Possenti, essa leitura pode ter engendrado certo distanciamento do modo como a noção de autor é interpretada no Brasil. E essa distinção é atribuída a uma possível interpretação que os leitores de Orlandi (1998) fazem de seu texto “*Nem escritor nem sujeito: apenas autor*”. Para o autor, “As características do autor propostas por Orlandi podem ser lidas como um dos aspectos da tese do “controle da deriva do texto”. (POSSENTI, 2016, p. 235). Sua tese pode ser sumariamente observada quando defende o modo distinto de avaliar a autoria em relação à construção de um texto, o limite que definiria ser ou não ser um autor:

> Os autores são escritores cujo texto é, usualmente, considerado “consciente” (o que não anula seu atravessamento pelo inconsciente). Quando textos de “autores” contêm atos falhos (como alguns que Freud comenta) ou conversas “de loucos” (como as de Hamlet), são vistos como “intencionais”, não como equívocos ou sintomas de falta de domínio do texto. O que não significa que o mero domínio do texto, de um texto qualquer, comum, banal, implique autoria. Um bom contra-exemplo é o famoso relatório de Graciliano Ramos: nele se prefigurava um autor *porque se tratava de um relatório não convencional*. (POSSENTI, 2016, p.236)

Se a autoria, em Foucault, está centrada na obra, a deriva brasileira, como define o autor, desloca a questão para pensar o texto a partir da figura daquele que comenta. Com efeito, tratam-se de posicionamentos distintos. A noção de autoria, em ambas perspectivas, admite um “autor” – na formulação simples daquele que escreve – na tentativa de definir o funcionamento da autoria. No entanto, o que diferencia a avaliação de autoria nos dois casos é exatamente o interesse dedicado à análise do sujeito-comentador: no caso da deriva brasileira, o interesse central compreende a investigação do modo como o escritor se inscreve no texto, como o domina – apesar de não ser um ato consciente –, tornando-se, assim, autor – o que não interessa à Foucault, por exemplo.

Possenti, assim como Foucault, defende que não é qualquer texto que tem autoria. No entanto, para Possenti, o que distingue um texto que tem autor de outro sem autoria será a capacidade do autor de articular e, sobretudo, controlar, mostrar domínio sobre o texto. O autor sustentará sua tese com exemplos de textos em que o domínio da escrita (Freud, Hamlet, Guimarães Rosa etc.) é determinante para o modo como o texto é recebido na sociedade: estes não são interpretados como textos comuns, mas como textos singulares pelo modo como são construídos. Contudo, estes são textos com escritores também autores. O indício de autoria é, portanto, para Possenti, um funcionamento particular e sofisticado determinante para o engendramento de um texto. O que é sublinhado por ele ao defender que o domínio da deriva de um texto pode ser melhor observada em textos "não convencionais":

> O autor se caracteriza pelo controle de um texto não convencional (quem controla um texto comum é apenas sujeito "normal") (...) Defendo que se considere que está é a linha divisória entre ser e não ser autor, no que se refere ao controle do texto. (POSSENTI, 2016, p. 235)

A proposta de Possenti, apesar das ressalvas do próprio autor, permite repensar a noção de autor na medida em que as implicações de sua teoria reforçam a necessidade de investir nas reflexões sobre o modo como se tem pensado – e aceitado – a noção de autoria na atualidade. Ademais, sua proposta auxilia na compreensão do modo como as definições são articuladas, os pontos que são desconsiderados e os argumentos que as sustentam. Apesar disso, o autor conclui: "Evidentemente, a questão não está resolvida." (POSSENTI, 2016, p. 241).

Possenti (2016) apresenta duas causas:

> a) a dificuldade, por mais sofisticadas que sejam as operações, de desligar completamente pessoa de autor, o que leva, por exemplo, a atribuir às pessoas que assinam os livros (seus autores?) até os pontos de vista das personagens, e, claro, dos narradores de suas obras; a questão do alter-ego é clássica, e resistente; b) a "vontade" de atribuir autoria a quem não tem obra. (POSSENTI, 2016, p. 242)

A segunda ressalva é, para mim, a mais relevante: "a "vontade" de atribuir autoria a quem não tem obra". Afinal, essa questão aparenta ser de "simples" resolução (como o autor mencionará), mas apresenta-se ainda não superada. De

fato, uma dificuldade circular, na medida em que, ao superar (ou propor não levar em consideração) a relação necessária (obrigatória?) entre obra e autoria, parece que os estudos relacionados à noção de autor sempre acabem retomando o que aparentam desconsiderar. Para o autor, a questão é encerrada em uma única resposta: “A pergunta soa como um repto: por que não seriam autores? Por que este papel caberia aos ‘grandes’? (...) a única resposta é uma decisão...política” (POSSENTI, 2016, p. 241).

3.4 ENTÃO, *JE SUIS* AUTOR*?*

De fato, parece-me plausível estar atento aos diferentes âmbitos de circulação de discurso em nosso tempo, sobretudo quando se ressaltam as particularidades do ambiente virtual na composição do processo de censura. Afinal, nesse “novo” meio de circulação de ideias, admito que o sujeito é autor (no sentido jurídico), na medida em que é responsável pelo que escreve não só em seções destinadas a comentários – o caso dessa pesquisa –, mas também em editorias, cartas do leitor, blogs, bem como em outros meios constitutivos do espaço virtual.

No entanto, concebo a autoria também no plano da formulação. Em outras palavras, a meu ver, a textualização de um discurso não apenas limita as possibilidades de sentido, mas também funciona como o registro de autoria não necessariamente sobre a figura de um indivíduo, nem em nome de uma instituição, mas através do registro discursivo articulado no plano linguístico, estruturando um gesto autoral, assim notabilizado por índices autorais, como defende Possenti.

Diante das duas considerações, arrisco-me a defender a caracterização do autor, no âmbito do discurso, como a representação não de um indivíduo, mas de um sujeito não necessariamente anônimo, haja vista que ele pode ser representado por diferentes marcas linguísticas inconscientemente empregadas para registrar sua responsabilidade diante do dizer – o que é suficiente para imputar-lhe a responsabilidade jurídica pelo que diz.

Para me fazer compreendido, recorro a uma das capas do jornal CH, mais especificamente à capa publicada justamente após o atentado sofrido pelo semanário em janeiro de 2015:

Figura 14 – Capa do jornal CH publicada dias após o atentado de 7 de janeiro de 2015.

O tamanho exagerado da imagem tem como objetivo possibilitar observar uma particularidade que pode passar despercebida pelos leitores não assíduos do jornal: o complemento utilizado pelo próprio jornal para referir-se à sua própria marca, "*Journal irresponsable*". Em destaque (sob cores vermelhas e distintas do restante da página), na parte superior da imagem, logo abaixo do nome do jornal, "*Journal irresponsable*" remete a alguns sentidos possíveis: (i) o enunciado evoca a afirmação segundo a qual o jornal seria responsável pela ataque que sofrera, na medida em que extrapola os limites de uma suposta liberdade de expressão, sublinhando, como um dos seus efeitos de sentido, o *efeito de responsabilização*; isto é, a caracterização de um enunciado pertencente àqueles que são contra à linha editorial do jornal; (ii) simultaneamente, ainda determinado pelo funcionamento interdiscursivo de produção de sentidos, é possível afirmar que o enunciado explora mais uma vez o sentido de responsabilidade, porém, demarcando ideologicamente (e em um possível tom de ironia) seu posicionamento diante do ataque que sofrera,

realçando o posicionamento ideológico característico do jornal mesmo após o ataque; nesse caso, o *efeito de ironia* é acrescido ao caráter ideológico central do enfrentamento.

Apesar de não ser o foco da breve análise que aqui proponho, é necessário reconhecer a inseparável relação entre materialidade visual e os enunciados na formulação dos sentidos, não apenas pelas inúmeras discursividades saturadas nesse significante, mas também pela relação que mantém com os enunciados observados na própria imagem de modo a estruturar os sentidos. O centro de meu interesse, no entanto, corresponde ao modo como a autoria – no modo como quero propor – funciona na textualização dos discursos. Para tanto, destaco o seguinte enunciado: *"Je suis Charlie*".

Antes, porém, afirmo que o gesto autoral que analiso restringe-se ao enunciado em questão particularmente registrado na capa do Jornal CH. Afinal, o modo como o enunciado circulou em diferentes suportes caracteriza justamente as peculiaridades discursivas que pode mobilizar. Assim, as particularidades desse material são a condição de possibilidade para investir na descrição da autoria como quero propor.

De volta ao enunciado "*Je suis Charlie*", defendo que há o esvaziamento de sentido do material linguístico e o preenchimento do autor pela observação das condições de produção do discurso que o possibilitam e, por sua vez, torna possível a sua identificação. A meu ver, o pronome "*Je"* registra a tentativa de autoria sem que essa se confunda com a demarcação de um indivíduo ou uma instituição; isto é, penso que a materialidade linguística, ao demarcar essa imprecisão no plano linguístico – (afinal, quem é o eu preenchido no enunciado?) é também um mecanismo de autoria, na medida em que há uma tentativa de preencher o vazio desse anonimato. Trata-se ainda de uma autoria indeterminada, que demanda não apenas o reconhecimento da saturação da discursividade que se materializa no enunciado e que nos permite descrever o sujeito, mas também a compreensão dos aspectos materiais em que esse enunciado é produzido (no caso do jornal, o modo em que foi produzido: uma placa erguida nas mãos de uma caricatura de muçulmano caracterizado com uma lágrima em um dos olhos). Assim, o autor do enunciado não é o jornal francês ou aquele que o escreveu, mas todo aquele que inconscientemente partilhar da necessidade de se inscrever no enunciado.

Creio ser possível afirmar que o ato de partilhar o enunciado "*Je suis Charlie*" articula um registro que é desprovido de um sentido prévio de referência a um individuo determinado. Ao replicar o enunciado, o sujeito procede a uma tentativa de se inscrever na comunidade. Mas não apenas partilha de uma mesmo discurso: opera também uma tentativa de dar singularidade ao seu dizer – de fato, um ato que falha, mas que não impede de ser observado. Tem-se, assim, tanto a caracterização do sujeito do discurso quanto o indício autoral.

Penso a autoria como o entrecruzamento até certo ponto planejado de diferentes discursos mobilizados pelo sujeito, que deixa uma lacuna de responsabilidade a que esse sujeito almeja preencher. Considero tal proposta como um deslocamento diante de ideias já levantadas outrora, como a do próprio Foucault em *L'ordre du discours:*

> O autor, não entendido como, é claro, como um indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas **o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência.** (FOUCAULT, 2009 [1970], p. 26) (Grifo meu)

Foucault limita-se a considerar o autor no domínio da filosofia, literatura e ciência, âmbitos em que o papel do autor é uma regra e sua demarcação se faz necessária. Descreve, assim, o ponto primeiro da "função autor": a responsabilidade. Diante disso proponho o deslocamento: apesar de um comentário em ambiente eletrônico não exigir que este preste contas do texto que produziu – haja vista o anonimato comum no domínio virtual –, há o preenchimento da autoria desse sujeito-comentador no momento em que ele não cessa de reforçar a sua presença. O gesto autoral como arrisco propor responde a uma coerência interna do âmbito eletrônico.

É a complexidade dos modos de produção do ambiente eletrônico o ponto central da reflexão que proponho. Afinal, o ambiente particular de materialização do comentário difere do material impresso. Porém, a observação das diferentes plataformas não é suficiente para sublinhar a distinção. A mediação, o meio de inserção do comentário através da identificação obrigatória (ou do anonimato) do suposto autor-comentador difere dos mecanismos de verificação de autoria em textos impressos (é o caso das cartas ao leitor publicadas nos jornais normalmente

nos dias seguintes à publicação de determinado artigo): a materialidade é outra, sua regulamentação e seu funcionamento são singulares. E isso implica no modo como são recebidos na sociedade, no modo como os sentidos são processados e na maneira como a autoria é concebida. É uma demanda que direciona à investigação do que é próprio do comentário especificamente produzido no ambiente eletrônico.

4 DESCREVENDO CASO A CASO

> [...] para compreender a produção do efeito B, não é suficiente considerar a causa A imediatamente precedente, ou visivelmente relacionada ao efeito B isoladamente, mas a causa A enquanto elemento de uma estrutura onde ela toma lugar, portanto submissa às relações estruturais específicas que definem a estrutura em questão.
>
> (Louis Althusser, em "*Sur la genèse" ,* p. 2)

Mobilizo os dizeres de Althusser não sem objetivo: a descrição de um dos casos (o do jornal francês CH) retoma uma complexa trama histórica a que considero importante descrever. Partirei do seguinte texto: "50 anos de ataques contra as mídias francesas"[90]. Trata-se do artigo publicado no jornal LM no ano de 2015. Na verdade, o próprio jornal alerta que se trata de um artigo originalmente publicado em novembro de 2013, após os atentados sofridos pelo jornal francês, *Libération*, e o canal BFM-TV. Esse artigo foi atualizado e novamente publicado após o atentado sofrido pelo CH em janeiro de 2015. Feita a ressalva, advirto que o primeiro registro de ataque contra os meios de comunicação franceses é datado pelo jornal no ano de 1961. Daqui proponho iniciar o percurso de análise.

No início da década de 1960, a França ainda mantinha a Argélia como uma de suas colônias[91]. Os jornais são acusados de propor o abandono da Argélia francesa e tentar se aliar à FLN (Frente de Libertação Nacional) – partido socialista argelino que tinha como objetivo estabelecer a independência argelina diante da França. No território francês, àquela época, o jornal FIG foi atingido por uma bomba, sem registro de feridos. O próprio jornal relata que jornalistas que defenderam tal posicionamento tiveram suas casas explodidas, também sem deixar feridos. Talvez seja esta uma janela de memória revisitada pelo jornal FIG após o ataque ao jornal humorístico CH. Os efeitos de sentido em torno do atentado, a ênfase aos (não) feridos e a repressão aos jornalistas dão corpo ao funcionamento do interdiscurso.

Apesar da gravidade dos incidentes, e do caráter emblemático de ambos os casos, há outro acontecimento que ganhou destaque nas mídias francesas – e

---

[90] O título original do LM é "*50 ans d'attaques contre les médias en France*".

[91] É possível encontrar uma vasta bibliografia organizado e editado pela associação "*17 octobre 1961 contre l'oubli*", no livro "*Le 17 octobre 1961, un crime d´Etat à Paris*". Além disso, uma boa obra sobre o assunto é "*Police contre FLN, le drame du 17 octobre 1961*" do historiador Jean-Paul Brunet.

que já foi mencionado e descrito brevemente no capítulo 2. Em 16 de dezembro de 2013, o presidente da França, François Hollande, ao discursar para o Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF), afirmou que o ministro Manuel Valls retornou “são e salvo da Argélia” e que “isso já era muito”. O acontecimento foi bastante explorado pelas mídias europeias.

Não poderia ter sido diferente: tratada como piada por quase todo noticiário, a declaração do presidente não falha pela suas afirmações. Em outras palavras, não interessa analisar o que foi dito, mas pelo processamento interdiscursivo que opera certa memória em torno do que não foi dito e que, por sua vez, possibilita que a controvérsia em torno da declaração de Hollande se concretize. O entendimento dessa memória é crucial para compreender a controvérsia. Observemos como a declaração do presidente francês foi relatado na França pelo portal do jornal *L’Obs*, e, logo na sequência, no Brasil, pelo portal *G1* do Portal *Globo.com*, ambos já apresentados no capítulo 2 dessa tese[92]:

> "Incidente lamentável", "derrapagem verbal" ou "de dar náuseas": uma **piada** do presidente François Hollande sobre a segurança na Argélia gera polêmica, domingo 22 de dezembro. O chefe de Estado, habituado a fazer **piadas**, manifestou domingo seu "sincero pesar" pelas declaração em **tom de humor**, do dia 16 de dezembro, diante do Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF), que celebrava seus 70 anos de fundação, ao afirmar que o ministro do Interior, Manuel Valls, tinha retornado ileso da Argélia. "Já é muito", afirmou. A piada tinha encontrado pouco eco até a reação oficial da Argélia na noite de sábado. O ministro dos Negócios Estrangeiros argelino, Ramtane Lamamra, disse que a **piada** era um "lamentável incidente" e uma "enfraquecimento" das ligações entre os dois países. (Grifo meu) (Tradução minha)

> O presidente francês, François Hollande, provocou um incidente diplomático com a Argélia, ao declarar, em **tom de brincadeira**, que "já era o suficiente" que o Ministro francês do Interior tivesse voltado "são e salvo" de uma visita a esse país do norte da África. A **declaração polêmica** data de 16 de dezembro, quando o presidente afirmou, diante do Conselho Representativo das Instituições Judaicas da França (CRIF), que o ministro Manuel Valls tinha retornado "são e salvo" da Argélia. **Fazendo graça**, Hollande acrescentou: "já é o suficiente". Ao comentar a frase que, inicialmente, passou despercebida, o governo argelino afirmou no sábado que foi um "incidente lamentável"[93]. (Grifo meu)

[92] O texto original, em francês, está presente no capítulo 2 dessa tese, na página, 30.
[93] Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/pres idente-frances-provoca-incidente-diplomatico-com-piada-sobre-argelia.html.

Após a repercussão do ocorrido, Hollande "*exprime ses sincères regrets*" através do seu porta-voz, assim noticiado pelo próprio portal francês *L'Obs*. É necessário dizer que, na mesma matéria, o *L'Obs* afirma que, mesmo após o pedido de desculpas de Hollande, o assunto ainda repercutia na Argélia: o presidente francês continuava a ser manchete nos principais jornais Argelinos.

> La presse algérienne critique vivement la déclaration de François Hollande. Samedi encore, elle faisait la une des journaux arabophones "El-Khabar", "Echorouk" et "Ennahar". "Hollande **se moque** de l'Algérie devant les juifs", pouvait-on lire en première page. [94] (Grifo meu)

Acrescenta-se ao ocorrido o fato de que, embora o Ministro argelino das Relações Exteriores, Ramtane Lamamra, lamente a declaração do presidente francês, ao classificar o ocorrido como um "incidente lamentável", a relação entre os governos francês e argelino não se deteriorou após o ocorrido. Tratava-se de uma "piada" (assim rotulado pela mídia, como demonstrei no capítulo 2) que rendeu discussões em torno do tripé humor/desrespeito/limites. Há, porém, um fato interessante no modo como cada jornal apresenta a questão, sobretudo se observada a designação do pronunciamento do então presidente francês: seja como uma "piada" na primeira citação, seja como uma "declaração" na segunda; ou ainda no modo como as manchetes caracterizam o ocorrido (*"Hollande **faz graça** com a Argélia diante dos judeus"*). Para compreender esse funcionamento discursivo, invisto na noção de memória e esquecimento a partir de algumas propostas teóricas.

Achard (1999, p. 16) afirma que "a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase". Ainda segundo Achard, o funcionamento da memória dá-se a partir dos operadores linguageiros que, retomados enunciativamente através de paráfrases, serão capazes de formular os implícitos. Trata-se de uma hipótese de funcionamento formal da ordem dos implícitos. Em um dos exemplos que utiliza em seu artigo (*"Neste momento, o crescimento da economia é da ordem de 0,5%"*),

[94]"A imprensa argelina critica fortemente a declaração de François Hollande. Ainda no sábado, estava estampado em alguns dos jornais árabes, como "*El-Khabar*", "*Echorouk*" e "*Ennahar*". "Hollande **faz graça** com a Argélia diante dos judeus", pode-se ler na primeira página. (Grifo meu) (tradução minha) .

defende que a presença de alguns implícitos (a relação semântica verificada entre *crescimento* e a possibilidade de ser *verificado* em vez de *medido*; a equivalência da taxa de 0,5% diante das possíveis; a concepção de que o prazo de um ano é considerado como evidência etc.) caracteriza esse funcionamento formal materializado no discurso.

O posicionamento de Achard distancia-se de explicações que veem a memória como a retomada de um passado. A memória é formulada pela regularidade determinada pelo jogo de forças, isto é, aquilo a que o sujeito ou analista estão submetidos: um jogo de forças simbólico. Dito de outro modo, a memória seria formulada não pela repetição, mas por uma "regularização discursiva" sustentada por um efeito de paráfrase. Assim, a memória restitui julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído. O que Pêcheux (1990) vai sublinhar como o funcionamento da metáfora: "uma palavra por outra" e acrescenta:

> o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-estruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1990, p. 56)

Para Pêcheux, a memória (re)estrutura a atualidade produzindo um efeito de memória. Em outras palavras, apesar de os implícitos se relacionarem em redes de memória, a irrupção de um acontecimento desestrutura-reestrutura essas redes. Trata-se de um "jogo de forças" (já mencionado por Achard) que, ao mesmo tempo que visa manter uma regularização pré-existente, é responsável também por desregular essa própria rede de implícitos. Na medida em que o acontecimento irrompe ao trazer um recorte de memória à atualidade (sem cessar sua opacidade), a memória (re)estrutura a materialidade discursiva, uma vez que, segundo o próprio Pêcheux, não há sentido senão *em relação a*. Com essa assertiva, defende que a memória não pode ser concebida como um reservatório, mas como um espaço de disjunção, regularidades formuladas pelo conflito, não por uma aparência logicamente estável.

Já Paveau (2007) propõe que a noção de memória no domínio da cognição distribuída. Trata-se de uma proposta situada nos trabalhos de cognição social (cognitiva-discursiva), contrária à cognição neurobiológica. A autora defende a

tese segundo a qual há uma cognição exterior ao sujeito, na medida em que admite a existência de quadros *pré-disursivos* coletivos (crenças, emoções, conhecimentos enciclopédicos), bem como agentes psíquicos externos (um mapa, uma lista etc.). Essa articulação entre o cognitivo e o discursivo privilegia a *recognição* como o funcionamento que torna possível falar em memória cognitiva-discursiva: um conjunto que coloca em um mesmo lugar os laços materiais fundados nos saberes e crenças ao lado da memória afetiva (estados mentais afetivos). Esta ainda não explorada na AD.

Em outro artigo, Paveau (2013) dedica uma seção à análise desse conceito na Análise de discurso ao afirmar que o conceito de memória é determinado, sobretudo, pelos dados pré-discursivos. Trata-se de uma memória coletiva que se organiza segundo quadros sociais ao mesmo tempo em que se constitui a identidade individual dos locutores. Em relação ao funcionamento dos pré-discursos, afirma que

> Os observáveis (…) serão construídos, preferencialmente, de *sinais* de pré-discursos, no discurso, o que eu chamo de apelos aos pré-discursos. Como o pré-construído, o pré-discurso se marca como tal, mas não se inscreve na materialidade linguageira. Portanto, os observáveis são, neste trabalho, formas linguageiras que indicam que se apelam aos dados pré-discursivos coletivos e anteriores, destinadas a evocar uma partilha do sentido comunicável por distribuição e transmissível por herança memorial. No entanto, esses pré-discursos não são acessíveis ao locutor, são tácitos. (PAVEAU, 2013, p. 140)

Paveau, ao repensar a noção de memória sustentada entre outras coisas pela defesa de agentes psíquicos externos, pretende dar conta dos fenômenos de filiação do sujeito em sua relação aos dizeres anteriores.

Em um trabalho que também defende a aproximação da memória coletiva à memória discursiva, Moirand (2012) assevera que as palavras e os enunciados têm uma memória ao mesmo tempo coletiva (Halbwachs), discursiva (Courtine) e episódica (Tulving), estruturadas em uma abordagem dialógica dos discursos ancorada nos estudos de Bakhtin. Segundo Moirand, a memória é estruturada por categorizações que fazemos diante das percepções que temos dos fatos, isto é, conscientemente ou não, operamos um movimento de percepção particular dos discursos.

Segundo a autora, as atividades de denominação são reformuladas a partir da categorização operada pelo sujeito. Além disso, o ato de nomear inscreve automaticamente o ato de tomar posição. Assim operam controvérsias, sublinha a autora. A memória, portanto, estrutura-se pelo dialogismo e, sobretudo, pelo interdiscurso, na medida em que discurso não só dialogariam entre si, mas seriam atravessados um pelo outro. Para Moirand, as mídias

> são um lugar de encontro dos discursos heterogêneos, tomados emprestados de diferentes locutores, diferentes meios sociais, diferentes comunidades linguageiras, diferentes formações discursivas e de outras mídias" (MOIRAND, 2012, p. 20).

Em outras palavras, o funcionamento dos discursos transversos (como definido por Pêcheux) estrutura o funcionamento das mídias. Mas, o ponto que mais chama a atenção na proposta de Moirand é a relação entre a atividade de categorização operada pelo sujeito. Contudo, na medida em que, para Moirand, nomear inscreve o ato de tomar posição e a memória se articula pelo interdiscurso, há também o esquecimento envolvido no ato de categorizar os fatos. Em suma, ancoro-me na perspectiva da autora e complemento esse breve percurso de análise em torno do conceito de memória com a consideração de outro funcionamento constitutivo do ato de enunciar: o conceito de esquecimento.

Em AD, sabe-se que o sujeito é afetado por dois esquecimentos como defende Pêcheux (1969). O primeiro, da ordem do inconsciente, diz respeito ao modo como o sujeito esquece de que não é a origem do seu dizer. Já o segundo, referente à enunciação, afirma que o sujeito esquece que seu enunciado pode ser reformulado de outro modo. É sobre este último esquecimento que analiso e repenso o modo como os enunciados promotores das controvérsias (como o enunciado de Hollande), por exemplo, são articulados nos comentários.

De um lado, ao admitir que o enunciado de Hollande proferido durante a conferência na Argélia trata-se de uma piada, o sujeito não só produz uma categorização, nomeando o enunciado do ex-presidente como um ato humorístico (dentro das possibilidades discursivas e históricas associadas ao que foi dito), mas também assume posição diante do enunciado (assim, *"Hollande **faz graça** com a Argélia diante dos judeus"*, o enunciado é considerado um *"Incidente lamentável"*, *"derrapagem verbal"*) . Por outro lado, observa-se que Hollande não percebe a

possibilidade de que o seu enunciado poderia ser formulado de outra forma. Isto é, Hollande não se dá conta (esquece) de que sobre o seu dizer incidiria uma memória. O mesmo funcionamento ocorre nas manchetes que rotulam certos comentários como uma “piada”, um ato humorístico.

4.1 O CASO *CHARLIE HEBDO*

Antes de tratar do caso em questão, realizo uma pequena digressão essencial para compreender o recorte realizado durante a pesquisa. De fato, os primeiros semestres da pesquisa foram dedicados à composição do *corpus*, período dedicado à descrição e análise do caso da piada do humorista Rafinha Bastos direcionada à cantora Wanessa Camargo. Até aquele momento estava bastante interessado em investigar os comentários em torno das discussões provenientes dessa discussão. Encontrava-me às voltas de uma gama de artigos de diferentes jornais eletrônicos nacionais que versavam sobre o incidente do humorista e, sobretudo, o debate sobre os limites do humor. A inclusão do PC nas discussões me encorajava a questionar o funcionamento particular (se é que existia) dessa controvérsia.

Convém dizer que tudo mudou durante o período de estudo em Paris. Durante minha estada na França, presenciei a circulação de informações e discussões sobre os limites do humor após mais um atentado em solo parisiense, ocorrido na noite de 13 de novembro de 2015 – o primeiro após o ataque ao jornal humorístico CH, com maior número de vítimas fatais, alcançando uma dimensão maior nos noticiários franceses e mundiais. Naquele momento, foi posto em prática o primeiro toque de recolher desde 1944, ordenando que as pessoas saíssem das ruas de Paris.

Sabe-se que, na primeira semana do ano de 2015, no dia 07 de janeiro, o jornal satírico semanal CH, situado no 11º *arrondissement*[95] de Paris, foi invadido por homens armados. O ataque registrou 12 mortos (dois deles agentes da polícia) e

[95] Morei durante dois meses no 11º *arrondissement* durante minha estada em Paris. Trata-se de um dos bairros de maior presença de (filhos de) imigrantes, de grande miscigenação cultural e forte incidência da religião islâmica. É curiosamente o bairro onde se situa o semanário CH, jornal humorístico reconhecido por comumente publicar caricaturas de diferentes líderes religiosos. É também o “bairro” onde se situa o bar e casa de shows *Bataclan*, um dos pontos de maior número de vítimas do atentado ocorrido em novembro daquele mesmo ano.

cinco feridos gravemente. No mesmo dia, uma policial é morta a tiros em *Montrouge*, periferia de Paris, e, no dia seguinte, o mesmo acusado de matar a policial invade um supermercado próximo à *Porte de Vincennes*, matando quatro reféns antes de ser morto pela polícia. Os atentados são caracterizados como protestos à edição do semanário humorístico que ostentava em sua capa a caricatura de Maomé com os dizeres “100 chibatadas, se você não morrer de rir”, como é observado logo abaixo:

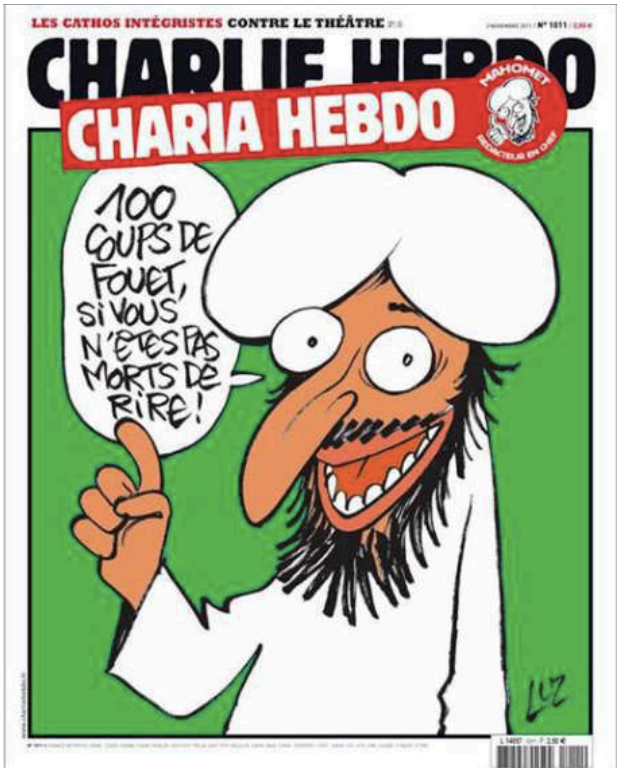

Figura 15 – Capa do jornal CH.

O ataque foi descrito como uma retaliação à suposta ofensa do jornal após publicar a caricatura de Maomé. Na religião islâmica, a representação visual de Maomé é um tanto problemática, não existindo um consenso entre seus adeptos. Segundo Larson (2011), alguns sunitas e xiitas acreditam que a representação visual de qualquer ser humano é proibida em absoluto, sobretudo Maomé[96]. O objetivo, no

[96] É comum encontrar iranianos que residem fora do Irã tolerantes com tais representações. Alguns, inclusive, convivem habitualmente com figuras de Maomé. Acrescento que é comum encontrar religiões que defendem esse preceito, como o judaísmo – em que um dos dez mandamentos proíbe “imagem de esculturas” – ou mesmo algumas religiões protestantes que, entre os dogmas a que se opuseram ao catolicismo, repudiam figuras e representações dos seus ícones religiosos. Um caso

caso da proibição da representação do fundador do islamismo, é evitar a idolatria: de fato, seja por caricatura seja por estátuas, tais representações são formas clássicas de ídolos, não compreendendo, portanto, uma alegação restrita aos adeptos da religião islâmica.

Não foi, porém, a primeira vez que a publicação de uma representação da figura de Maomé em jornais gera um debate fervoroso: dez anos antes, em 30 de setembro de 2005, o jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* publica doze caricaturas de Maomé com o título “As faces de Maomé”.

Figura 16 – Publicação do jornal *Jyllands-Posten*

emblemático foi a solicitação dos embaixadores da indonésia, Paquistão e Egito, em 1955, para a retirada de uma estátua de Maomé então situada em um tribunal em Nova York.

A publicação corresponde ao trabalho de diferentes desenhistas que responderam ao apelo de Flemming Rose, um dos responsáveis pelo setor de serviço cultural do jornal dinamarquês, que, diante da dificuldade em encontrar ilustradores para trabalharem no livro infantil do dinamarquês Kåre Bluitgen que contaria a história de Maomé, recorreu à chamada pública para preenchimento do cargo de desenhista. A dificuldade encontrada por Rose é atribuída à morte de Theo van Gogh (de sobrenome homônimo do famoso pintor holandês Vincent van Gogh), assassinado no ano de 2004, por um radical islâmico, em Amsterdã. O assassinato foi descrito como uma retaliação de extremistas islâmicos ao curta-metragem produzido por van Gogh em conjunto com a roteirista Ayaan Hirsi Ali, intitulado "Submissão[97] (parte 1[98])". Nesse curta, duas mulheres muçulmanas dialogam com Deus, questionando os dogmas da religião islâmica. O curta gerou discussão entre os praticantes da religião não apenas por denunciar a condição feminina, mas também por apresentar o corpo feminino nu, após espancamento, com as escrituras do Corão.

Ao publicar as doze caricaturas de Maomé, o caso do jornal dinamarquês motivou o enfrentamento não apenas na comunidade islâmica: a publicação foi condenada pela própria ONU, como foi veiculado em matéria do Jornal FLH – notícia mencionada na minha dissertação de mestrado em que tratei brevemente do PC no humor (SOUZA, 2013).

> (1) *"A ONU condena reprodução de charges do profeta Maomé" (Folha.com,* 08/02/2006*).*

Na matéria do jornal, chama a atenção a justificativa dos relatores da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas contra o Racismo, da Comissão de Direitos Humanos da ONU e da Comissão de Liberdade de Opinião: "Condenamos com firmeza as caricaturas do profeta e entendemos a ofensa que causaram na comunidade muçulmana" (FLH, 08/02/2006). O próprio jornal sublinha, em outro trecho do parecer dos especialistas, o que considerou ser um

[97] "Submissão", termo utilizado pela produção do filme na divulgação do filme, corresponde, em um dos seus sentidos etimológicos, à uma das traduções possíveis da palavra Islã.
[98] De fato, a segunda parte do filme não foi produzido em função do assassinato do cineasta neozelandês e seguidas juras de morte à roteirista Ayaan Hirsi Ali, que acabou por refugiar-se nos Estados Unidos, onde se naturalizou americana.

esclarecimento por parte das comissões em relação aos limites de manifestação do pensamento:

> O exercício da liberdade de expressão implica em certos deveres e responsabilidades, o que requer um julgamento equilibrado, tolerância e responsabilidade (...) estereótipos e imagens que ofendem os sentimentos profundamente religiosos não contribuem para a criação de um ambiente favorável para um diálogo construtivo e pacífico entre as diferentes comunidades".

Se, por um lado, as palavras “tolerância” e “responsabilidade” são centrais na justificativa dos especialistas, de outro, é também fundamental destacar a alusão às palavras “estereótipo” e “imagem” (aqui podendo se desdobrar metonimicamente em caricatura, por exemplo), ambas mecanismos comuns da prática do humor. Tem-se, assim, a negação de um mecanismo específico do humor: a estereotipia e a caricatura quando supostamente extrapolam o “exercício de liberdade de expressão”.

Com efeito, o episódio CH, em janeiro de 2015 não seria o primeiro – nem foi o último – registro de assassinato(s) ocorrido em solo europeu envolvendo, de alguma maneira, a cultura islâmica até o ano de 2017. Contudo, observe-se que o caso do jornal dinamarquês é emblemático, na medida em que engendra as primeiras mobilizações em torno da prática do humor associada à figura islâmica, bem como em torno da religião islâmica. A preocupação registrada no parecer das comissões contra o racismo, a liberdade de opinião e dos direitos humanos é, portanto, um indicativo do caráter difuso da controvérsia, sobretudo pelo fato de o humor não se limitar a representações relacionadas à religião islâmica.

Por fim, destaco o acontecimento que posterior ao atentado sofrido pelo semanário humorístico. No dia 11 de janeiro de 2015, apenas quatro dias após o atentado à sede da revista CH, inúmeras manifestações tomaram as ruas de Paris – momento em que se registrou uma das maiores manifestações que a França presenciou (até aquele momento, a maior de sua história). Diante desse fato, recorro, mais uma vez, à primeira publicação que se sucedeu ao ataque dirigido ao

jornal em janeiro de 2015[99], já brevemente comentada no capítulo anterior (ver pág. 106):

O motivo de mobilizar mais uma vez a capa dá-se pelo fato de que o semanário humorístico explora, mais uma vez, poucos dias após o ataque, a caricatura de Maomé, a "motivação" dos atentados. Observe-se não apenas o fato de o jornal publicar outra caricatura de Maomé – curiosamente com o mesmo fundo e com semelhante modo de representação, a personagem sustentando novamente um cartaz –, mas também, sobretudo, o enunciado escrito no cartaz nas mãos da personagem: "*Je suis Charlie*".

Entre os acontecimentos mais relevantes após o atentado, a frase "*Je suis Charlie*"[100] ganha corpo nas redes sociais e gera um debate que mostra que

[99] Na madrugada desse dia, o jornal alemão *Hamburger Morgenpost*, situado na cidade de Hamburgo, foi atacado, sem deixar vítimas. O jornal havia publicado as caricaturas de Maomé de autoria do Jornal CH.

[100] Não tratarei da análise desse enunciado: há ótimos trabalhos dedicados à questão. Em um dos vários artigos dedicados ao campo do humor, Possenti (2016) defende que os enunciados formulados a partir da incorporação da expressão "*Je suis Charlie*" materializam três posicionamentos, realizando um bom questionamento aos analistas do discurso sobre o funcionamento instável das formações discursivas.

existe uma visão polarizada do ocorrido. Nesse momento, ratifico o posicionamento segundo o qual essa controvérsia se articula por uma dupla leitura indissociável: de um lado, a discussão de que o alvo do humor é o cerne das discussões e, de outro, a defesa de que o tema explorado na composição do fazer rir é a causa central do enfrentamento. Após o ocorrido, a mídia francesa, mais uma vez, insiste não apenas nas discussões sobre o caráter da liberdade de expressão e violência, mas também divulga questionamentos sobre a questão da interferência religiosa na vida social, o preconceito religioso, a xenofobia etc. A difusão dessa controvérsia difere substancialmente do caso Rafinha Bastos – a outra frente de análise que me deterei a partir de agora.

Antes, porém, talvez seja justo dizer que dediquei-me à investigação desse funcionamento com o objetivo de analisar o processo discursivo de formulação de um imaginário que considera a relação entre humor e liberdade de expressão em um momento histórico conflituoso específico. Os temas históricos relacionados ao atentado não foram o centro da discussão das mídias francesas no momento pós-atentados CH – apenas um dos jornais deu atenção ao fator histórico. Apesar disso, era imprescindível descrever, analisar e, por conseguinte, acrescer ao *corpus* esse arquivo de notícias, na medida em que esse trajeto de conflitos históricos é notado nos discursos sobre os limites e liberdade de expressão nos comentários em território francês. Arrisco dizer que é esse discurso que sustenta a própria controvérsia.

4.2 O CASO RAFINHA BASTOS

No dia 19 de setembro de 2011, durante o programa “Custe o que Custar (CQC)”, o humorista[101] Rafinha Bastos, até então um dos integrantes do CQC, pronunciou o seguinte enunciado: “Eu comeria ela e o bebê”. O enunciado faz referência a um quadro em que uma das entrevistadas, Wanessa Camargo, fala, entre outros assuntos, sobre sua gravidez. De fato, o enunciado do humorista foi destacado pelo caráter sexual. Mas não apenas por isso: Rafinha Bastos utiliza o

[101] Tomo de empréstimo a nomeação que circula na sociedade, não correspondendo, portanto, a uma afirmação de que se trata de um humorista: de fato, o posicionamento diante do que vem (ou não) a ser humor (e o que vem a ser humorista) não me interessa nesse momento.

verbo “comer” direcionado não apenas à figura da cantora, que estava grávida, mas também ao filho dela na barriga, em uma suposta tentativa de realçar a beleza da cantora – um dos sentidos utilizados pelo público que o defendeu em diferentes redes sociais.

Não foi o primeiro acontecimento polêmico relacionado ao humorista: há dois momentos que não foram esquecidos pela imprensa brasileira ao debater a destacada frase de Rafinha Bastos. O primeiro, semanas antes do caso mencionado, mais precisamente no dia 29 de agosto de 2011, o humorista teve de pedir desculpas à Daniela Albuquerque, apresentadora do Rede TV, após chamá-la de cadela (“*Se fosse eu já dava uma cotovelada. É octógono, cadela! Põe esse nariz no lugar”*). Mais uma vez, a fala do humorista foi produzida após a apresentação de um quadro do programa. Nesse caso, porém, não se tratava de uma entrevista, mas um quadro típico de flagras de “erros de gravação” e falas “absurdas” de celebridades que circularam durante a semana que antecede o programa.

O segundo momento ocorreu meses antes: o então integrante do CQC foi acusado de fazer apologia ao estupro em uma de suas apresentações “Stand-up” (“*Mulheres feias deveriam agradecer caso fossem estupradas, afinal os estupradores estavam lhe fazendo um favor, uma caridade”* – reportagem publicada pela revista “Rolling Stone”, Maio de 2011). Diante desses acontecimentos (existem outros!), compreendo que é uma discussão que já vinha se prolongando há algum tempo. No entanto, limito-me a analisar o modo como os comentários sobre o caso Rafinha Bastos/Wanessa Camargo recorrem aos posicionamentos engendrados nas próprias notícias dos jornais sem esquecer que, nos comentários dos leitores, há uma constante relação entre as notícias sobre os casos. Trata-se de uma afirmação aparentemente banal, mas que se faz necessária ser dita.

Após o ocorrido, nenhum dos integrantes do programa CQC emitiu nota a respeito dos acontecimentos que antecederam o caso central dessa pesquisa. Porém, essa atitude não se repetiu após a frase “Eu comeria ela e o bebê”, o estopim em torno dos debates em relação ao humorista. A última frase pronunciada por Rafinha Bastos não ficou apenas imune a comentários, mas também a um processo judicial.

Apresento, porém, duas notas publicadas por dois dos integrantes do programa antes de receberem ordens da emissora para não mais se

pronunciarem[102]. Marco Luque, um dos integrantes do CQC e presente no momento do ocorrido, divulgou a seguinte nota:

> "Eu, como pai, entendo e apoio a revolta e a indignação do Marcus Buaiz, um homem que conheço e respeito. Se fizessem uma **piada** com este contexto sobre a minha família, certamente ficaria ofendido. Com certeza uma **piada** idiota e de mau gosto" (FLH, 30/09/2011) (Grifo meu)

Dessa nota, ocorrem dois momentos complementares: (i) o posicionamento assumido por Luque ao enfatizar a impropriedade (os limites?) do humor quando direcionado à família: "Eu, como pai (...) Se fizessem uma **piada** com este contexto sobre a minha família, certamente ficaria ofendido"; e (ii) a alegação que os dizeres de Rafinha Bastos correspondem a uma piada – "Com certeza uma **piada** idiota e de mau gosto". Uma alegação que trará também uma discussão sobre o caráter não só do humor, mas também do que vem a ser uma piada, como menciono na nota de rodapé vinculada à introdução desse artigo. Essa questão será retomada mais adiante no capítulo 3. Nesse momento, interessa analisar o primeiro ponto: um posicionamento que será *reatualizado*[103] por uma rede de formulações em torno desse posicionamento e que, por sua vez, coexistirá com outra rede discursiva que aqui exemplificaremos a partir do enunciado de outro integrante do CQC, Danilo Gentilli:

> "Qualquer comediante tem que ter o **direito** de falar o que quer, de testar uma piada. **Se** não deu certo, **se** alguém não gostou, desculpa, vamos para a próxima. Eu tenho certeza que o Rafinha tem outras piadas para fazer e que todo mundo vai gostar" – Grifo nosso (Caras online, 14/10/11)

Nesse enunciado, chama a atenção as marcas linguísticas que serão comuns à rede discursiva que se formará em torno desse posicionamento: a alegação, mesmo que superficial, de que a "piada" pode não ter sido das mais felizes, das mais apropriadas, mas que isso não importaria à discussão. As marcas

---

[102] Chama a atenção o fato de a interdição imposta pela emissora não ser um dos pontos explorados pela mídia ou mesmo pelos leitores das colunas publicados pelos jornais de grande circulação. O site FLH (02/10/11) afirmou que a emissora estudou a possibilidade de limitar a presença de Rafinha Bastos a quadros gravados "*como uma forma de controlar o que ele diz*". Um posicionamento que parece não atrair tanta atenção quanto o enunciado gerador da polêmica.

[103] Termo empregado por COURTINE (2008).

linguísticas que demarcam essa consideração *("**Se** não deu certo, **se** alguém não gostou, desculpa..."*) funcionam como um ponto de entrada para a defesa do posicionamento contrário àqueles que se valem da existência de limites no humor: *"Qualquer comediante tem que ter o **direito** de falar o que quer, de testar uma piada".* Trata-se de um enunciado que resume um posicionamento de defesa do humor sem supostos limites.

Essa tentativa de controlar o interdiscurso é sintetizada na tese defendida por Possenti (2012) que pode ser resumida da seguinte maneira: em relação ao funcionamento da polêmica em torno do humor, os defensores do sema "Liberdade" leem o sema do adversário, "Limites" (e o seu simulacro, o sema "censura"), como uma restrição ao discurso humorístico. Já os defensores dos sema "Limites" veem o sema adversário, "Liberdade", como um "abuso", "desrespeito", "injúria" etc. Segundo Possenti, ambos os percursos interpretativos decorrem do funcionamento de uma *interincompreensão* (MAINGUENEAU, 2010), isto é, os posicionamentos assumidos operam com a leitura do discurso do Outro a partir de si, em que *X* será sempre lido como *Y*, o que justifica a incompatibilidade como a interpretação do adversário e, por conseguinte, a manutenção do embate.

A hipótese de Possenti é fundamentada em Maingueneau (2008 [1984]), segundo a qual a relação polêmica se estabelece no gesto de recusa recíproca do discurso do Outro em que cada lado reivindica como positivo o seu registro e rejeita o seu contrário, resultando em uma confrontação semântica através de uma bipartição positivo/negativo de semas. É outro caso em que a polêmica se fundamente na *interincompreensão*: o autor afirma que o sujeito, de um lado, posiciona-se em conformidade com a sua FD, e, de outro "não compreende"/rejeita o sentido do Outro. Em outras palavras, a noção de polêmica encerra um duplo gesto (que, em tese, é uma mesma leitura): de um lado, o entendimento de que existem diferentes posições enunciativas, de outro, a compreensão de que a leitura da posição assumida pelo Outro será negada ou incompatível com o modo como o Outro define o próprio posicionamento.

Ao retomar o enunciado "Eu comeria ela e o bebê", observe-se que, de fato, esse enunciado explora o humor menos pelo inesperado que pelo absurdo. Recorro mais uma vez ao segundo esquecimento proposto por Pêcheux para ratificar que, no plano da enunciação, o sujeito não se dá conta de que o enunciado pode ser formulado de outro modo, na medida em que se esquece que o enunciado

comporta um desdobramento de sentido impossível de ser administrado no ato da enunciação.

Em suma, de um lado, para aqueles que leem o sema “Liberdade” como “injúria”, a ofensa direcionada à cantora (alvo) é encarada como indissociável da conotação sexual observada no enunciado (o tema); de outro, contudo, aqueles que leem o sema “Limites” como “censura” sublinham que a o foco da discussão deveria ser a questão do tema, haja vista que se sustentam no senso comum no Artigo 5 da constituição federal que versa sobre a liberdade e garantias individuais. Essa consideração é relevante pois corrobora com a hipótese mencionada ao descrever o caso CH de que o funcionamento da controvérsia é difuso: isto é, ora o tema é o foco da discussão, ora o alvo é o motivo de debate. Em outros momentos, entretanto, ambos são indissociáveis para apenas um dos lados, como no caso Rafinha Bastos.

5 ANÁLISE

> As normas sociais (de polidez e linguagem) e as sociopolíticas (politicamente correto, tabus, censura) são muito menos explícitas do que as normas religiosas e jurídicas, porque pertencem ao mesmo tempo a um *corpus* de textos normativos e ao conhecimento implícito. Trata-se, porém, realmente de normas, uma vez que sua transgressão é possível de condenações sociais, tais como a estigmatização ou a exclusão, ou então de condenações morais, como o julgamento.
>
> (Marie-Anne Paveau, em “Linguagem e moral”, p. 159)

Como alertei no capítulo de introdução, o debate sobre o humor compreende dois debates distintos: de um lado, há a tentativa de definir o que é humor (ter, ou não, graça é um dos argumentos utilizados por determinado grupo de comentadores), de outro, questiona-se sobre se o humor deveria ter limites (isto é, se certos temas podem ser objeto de piada, se podem ser explorados, se deveria circular em qualquer mídia, determinados horários, a que público). Como já dito em outro momento, esse duplo plano argumentativo pode não ser percebido pelos comentadores, mas deve ser percebido pelo analista. Não se trata, portanto, de uma confusão, mas de uma observação central para a análise. E a observação dessa particularidade a proposito da discussão do humor impõe a necessidade de refletir sobre o funcionamento particular de cada um dos debates.

Examino o primeiro cenário: a discussão sobre o fato de o humor ter ou não ter graça. Durante as primeiras análises dos comentários sobre o humor, em jornais eletrônicos, dedico-me à seguinte regularidade: os comentários quase sempre são críticas àqueles que defendem o humor sem nenhum tipo de limite. O argumento é baseado no efeito que o humor produz (ou deveria produzir), que pode ser sintetizado da seguinte maneira: “o humor que não tem graça não é humor” (enunciado cujo sentido é: “se é ofensivo, não tem graça, logo, não é humor”). Segundo esse posicionamento, alguns enunciados propostos como humorísticos não seriam humor, mas ofensas, grosserias, daí a necessidade de se impor limites. É o que se nota nos comentários da matéria “Marco Luque diz que piada de Rafinha

sobre Wanessa foi 'idiota'"[104] publicada pelo jornal eletrônico FLH (não há atribuição de autoria do texto), 11 dias após o caso, no ano de 2011, nos comentários de 7 a 10, e a matéria do jornalista Tony Goes publicada no dia anterior também no jornal FLH, intitulada "Tudo tem limites, até o Rafinha Bastos"[105], nos comentários 11 e 12:

> *Comentário 7*
> **Para ser humor, precisa ter graça. Isso aí não é humor**, é vontade de repercutir, de aparecer, nem que para isso precise ser **repugnante**. (Grifo meu)
> (Sargenta Pimenta, 01/10/2011)
>
> *Comentário 8*
> **ATUALMENTE O HUMOR FEITO NA TELEVISÃO CONSISTE EM VERDADEIRAS AGRESSÕES VERBAIS, EXPOSIÇÃO DE PESSOAS AO RIDICULO, E BAIXARIAS COM FORTE APELO SEXUAL**. NÃO É SER SAUDOSISTA, MAS HUMORISTICOS COMO FAMILIA TRAPO, BRONCO, ESCOLINHA DO PROFESSOR RAIMUNDO, VIVA O GORDO, TV PIRATA E HUMORISTAS COMO CHICO ANYSIO, RONALD GOLIAS, ZELONI, NAIR BELO, MUSSUM, OSCARITO, GRANDE OTELO E TANTOS OUTROS, PARECE QUE JAMAIS SERÃO SUPERADOS. (Grifo meu)
> (Edson Monteiro, 01/10/2011)
>
> *Comentário 9*
> Vivemos em sociedade e até o "humor" tem limites. Esse homem, seria mais propicio chamá-lo de covarde, pois **só fala, não faz mais piadas, mas sim grosseirias.** (Grifo meu)
> (Observador, 30/09/2011)
>
> *Comentário 10*
> **humorista não tem que adular ninguém. Eis a graça da coisa**. Em que mundo vc vive que não sabe que **o melhor humor é pegar no pé de alguém**? De politico pode, né? Ou não tb... aff!!! Haja saco!
> (new , 30/09/2011) (Grifo meu)
>
> *Comentário 11*
> **O bom humorista não precisa nem abrir a boca p/fazer as pessoas rirem.** Exemplos: Ronald Golias, Mazzaropi, Charles Chaplin e até o sargento Xavier da novela Morde e Assopra reparem nele se vcs assistem a novela. (Grifo meu)
> (Edmara Santos, 03/10/2011)
>
> *Comentário 12*
> **Mas o bom humorista, como por exemplo, Chaplin foi censurado,** banido do país onde vivia com sua família e proibido de voltar. E sabem qual foi a razão? **Usou seu humor criticando o nazismo** e acharam que ele era comunista. É disso que os ignorantes gostam. Nós não temos o poder de julgar. Só de escolher o que assistimos, ouvimos ou lemos. (Grifo meu)
> (New, 03/10/2011)

[104] Disponível em: http://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/247653?skin=folhaonline.
[105] Disponível em: http://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/248525?skin=folhaonline.

Algumas características da escrita do comentário chamam a atenção: é o caso das letras em maiúsculas e das exclamações, traços associados ao ato de gritar em redes sociais, também interpretado como um desrespeito aos demais internautas. Há ainda as perguntas, os exemplos, os usos de alguns sinais tipográficos, como os dois-pontos, as modulações por conectivos (“pois”) ou mesmo aqueles que têm papel semântico equivalente a uma conclusão (“desse ponto de vista”). Essas particularidades do discurso argumentado são muito bem observadas por Régine Robin e Denise Maldidier (2016 [1994]) na análise dos aspectos argumentativos dos comentários e editoriais de imprensa sobre Charléty (maio de 1968). Contudo, apesar de não ter como objetivo tratar da retórica, uma análise proporia que todas essas características são marcas de argumentação relevantes para compreender os efeitos da argumentação desenvolvidos pelos comentadores, o que, segundo as autoras, corresponde a um efeito de identificação entre o sujeito-comentador e o ato de argumentar.

Para além dessa leitura possível, destaco que, nos comentários 7, 8 e 9, claramente há passagens que alegam que o humor não deve ser “repugnante” (comentário 7) ou “grosseiro” (comentário 9), e não deve ter “agressões verbais” (comentário 8). Já os comentários 10, 11 e 12, diferentemente dos três primeiros, embora assumam posicionamentos diversos sobre o “fazer” humor, apresentam um ponto em comum: dedicam-se a caracterizar o papel do humorista, avaliando-o (nos comentários 11 e 12, há o “bom humorista”). Mas há diferenças entre esses três últimos comentários: os comentários 11 e 12 fundamentam os argumentos em exemplos de humoristas que, para os comentadores, são modelos de como fazer humor.

A diferença fica por conta da alusão à censura atribuída à Chaplin, no comentário 12, em que se defende que o “bom humor” – logo, o “bom humorista" – é aquele que incomoda (**Chaplin foi censurado** [...] E sabem qual foi a razão? **Usou seu humor criticando o nazismo)**. Chama a atenção o modo como a censura é tematizada. Ao associar a figura de Chaplin ao combate do nazismo, o comentário 6 deixa entrever que esse tipo de humor não ofende, na medida em que ataca o opressor em vez do oprimido (negro, mulher, homossexual etc.) – uma observação recorrente nos comentários que tentam diferenciar o ato humorístico de uma ofensa. A associação entre o “bom” humor e o ato de incomodar é observada

também no comentário 10: o comentador argumenta que o “melhor” humor deveria incomodar alguém, sobretudo determinadas figuras destacadas da sociedade (“Em que mundo vc vive que não sabe que **o melhor humor é pegar no pé de alguém**? De politico pode, né? Ou não tb... aff!!”). Logo, é possível aproximar o “bom humor” (aquele que critica e que, por isso, é censurado) do “melhor humor” (aquele que “pega no pé”, isto é, critica comportamentos de grupos dominantes).

Talvez seja justo dizer que os comentários não se limitam a tratar do enunciado dito humorístico de Rafinha Bastos direcionado à figura da cantora (ou à figura da mulher) Wanessa Camargo. Nesse caso (como em inúmeras outras controvérsias discutidas no ambiente virtual), os comentários não abordam apenas o caso polêmico motivador da discussão: no ato de comentar, aparenta ser essencial sustentar os argumentos a partir de exemplos conhecidos na sociedade. Essa prática justificaria o fato de o debate ganhar novos rumos ao tratar de outros casos nem sempre semelhantes à polemica.

Acrescenta-se a essas primeiras considerações o fato de que a discussão que se realiza nos comentários não se limita a tratar do que vem a ser o humor: há também a questão dos limites – corresponde ao segundo debate que alerto no início do capítulo e que retomarei mais adiante. Com isso, ratifico que essa controvérsia compreende dois debates que se sobrepõem. Mas, nesse momento, dedico atenção ao debate em torno do que é (ou deveria ser) o humor. Até esse momento, compreendo que o “bom/mau humorista”, a associação entre “humor” e “graça”, além da defesa do papel do humorista (e o que não deveria lhe ser atribuído) são procedimentos comuns desse espaço de discussão.

Arrisco a dizer que esse metadiscurso em torno do humor é regido por um discurso subjacente a respeito do que seria o humor: invocar práticas, atitudes e comportamentos sociais como pertencentes ao campo semântico do humor é a forma de validar ou negar o ato humorístico. É o caso das afirmações “humorista não tem que adular ninguém. Eis a graça da coisa” (comentário 10) e “O bom humorista não precisa nem abrir a boca p/fazer as pessoas rirem” (comentário 11), exemplos em que a semântica do humor é atribuída aos semas +/- graça e +/- riso. As alegações circulam em torno de aproximações semânticas ao humor, não havendo uma definição técnica. O efeito que se produz no julgamento “(não) é humor” configura-se a partir da maior proximidade ou distanciamento dos

enunciados (ditos atos humorísticos) com esses semas. Assim, a organização dos semas /graça/ e /riso/ é eventualmente o modo de avaliação desse metadiscurso.

Recorro novamente à maneira como se estrutura a polêmica, como postula Maingueneau (2008 [1984]): o funcionamento do sentido se constrói à sombra de uma discordância em torno dos semas atribuídos ao humor (tem de ter graça/fazer rir) e que, diante da ausência desse traço, evidenciaria um "falso" humorista. Nesse momento, não há somente a prática subjacente de tentar delimitar, definir, o que (não) é humor, uma piada, um humorista, há também a leitura e avaliação do suposto ato humorístico e do seu autor: "Atualmente o humor feito na televisão consiste em verdadeiras agressões verbais, exposição de pessoas ao ridiculo, e baixarias com forte apelo sexual" (comentário 8), "é vontade de repercutir, de aparecer, nem que para isso precise ser repugnante" (comentário 7) ou "Esse homem, seria mais propicio chamá-lo de covarde, pois só fala, não faz mais piadas, mas sim grosseirias" (comentário 9). A negação de que o enunciado seja humorístico é o procedimento admitido como suficiente para suspender a discussão sobre o humor e deslocar para outra discussão: o debate "liberdade de expressão *versus* limites". Esse procedimento é o ponto central do segundo debate.

Certamente, é possível admitir que a imprecisão na definição do que vem a ser humor é fundante na tentativa de apanhar o Outro em "erro": "Mas o bom humorista, como por exemplo, Chaplin foi censurado" (comentário 12). Afinal, a indefinição em relação ao que vem a ser um "(bom) humorista" é lida pelo oponente a partir de outra FD para a qual "bom/mau humorista" é uma forma de censura, mesmo que o exemplo e o contexto a que este está associado não sejam discutidos. Contudo, essa é apenas uma das faces da polêmica.

De fato, o funcionamento não está somente na negação da interpretação do Outro e, por conseguinte, na diferenciação em relação ao discurso do oponente, mas também no partilhar de um acordo. Segundo Maingueneau (2008 [1984]), há posições que os discursos antagônicos partilham. Em sua proposta, os jansenistas e os humanistas devotos partilhavam de muitos assuntos, discordando no que diz respeito às práticas que levariam à salvação. Analogamente a esse procedimento, nos discursos sobre o humor, os comentários partilham o argumento de que é importante haver humor, que o humor é relevante, que é uma forma de arte etc., independente da existência da discordância em relação à dificuldade em sentenciar se alguns enunciados são (ou não) humor.

Até aqui, considero que, ao analisar as especificidades desse metadiscurso, inevitavelmente deparo-me não só com as faces da polidez – como quando, no capítulo dedicado à análise dos comentários, analisei a *Charte de modération et d'animation des débats* do jornal FIG (ver anexo A) –, mas também com as normas sociopolíticas, morais, assim observadas por Paveau (2016) no trecho que dá início a esse capítulo.

5.1 A POLÊMICA E SEU FUNCIONAMENTO

> O polêmico tem a ver claramente com registros de tipo comunicacional, e associa-se a ele, consequentemente um repertório de traços linguísticos considerados característicos de certa "violência" verbal. Mas, de um ponto de vista da análise do discurso, dificilmente alguém pode satisfazer-se com uma concepção tão vaga do polêmico.
>
> (Dominique Maingueneau, em "Doze conceitos em análise do discurso", p. 189)

Considerar a polêmica como uma atividade verbal em que se desenvolve uma discussão (isto é, um tema delicado, uma controvérsia, uma disputa etc.), de fato, não corresponde à concepção de polêmica como a trata Maingueneau. Assim, o "registro polêmico" é definido a partir das três dimensões que, segundo o analista de discurso, são capazes de ilustrar as faces da polêmica como uma sucessão de trocas que se estendem no tempo. Sobre essa incompatível associação, o analista adverte:

> Antes de expor suas respectivas características, relembrarei que o polêmico não diz respeito de maneira indiferenciada ao conjunto das atividades verbais. Para dizer as coisas rapidamente, ele pertence essencialmente aos "gêneros" instituídos, e não à conversação, à interação oral espontânea. Significativamente, de um ponto de vista lexical, "polêmica" ou "polemizar" se empregam para conflitos nos quais as questões estão situadas além dos indivíduos que interagem. Assim, não se dirá de uma altercação entre motoristas que se trata de uma "polêmica", mas de uma "discussão" ou de um "bate-boca". (MAINGUENEAU, 2010, p. 189-190)

Com essa advertência, Maingueneau se distancia de uma definição que vê a polêmica como uma "discussão" ou "bate-boca", que é uma de suas acepções

correntes na sociedade, e redireciona a atenção para as dimensões de um enunciado polêmico a partir de diferentes recursos conceituais. Talvez seja justo alertar que darei maior atenção à primeira das três dimensões descritas por Maingueneau, com a seguinte justificativa: as demais dimensões já foram (ou serão) analisadas em outros momentos da tese.

A primeira dimensão da polêmica corresponde à *dimensão enunciativo-pragmática*. Para o autor, trata-se da dimensão mais imediata, na medida em que privilegia a análise dos traços linguísticos e ilocucionais que podem ser observados durante a atividade discursiva. Ilustram o que acabo de dizer os comentários retirados das seguintes matérias: "Rafinha Bastos terá que pagar R$ 150 mil à família de Wanessa Camargo" (23/06/2015)[106], da jornalista Mônica Bergamo, e "Monica Iozzi diz que Rafinha Bastos teve cãibra na língua", além da matéria já mencionada no início do capítulo 5 "Marco Luque diz que piada de Rafinha sobre Wanessa foi 'idiota'".

> *Comentário 13*
> O cara é mau humorista, mas indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior. **Puro achismo do juiz.** Creio que ainda haja possibilidade de recurso. (Grifo meu)
> (Lorenzo Frigerio, 23/06/2015)
>
> *Comentário 14*
> Para ser humor, precisa ter graça. Isso aí não é humor, **é vontade de repercutir, de aparecer,** nem que para isso precise ser repugnante. A que nível uma pessoa chega para chamar atenção! (Grifo meu)
> (Sargenta Pimenta, 01/10/2011)
>
> *Comentário 15*
> Vivemos em sociedade e até o "humor" tem limites. **Esse homem, seria mais propicio chamá-lo de covarde**, pois só fala, não faz mais piadas, mas sim grosseirias. (Grifo meu)
> (Observador, *30/09/2011)*
>
> *Comentário 16*
> Mas quem é a Vanessa???? O Rafinha tem um humor negro de arrepiar, mas eu não tenho preconceito com cor de humor. Viva a diferença!!!!! **Ridícula é essa cultura de polícia do humor que está se desenhando no Brasil**. Essa caça às bruxas com zero tolerância deveria ser direcionada contra os governantes e os parlamentares do país. (Grifo meu)
> (elisenda hardiman, 04/10/2011)

[106] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/06/1646807-rafinha-bastos-tera-que-pagar-r-150-mil-a-familia-de-wanessa-camargo.shtml.

Embora se trate de escrita, no primeiro caso, creio que se pode “ouvir” aqui um tom de voz mais elevado, um pouco agressivo, especialmente em “puro achismo do juiz”, embora amenizado na passagem seguinte: “Creio que ainda haja possibilidade de recurso”. No segundo, “vontade de repercutir (...) **repugnante**”: agride, pelo léxico, e pela atribuição de uma finalidade baixa. Uma característica semelhante observada no comentário seguinte, em que “seria propício ... covarde” é obviamente agressivo: “covarde” é uma acusação bem forte. O mesmo ocorre no último comentário: “**Ridícula** é essa cultura de polícia do humor que está se desenhando no Brasil”. Assim, as marcas enunciativas mais comuns, como assevera Maingueneau, são a agressão e a veemência.

Além disso, o conectores “embora”, “apesar” e “mas” marcam o funcionamento dessa dimensão do polêmico nos discursos sobre o humor aqui analisados e de que tratarei mais adiante nesse capítulo. Segundo Maingueneau (2010), deve-se levar em conta o “dispositivo” pragmático em que essas marcas ganham sentido. Em outras palavras, é necessário atentar para a “dimensão” teatral da enunciação. Isso implica dizer que, nos comentários analisados nessa tese, a cenografia de que tratei no capítulo 2 é que dá sentido ao tom polêmico engendrado pelos comentadores.

Se a dimensão enunciativo-pragmática caracteriza o quadro comunicacional, mas também o suporte e o lugar de difusão que caracteriza sua existência, a *dimensão sóciogenérica* mobiliza um recurso conceitual que retoma a rede discursiva e a conjuntura que possibilitam a circulação dos enunciados polêmicos através do interdiscurso. Assim, a dimensão sociogenérica está centrada na análise da polêmica não apenas em relação aos vestígios de uma suposta “violência verbal”, mas, sobretudo, na identificação de determinada conjuntura que a possibilita, isto é, interligada, construída e mantida por outros discursos, em uma temporalidade específica. Assim, o polêmico põe em cena, segundo Maingueneau, os lugares em que os conflitos ganham uma dimensão coletiva, de modo que, nos casos que analisei no capítulo 2, repercute no modo como os textos (comentários) circulam em forma de diálogos submetidos a regras específicas que exigem – e estruturam – as trocas polêmicas entre participantes (comentadores).

Por fim, a *dimensão semântica*. Para Maingueneau, a dimensão polêmica menos evidente, o que é justificada por suas próprias palavras:

> (...) é a menos evidente, porque exige que se entre na construção da identidade semântica dos discursos engajados na polêmica, ligando a polêmica ao funcionamento do campo discursivo do qual participam os posicionamentos em conflito. Assim, o que está no centro da atenção não são nem as marcas nem o dispositivo pragmático, nem as práticas discursivas por meio das quais se exerce a polêmica, mas as próprias identidades que ao mesmo tempo pressupõem e constroem conflitos. (MAINGUENEAU, 2010, p.195)

Nesse caso, para Maingueneau, analisar a polêmica a partir dessa dimensão supõe operar com um dispositivo teórico capaz de dar conta do estatuto singular das identidades que sustentam a polêmica.

> Para que haja polêmica, é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar percebam tais ou tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados. (MAINGUENEAU, 2010, p.195-196)

Acrescento a essa consideração uma aproximação entre polêmica e campo discursivo, um funcionamento merece ser mencionado: nos comentários analisados, considero que os julgamentos de um ato humorístico são formulados fora do próprio campo do Humor, estruturando-se mais precisamente no discurso sobre a moral.

Feito a ressalva, retomo a última dimensão, a partir de um dos comentários produzidos por brasileiros sobre o caso francês CH, assim produzidos na seção “Opinião” do jornal FLH, de autoria do próprio psicanalista e professor Daniel Kupermann, intitulada “Daniel Kupermann: humor é veneno ou remédio”[107] (14/03/2015):

> *Comentário 17*
> **Liberdade NÃO é Libertinagem**. Evidente que tudo o que é mais forte ou picante, vai agradar libertinos. No entanto, Moral não é a mesma coisa que Ética. A Ética vale em todo o Universo, já Moral é localizada em uma sociedade ou país. O Respeito é a grande arma para também ser respeitado. Cutucar com vara curta nunca foi um bom recado. Respeitar não significa concordar.
> (Grifo meu)
> (Celito M., 17/01/2015)

[107] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/03/1602535-daniel-kupermann-humor-e-veneno-ou-remedio.shtml

Além do já observado tom agressivo de que trata a dimensão enunciativo-pragmática, volto a minha atenção para a troca regrada de registros (de si e do Outro) entre discursos é constitutiva da polêmica. O que é sintetizado por Maingueneau: “A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. (MAINGUENEAU, 2008 [1984], p. 108). Esse funcionamento produz um resultado: se, por um lado, tem-se o funcionamento de uma semântica global constitutiva das polêmicas, de outro, tem-se o fator que gera discordância – afinal, a interpretação do Outro não será coerente com a própria leitura que o oponente faz de si, apesar de esse não ser o único recurso utilizado por um grupo para traduzir o enunciado do oponente. Afinal, como observado no exemplo, e defendido por Maingueneau, eventualmente o sujeito, em uma tentativa de evitar a polêmica, cria o “diferente”.

> Se se admite que a relação com o outro é constitutiva, segue-se que as modalidades do polêmico variam em função dos posicionamentos concernidos. Alguns posicionamentos são destinados a produzir incessantemente textos polêmicos; outros se esforçam, ao contrário, para evitar os conflitos, mas tanto em um caso como no outro, este traço é parte integrante de sua identidade. Adotando essa perspectiva, somos levados a minimizar os traços do que seria “o” polêmico e a nos interessar principalmente pelas modalidades de existência de diversos posicionamentos, pela maneira como eles se instituem no interdiscurso. Importância particular deve então ser atribuída aos modos de integração do adversário, do “discurso paciente” em um discurso “agente”. Na interação polêmica, esse adversário com o qual o discurso agente se confronta só é acessível sob a forma de um simulacro, construído sob medida pelo o discurso que o incorpora para desqualificá-lo. (MAINGUENEAU, 2010, p.195-196)

A partir dessa breve resenha da proposta de Maingueneau, analiso – com diferentes níveis de interesse – os comentários sobre o humor atravessando as três dimensões, embora acredite que a última seja um ensejo para um desdobramento maior sobre o modo como a liberdade de expressão tem sido tematizada na sociedade.

5.2 A INCOMPLETUDE NA LINGUAGEM

Como observado em alguns dos comentários que acabei de analisar, é coerente a afirmação que diz que o humor se desenvolve na possibilidade de contestar as ideias dominantes, de ressignificar a ordem existente, relativizá-la. Além disso, fundamentado em Bakhtin (1987), admito que as discussões sobre os limites do humor contêm uma contradição: cometer uma infração diante de uma convenção social – assim avaliada em dado momento da história –, apesar de eventualmente ser negada como um ato humorístico (como acontece no debate que analiso), não impede que essa "infração" seja encarada como um dos modos de estruturação do humor, da linguagem do riso, da cultura cômica. O ato humorístico é, portanto, historicamente uma prática que explora o escárnio e a ofensa.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a relação entre o humor e o PC apresenta uma contradição: isto é, o PC pode ser explorado como instrumento de atos humorísticos, mas também pode ser motivo de questionamento e argumento de negação do mesmo ato humorístico. Nesse ultimo caso, essa interpretação ganha corpo em virtude dos temas que mobiliza, dos alvos das piadas, do público a que se destina, do horário em que é o ato humorístico é propagado etc. O núcleo do problema que se põe, contudo, não é a temática do humor ou o alvo (como já problematizado em outros momentos da tese), mas o modo como os discursos propostos como humorísticos são recebidos e interpretados na sociedade. No cenário brasileiro, por exemplo, menos do que no cenário francês, o debate em torno das normas sociais é uma questão que tem redesenhado a discussão sobre os limites do humor.

Exemplos não faltam. No site da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência[108] do Governo de São Paulo, há um texto intitulado *"Terminologias: sobre a deficiência na era da inclusão"*[109], de autoria do Assistente social, Romeu Kasumi

[108] Disponível em: http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/portal.php/informacoes/terminologia.

[109] O endereço em que se encontrava o texto de Sassaki mudou, e com ele a formatação e o título do documento: agora corresponde a uma produção da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do estado de São Paulo, com o título: "Comunicação inclusiva: uma abordagem humanizada". Antes uma breve lista (apesar de ainda preservada nessa nova versão), hoje é um arquivo em formato *Power Point* com ilustrações e com acréscimo de uma narrativa histórica sobre as pessoas com deficiência de autoria da jornalista e Gestora da Assessoria de Comunicação Institucional, Maria Isabel da Silva. Este novo documento pode ser acessado no mesmo site, embora em outro *link*: http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/2014618181629_ TerminologiaHumanizada_EncontroGestores2013.pdf.

Sassaki. Nesse documento, a autora propõe a “melhor maneira” de se referir a um deficiente que aqui me limito a expor apenas alguns dos enunciados:

> **(A)**
> ***“Apesar de** deficiente, ele é um ótimo aluno”*
> Na frase acima há um preconceito embutido: *‘A pessoa com deficiência não pode ser um ótimo aluno’. FRASE CORRETA: “ele tem deficiência e é um ótimo aluno”.*
>
> **(B)**
> ***“Ela é retardada mental** [,] **mas** é uma atleta excepcional”*
> Na frase acima há um preconceito embutido: ‘Toda pessoa com deficiência mental não tem capacidade para ser atleta’. FRASE CORRETA: “ela tem deficiência mental e se destaca como atleta”.

Anoto a seguinte regularidade: a organização sintática através da articulação de concessões (“***apesar de** deficiente...*”) e compensações (...***mas** é um atleta excepcional*) observadas nos enunciados[110] são reformuladas, de modo que prevalece a organização sintática da adição (*ela tem deficiência mental **e**... / ele tem deficiência **e**...*). Acrescenta-se a isso a palavra “deficiência”, uma palavra “socialmente aceita” e que se opõe, por exemplo, à “retardada mental”. A tentativa de explicitar o que seria uma representação tácita do preconceito (“*Na frase acima há um preconceito embutido”*) não garante que as frases reformuladas não sejam interpretadas como preconceituosas: a substituição de um vocábulo por outro “mais adequado” não apaga as formulações em torno do que é enunciado. Tem-se um dos esquecimentos de que fala Pêcheux (1990 [1975]): o sujeito não se dá conta da possibilidade de reformulação do seu enunciado. Em A e B, há a crença de que a reformulação tem como efeito o apagamento do enunciado anterior, de modo que o sujeito que o enuncie, partilhando da ratificação, não acesse as formulações anteriores lidas como preconceituosas. Tem-se que o discurso do PC crê no apagamento através da retificação na linguagem: isto é, reformula-se a linguagem, apaga-se o discurso.

[110] É possível encontrar, no documento, outros enunciados com esse mesma regularidade, isto é, com a mesma organização sintática.

Se o uso de “terminologias” na construção do título do texto não permite afirmar que já há nesse uso os efeitos de sentido de regulação do que deve ser dito, o mesmo não se pode dizer do enunciado seguinte:

> **(C)**
> A construção de uma sociedade inclusiva passa também pelo **cuidado com a linguagem**. A seguir: **palavras ou expressões incorretas** publicadas em livros, revistas, jornais, programas de televisão e de rádio, apostilas, reuniões, palestras e aulas e os **respectivos termos corretos**. (Grifo meu)

A polidez na linguagem junta-se às normas sociais. Os interditos de linguagem são indissociáveis dos limites discursivos: os (novos) códigos aceitos são atribuídos à linguagem, ao cuidado com “palavras ou expressões incorretas” que circulam na sociedade e que merecem retificação. Porém, a simples troca de uma palavra por outra não resolve o problema. O propósito não está na retificação da linguagem, mas na tentativa de modificar os sentidos de exclusão que circulam sobre a deficiência através da linguagem. Daí a eleição desta como um meio de modificar esse discurso. Acrescenta-se a esse funcionamento o fato de que o sujeito, ao considerar a retificação, também não se dá conta de que a tentativa de estabelecer o “correto” ocasiona a diferenciação do Outro, exatamente um ponto que esse discurso tenta dissociar. Trata-se de uma prática do PC: encarar a linguagem como causa e solução do problema.

Esse funcionamento confirma o que defende Paveau:

> O que se reprova no PC é precisamente sua dimensão moral, e é ela que está no centro das numerosas críticas e reações negativas que podem ser lidas em vários lugares a respeito. (PAVEAU, 2015, p. 181)

Entretanto, ao associar o PC com o discurso da moral, acrescento a importância de se analisar a manipulação lexical do PC sem desconsiderar que se trata de um fenômeno situado nas posições assumidas pelo sujeito em sua relação com os lugares sociais em que se situam. É o caso dos comentários publicados no conhecido brasileiro *Blog* “EscrevaLolaEscreva”, no artigo intitulado “Politicamente incorreto não é transgressor, Rafinha”, em que sua autora, professora universitária de Literatura em língua inglesa, faz considerações sobre o PC em outra controvérsia

associada à figura de Rafinha Bastos. A autora refere-se à reportagem da *Rolling Stones*[111], "A graça de um herege", em que a revista noticia que Rafinha Bastos faz piadas sobre estupro em um de seus shows de *stand-up comedy*, com ênfase para o seguinte enunciado: "homem que estupra mulher feia não merece cadeia, merece um abraço". Sobre esse enunciado, a autora do blog declara:

> **(D)**
> Olha, eu já achei o politicamente correto um exagero. Mas sério, deve fazer pelo menos uns cinco anos que não acho mais. Quando li o termo considerado aceitável pra se tratar um cego (primeiro era *visually impaired*, depois virou *visually challenged*) eu achei muito estranho. Mas aí comecei a pensar que, pô, **a palavra cego só é associada a coisas negativas**, então não deve ser legal ser chamado de cego, mesmo que você tenha uma deficiência visual. **Mas ainda tem um monte de termos que não sei usar corretamente por pura ignorância**.[112].

Segundo Possenti, "Nada melhor para verificar a ideia do discurso como uma prática social e histórica do que ver e viver disputa de sentidos, materializada na luta pelo emprego de certas palavras e na luta para evitar o emprego de outras". (POSSENTI, 2004, p. 43). Em D , a demarcação do posicionamento do sujeito se dá pela confissão ("Olha, eu já achei o politicamente correto um exagero. Mas sério, deve fazer pelo menos uns cinco anos que não acho mais"). As associações feitas entre "cego" e "coisas negativas" se dá já na semântica do PC, assim como a consideração posterior: "Mas ainda tem um monte de termos que não sei usar corretamente por pura ignorância". Há a compreensão de que a crítica a algumas denominações não se limita ao Outro, mas também à uma infração cometida pelo próprio sujeito que agora partilha da semântica do PC. Tem-se a adesão a outra FD que o sujeito, em outro momento, achou "estranha".

Esse novo percurso interpretativo do PC se dá em decorrência do *interdiscurso*: é o discurso outro que produz efeitos sobre o discurso primeiro, como defende Pêcheux (2009 [1975]). Esse funcionamento ideológico justifica a retificação, por exemplo, de palavras antes aceitas e, em seguida, refutadas ("primeiro era *visually impaired*, depois tornou-se *visually challenged*"). É esse atravessamento discursivo que sustenta determinadas convenções e, da mesma

[111] Disponível em: http://rollingstone.uol.com.br/edicao/56/a-graca-de-um-herege#imagem0.
[112] Disponível em: http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/05/politicamente-incorreto-nao-e.html.

forma, apresentam outras como superadas. Assim, a linguagem encontra o seu complemento: o PC.

Difícil desconsiderar o posicionamento de Paveau (2015) segundo o qual "O PC parece um fator poderoso de insegurança linguística". Para autora, o PC corresponde a uma prática metadiscursiva que se tornou prática lexical, e admite a afirmação de D. Cameron de que o PC seria "uma prática de higienização verbal" (PAVEAU, 2015, *p. 174*). Para a analista de discurso, consentir com a tese de Cameron permite situar o PC não como "uma crise dos valores culturais" – uma afirmação do próprio Cameron –, mas como uma crise das concepções semânticas em dada sociedade. O que permite afirmar que é um prática que não é nova, mas já observada em outros momentos da história, sobretudo na retórica.

Diante da constatação do PC como prática discursiva constitutiva de um dos debates sobre o humor, retomo a questão para o campo do humor. Examinemos alguns dos enunciados que se sucederam ao comentário feito pelo então integrante do CQC, Rafinha Bastos, no programa exibido em 19/09/2011: "*Eu comeria ela e o bebê*"[113], aqui brevemente analisados nos comentários extraídos da seção destinada aos comentários dos leitores do jornal EST. São comentários observados em três colunas: "Rafinha é assunto vetado para CQCs" (02/10/11)[114], da jornalista Cristina Padiglione, "Sem categoria" (04/10/11) do escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva, e da coluna já mencionada "Rafinha Bastos terá que pagar R$ 150 mil à família de Wanessa Camargo" (23/06/2015) da jornalista Mônica Bergamo.

> *Comentário 18*
> *Penso estar havendo um certo excesso*, não somente da BAND como da mídia em geral, já que todos são ácidos, toscos em tantas outras oportunidades, essa, **embora** infeliz, me parece não merecer tantos reparos (...) Acorda BAND, existe o Brasil que enxerga nas entrelinhas! (Grifo meu)
> (Mios, 04/10/11)

[113] Neste comentário, o enunciador enaltece a beleza da cantora Wanessa Camargo, então grávida de três meses (para muitos, tratava-se de uma "piada"). Uma questão que pode render um trabalho, sobretudo quando verificamos que setores da impressa propõem investigar o funcionamento do humor, como verificado nesse trecho de um artigo de opinião da revista "Carta Capital": "*O objetivo da piada não é degradar o ser humano, mas lembrar que ele já é degradado", ensinou George Orwell. Ou, como afirmou o humorista Chico Anysio à Carta Capital no ano passado: "O humor deve visar a crítica, não a graça. Ele vai ser engraçado onde puder". A seguir o que dizem esses autores, Rafinha feriu todas as regras do funcionamento humorístico".* (Carta Capital – 09/10/2011)

[114] Disponível em: shttp://cultura.estadao.com.br/blogs/cristina-padiglione/rafinha-bastos-e-assunto-vetado-para-cqcs/.

Comentário 19
...pessoalmente não vejo muita graça do humor praticado pelo autor da frase, ele é bem agressivo, **mas** *a turma do politicamente correto não perde a chance de fazer o que mais gostam, acusar e censurar*. (Grifo meu)
(Jone, 03/10/2011)

Comentário 20
Não levava a mal as piadas do Rafinha, **mas** se o público pediu a cabeça dele, que seja… (Grifo meu)
(ClaudionorJr, 04/10/2011)

Comentário 21
A piada foi péssima, **mas** é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim. (Grifo meu)
(lapanagio, 23/06/2015)

Comentário 22
O cara é mau humorista, **mas** indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior. Puro achismo do juiz. Creio que ainda haja possibilidade de recurso. (Grifo meu)
(Lorenzo Frigerio 23/06/2015)

Nesses casos, a regularidade das estratégias linguísticas – assim como observadas no manual de terminologias do governo do estado de São Paulo, em A e B – configura-se a partir do reconhecimento de um discurso outro que merece ser considerado antes do posicionamento do próprio sujeito. Em outras palavras, a articulação do enunciado passa antes pela identificação do registro polêmico através da articulação de concessões ("***embora*** *infeliz...*")[115], advertências (*...pessoalmente não vejo muita graça do humor praticado pelo autor da frase, ele é bem agressivo,* ***mas****...*), aparentes reformulações de opinião (*Não levava a mal as piadas do Rafinha,* ***mas****...*) e atenuações (*A piada foi péssima,* ***mas****...* ou *O cara é mau humorista,* ***mas...***) – formulações que retomarei já na seção seguinte. Sumariamente, nota-se que, embora não seja notado pelo comentador, o efeito de julgamento do ato humorístico está presente na estruturação dos enunciados: o que é admitido no primeiro período da oração não representa um julgamento, mas uma consideração que antecede o posicionamento registrado apenas no período seguinte, após a conjunção adversativa "mas". No caso da concessão, o

[115] Um funcionamento semelhante é encontrado em algumas notícias sobre o(s) (limites do) humor no jornal FLH:
a. "**Mesmo** sob ameaças, humoristas do "proibidão" confirmam novo show" (FLH, 17/03/2012);
b. "**Mesmo** com piadas controversas, comediantes do "CQC" faturam alto" (FLH, 22/05/2011);

funcionamento é o mesmo: a diferença está na inversão dos períodos. De fato, o uso das conjunções é a base de uma argumentação que se inicia pelo julgamento de um ato humorístico em discussão.

Nos comentários de 18 a 22, independente dos posicionamentos admitidos, a construção dos sentidos passa pela consideração de um julgamento anterior. No entanto, a organização dos enunciados apresenta particularidades. No caso da concessão, a regulação moral antecede o posicionamento do sujeito ("**embora** infeliz, me parece não merecer tantos reparos"). Nos comentários em que há adversativas, não há apenas o sentido básico de oposição, mas também de retificação e atenuação (ver CUNHA, 2001). No comentário 9, o posicionamento do sujeito antecede o julgamento moral do ato humorístico, apesar da retificação desse posicionamento ("Não levava a mal as piadas do Rafinha, **mas** se o público pediu a cabeça dele, que seja…").

Os comentários 19, 21 e 22, se parafraseados, apresentam outra particularidade: ambos funcionam como concessões.

> *Comentário 19*
> Enunciado Original:
> ...pessoalmente não vejo muita graça do humor praticado pelo autor da frase, ele é bem agressivo, **mas** a turma do politicamente correto não perde a chance de fazer o que mais gostam, acusar e censurar.
>
> Enunciado Reformulado:
> **Apesar de** pessoalmente não *ver* muita graça no humor praticado pelo autor da frase, ele é bem agressivo, a turma do politicamente correto não perde a chance de fazer o que mais gostam, acusar e censurar.
>
> *Comentário 21*
> Enunciado Original:
> "A piada foi péssima, **mas** é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim."
>
> Enunciado Reformulado:
> "**Apesar da** piada *ter sido* péssima, é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim."
>
> *Comentário 22*
> Enunciado Original:
> O cara é mau humorista, **mas** indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior.
>
> Enunciado Reformulado:
> **Apesar de** o cara *ser* mau humorista, a indenização por piada feita às custas de personalidade pública é [um feito] pior.

Em todos os comentários, a reformulação preserva o posicionamento assumido pelos sujeitos-comentadores: a alegação de uma supervalorização no julgamento do ato humorístico. Um funcionamento semelhante ao que ocorre no comentário 1 (ver pág. 100): a regulação moral antecede e justifica o posicionamento. Há, em todos eles, uma oposição. Tão importante quanto a ideia de oposição para compreender os efeitos de sentido desses comentários é a regulação moral que antecede o ponto de vista, diferentemente do comentário ("Não levava a mal as piadas do Rafinha, **mas** se o público pediu a cabeça dele, que seja…"). Nesse caso, apesar da aparente regularidade enunciativa, o funcionamento discursivo é distinto.

.

5.3 MORAL E AVALIAÇÃO NEGATIVA

> Essa onipresença do léxico moral na Internet confirma, por um lado, a extrema complexidade desse universo, no qual coexistem a maior liberdade e as mais fortes coerções, mas mostra, por outro lado, até que ponto a moral, apesar do apagamento das formas prescritivas tradicionais, reforma-se de algum modo em outros ambientes. Na Internet, portanto, a fala é enquadrada por uma moral linguageira explícita.
>
> (Marie-Anne Paveau, em "Linguagem e moral", p. 170)

De fato, aquele que avalia uma piada posta em discussão na mídia realiza uma avaliação do ato humorístico – corresponde ao primeiro dos dois debates que constituem essa controvérsia. Na AD, compreende-se que o confronto entre pontos-de-vista se estabelece entre posições-sujeito, a partir da filiação dos sujeitos a diferentes FDs com as quais os eles se identificam. É aqui que ganha corpo a discussão: os conflitos ideológicos observados nos comentários (o diferente, a incompatibilidade, a divergência etc.) são determinados pelo ritual marcado pelas relações ideológicas que o sujeito estabelece com determinadas FD. Nesse ponto, à luz da AD, a disputa não se dá entre os sujeitos do discurso, mas nos sentidos circunscritos a esse espaço discursivo: uma disputa ideológica.

Como já mencionado em outras passagens, o humor funciona também pela violação de regras sociais (“ofensas” a autoridades, classes sociais, religião, instituições etc.), e o discurso que prega a existência de limites se constitui pela defesa de que tais “ofensas” não devem ultrapassar certos limites. Assim, ambos os discursos funcionam pela relação que mantêm com o seu oponente. Porém, considero que não há apenas a oposição nesse contexto: por mais que os discursos se comportem como tal em sua opacidade, há também a admissão de um posicionamento em comum que, nos comentários, pode ser observado pela incorporação do outro no próprio discurso, como já observei ao admitir a proposta de Maingueneau (2008 [1984]).

Recorro mais uma vez aos comentários sobre o caso Rafinha Bastos para ilustrar o que acaba de ser dito. O primeiro comentário já foi aventado anteriormente, o que justifica a manutenção da numeração. Já o comentário seguinte foi publicado em uma matéria do jornal FLH, “Relembre cinco piadas polêmicas de Rafinha Bastos” (03/10/2011), já mencionada no momento em que tratei de autoria no capítulo 3.3:

> *Comentário 21*
> **A piada foi péssima, mas é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim**. (Grifo meu)
>
> *Comentário 23*
> **Ele pode ter sido infeliz em algumas piadas, mas é um ótimo humorista e jornalista,** quem não gosta de seu trabalho provavelmente não tem conhecimento dele, o Rafinha é um cara excepcional no cqc e provavelmente sem ele tende a cair muito, tomara que a band reconsidere e o recoloque onde merece…(Grifo meu)

De fato, ocorre, em todos os comentários, a negação de um julgamento que pode ser parafraseado a partir de mais uma oração concessiva: “Embora [o ato humorístico/a piada/o humorista] tenha sido [infeliz/mau humorista/etc.], “...[ele] é um ótimo humorista e jornalista” ou “...é absurdo alguém pagar indenização por piada ruim” ou “indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior”. Trata-se de um procedimento já observado na seção anterior e que, por isso, não dedicarei maior atenção. O propósito é outro: analisar o modo como a avaliação moral desenvolvida nos comentários é, antes, uma avaliação se estrutura pela

negação do posicionamento do outro, o que sumariamente chamarei de avaliação negativa.

Concentrar-se nessa regularidade é fundamental quando se aborda o processo ideológico de qualificação do humor – afinal, não é por acaso que ilustro esse funcionamento. Sobre essa observação incide outra que acredito ser de maior relevância: admito que a formulação desse discurso é sobredeterminado pela moral e que, em seu desdobramento, a tentativa de dar sentido ao humor se realiza pela avaliação negativa. Obviamente, apresso-me a dizer que não se trata da negação marcada pelo registro linguístico e suas funções (normalmente expressa por conjunções – nem, jamais –, pronomes – nenhum, nada – ou pelo próprio "não"), mas pela avaliação negativa da prática humorística a partir de critérios morais.

Retorno, mais uma vez, ao comentário 22 para ilustrar o que tenho dito, mas também a dois outros comentários publicados em matérias já mencionadas: o primeira, publicado na versão eletrônica do jornal FLH, "Ronaldo se afasta do "CQC" por piada com Wanessa" (29/09/2011), e, o seguinte, publicado pelo mesmo jornal (sem autoria declarada), intitulada "Tudo tem limite, até o Rafinha Bastos" (03/10/2011):

> *Comentário 22*
> **O cara é mau humorista, mas indenização por piada feita às custas de personalidade pública é pior.** Puro achismo do juiz. Creio que ainda haja possibilidade de recurso. (Grifo meu)
>
> *Comentário 24*
> Não vejo diferença nenhuma, foi **uma piada, de mal gosto**, mas foi uma piada! Nem gosto desse cara, mas estão querendo colocar ele como Embaixador dos pedófilos. Menos né... (Grifo meu)
> (Rodrigo Souza, 29/09/2011)
>
> *Comentário 25*
> O que define se um **profissional é bom** ou não é sua eficiência. O que define **se ele é ético** é a forma como exerce sua profissão e seu papel social, respeitando as pessoas e as regras morais intrínsecas às relações humanas. **O artista que tenta produzir humor às custas desse desrespeito é antiético**, ainda que possa fazer rir. (Grifo meu)
> (Celso Celso, 03/10/2011)

Com os comentários acima quero chamar a atenção não só para a admissão de um posicionamento moral sobre o humor, mas também para o fato de que essa avaliação se realiza pela contraponto (bom/mau humor[ista]). Nessa

hipótese, é evidente que a ausência de uma negação linguisticamente marcada não é necessária para compreender a avaliação do ato humorístico: assim é em “foi uma piada, de mal gosto, mas foi uma piada” (que, na demarcação negativa, seria “***não*** é uma piada de bom gosto”). Já em “bom humorista” ocorre uma oposição moral a um suposto “mau humorista” ou sua negação marcada (***não*** é um bom humorista – isto é, um humorista que não ofende).

Ratifico que o que está em jogo são as avaliações morais acerca da prática humorística fundadas na negação da avaliação do oponente sobre a mesma prática humorística. Trata-se de um funcionamento atravessado pela moral e sustentado pela oposição superficial de avaliações “bom” ou “mau”. Esse julgamento aparenta ser suficiente para encerrar um posicionamento diante do discurso e de toda a disputa que o circunda. No entanto, não fica evidente que tipo de avaliação é admitida nas avaliações “bom/mau humorista”. Arrisco dizer que a avaliação “um bom humorista” integra um duplo funcionamento: “bom humorista” não é apenas aquele que faz rir, mas também aquele capaz de fazer humor sem ofender, não ser antiético, não fazer nada que seja reprovável.

Invisto na análise dos comentários para analisar essa hipótese. Retomo os comentários publicados no jornal FLH, na coluna já mencionada “’Até o humorista precisa ter limite’, diz Tom Cavalcante” (23/09/2011). Cito os seguintes comentários:

> *Comentário 26*
> **O humor tem de ser clássico e engraçado**. Já viu algum comediante que tenha durado não ter sido assim? Agredir, é coisa de gente miúda. Conheço muitos tipos destes, mas aos poucos, eles vão diminuindo até desaparecerem. Tenho certeza de que não é isso que esses dois querem. (Grifo meu)
> (ZÉ, 27/09/2011)

> *Comentário 27*
> Como já dizia o recente falecido "Samuel Blawstem (?)", o humorista verdadeiro não precisa ser pornográfico para ser engrado. Hoje lamentavelmente **os programas humoristos que deveriam ser livre para qualquer idade**, são proibido para menores de no mínimo 12 anos. **É uma pena**. Esse Rafinha falou besteira e tem que ser punido para aprender a se comportar, sou fã do CQC entretanto este personagem deixa a desejar. (Grifo meu)
> (Zaza, 27/09/2011)

> *Comentário 28*
> O Rafinha Bastos me faz rir, o Tom Cavalcante não. São 2 tipos de humor, simplesmente. Se não fosse **pelas piadas preconceituosas e homofóbicas** o Chico Anísio nunca teria saido do Ceará. Tem gente que acha o Chico um gênio, eu particularmente não gosto. Existem diversos tipos de humor, como exemplo

> existe o humor mais "família**"** e existe o humor negro. **Você não precisa gostar de nenhum dos dois**, mas **proibir é censura sim e só atrasa a civilização** (Grifo meu)
> (Adamo de Souza, 27/09/2011)

Antes de avançar na análise do que tenho dito, considero que dois dos comentários merecem uma breve observação. Os trechos “É uma pena” (comentário 27) e “proibir é censura sim e só atrasa a civilização“ (comentário 28) ilustram bem os dois posicionamentos em torno do debate entre limites e liberdade de expressão a partir de argumentos peculiares. No comentário 27, sustenta-se um posicionamento de lamentação diante da necessidade de limites na sociedade – e não apenas no humor –, embora admita a necessidade dos limites. Para esse comentador, o humor não deveria ter limites: mas caberia ao humorista compreender o seu papel e, por sua vez, sua responsabilidade, os limites diante do que diz. No comentário 28, há o lamento em relação ao ato de limitar o proposto ato humorístico, por considerar essa prática como censura. Contudo, o argumento difere do utilizado no outro comentário: o segundo comentador defende que a responsabilidade de impor limites é do público (“Existem diversos tipos de humor, como exemplo existe o humor mais ‘família**’** e existe o humor negro. Você não precisa gostar de nenhum dos dois”). Embora ambos admitam a necessidade de limites – o que, em uma primeira análise, seria um posicionamento em comum – , os argumentos diferem no que diz respeito à responsabilidade no julgamento desses limites.

Independentemente do posicionamento assumido, a avaliação que se faz do ato humorístico é o meio pelo qual o sujeito se identifica com este ou com aquele discurso. O ato de concordar com determinada FD é fruto da “competência discursiva”, como defende Maingueneau (2008 [1984]): a possibilidade/aptidão que um falante tem de conhecer o *sistema de restrições* de determinada FD torna-o capaz de compreender, julgar, filtrar e produzir enunciados coerentes com o discurso que pretende mobilizar. Por exemplo, o funcionamento do discurso sobre o humor se distingue do *discurso humorístico*[116], até certo ponto, pela necessidade de atribuir um julgamento ao humor: enquanto este pode apresentar registros que explorem a avaliação, aquele prescinde do julgamento para fundamentar-se.

[116] Compreendo como *discurso humorístico* aquele que apresenta coerência semântica compatível com a FD que trata do humor enquanto um objeto de estudo. Assumo essa nomenclatura como gesto de análise, com vistas a distingui-lo do debate em torno dos limites do humor presente na sociedade que nomeei como “discurso sobre o humor”.

Outro fator distintivo corresponde ao estatuto do comentador. Um dos atributos que o tornam conhecido na comunidade discursiva do humor é que, caso este apresente abundantes e específicos conhecimentos sobre o humor compatíveis com o conhecimento partilhado na comunidade humorística, o sujeito-comentador é reconhecido como um estudioso do humor. Considerando o *corpus* analisado, no discurso sobre o humor que circulam como comentários em meio virtual, porém, o sujeito é frequentemente anônimo e nem sempre partilha de um reconhecimento entre seus pares e/ou destinatários. Nesse ponto de vista, a associação entre o comentário e o comentador não supõe um reconhecimento social deste para que seu comentário seja reconhecido na FD com que se identifica e se relaciona.

Há ainda um desdobramento interessante nesse discurso: o registro moral do ato humorístico não compreende apenas a forma de qualificar o ato a partir da contraposição (negação) ao posicionamento do oponente, mas, antes de tudo, compreende o ato necessário para que um sujeito se identificar (ou se desindentificar) com o discurso.

Anoto alguns comentários publicados em três matérias do jornal FLH. A primeira corresponde à já mencionada “Relembre cinco piadas de Rafinha Bastos” (03/10/2011). A segunda corresponde à seção “opinião” do autor e diretor teatral Gerald Thomas, intitulada “Sátiras a temas religiosos devem ter limites? Não”[117] (17/01/2015). E a última corresponde a uma publicação da seção “televisão”, (também de autoria desconhecida), intitulada “Ronaldo se afasta do CQC por piada com Wanessa”[118] (28/09/2011).

> *Comentário 17*[119]
> **Liberdade NÃO é Libertinagem. Evidente que tudo o que é mais forte ou picante, vai agradar libertinos.** No entanto, **Moral** não é a mesma coisa que Ética. A Ética vale em todo o Universo, já Moral é localizada em uma sociedade ou país. **O Respeito é a grande arma para também ser respeitado. Cutucar com vara curta nunca foi um bom recado. Respeitar não significa concordar.** (Grifo meu)
> (Celito M., 17/01/2015)
>
> *Comentário 29*

[117] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/01/1576414-satiras-a-temas-religiosos-devem-ter-limites-nao.shtml.
[118] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/09/982162-ronaldo-se-afasta-do-cqc-por-piada-com-wanessa.shtml.
[119] Menciono esse comentário mais acima, motivo pelo qual mantenho a numeração utilizada anteriormente.

> É um conceito absurdamente idiota dizer que o telespectador que não gostar, que venha a trocar o canal. É possível trocar um canal, mas também é possível ser **decente**. Afinal que egoísmo é este? Então, a **decência** deve mudar de canal, para que a ignorância ter seu espaço? (Grifo meu)
> (Fabricio D. Barbosa, 05/10/2011)

> *Comentário 30*
> **Onda de moralismo**? Não seria melhor dizer **onda de sem-vergonhismo** das pessoas que se apresentam na televisão? Afinal, **qual o problema em ser moralista**? Ofender alguém, magoar alguém, rir de desgraças, achar-se no direito de em público destratar uma mulher, chamando-a de "gostosa", dizendo que "quer comê-la (mais a criança)", afinal isto é o ideal como forma de tratamento? Então a "feia", deveria agradecer e dar graças se um idiota a achar gostosa? A "gostosa", então, tem de achar normal? Infame! (Grifo meu)
> (Fabricio D. Barbosa, 04/10/2011)

> *Comentário 31*
> O pior disso tudo é que tem gente que defende essas piadas sem graça, assim o Brasil não vai melhorar. O cara mandou mal mesmo e não foi a primeira vez. É por isso que nossos políticos aprontam e continuam ganhando eleição, os brasileiros aceitam tudo. A Band está totalmente correta em afasta-lo. Como fazer piadas com os erros dos políticos se eles também estão errando feio. **Há de se ter pelo menos o mínimo de ética**. (Grifo meu)
> (Marcos Gama, 04/10/2011)

> *Comentário 32*
> Acho o CQC é um belo programa, um dos melhores... Mas o Rafinha Bastos tem passado dos limites em alguns casos. Em algumas situações sem necessidade nenhuma... A acidez do humor não precisa de "pegadas" como essas que o Rafinha está dando! É melhor rever a **postura** caso não queiram acabar de vez com a **reputação** do programa… (Grifo meu)
> (Beto, 29/09/2011)

Nesses comentários, o julgamento moral é um caminho para atingir um objetivo: defender que o ato humorístico (assim como qualquer declaração que circule nas grandes mídias) não está a salvo de julgamentos e que estes não se limitam a ser avaliados no próprio campo do humor, mas, sobretudo, no campo da moral. Assim, ocorrem as seguintes passagens: “É possível trocar um canal, mas também é possível ser decente”, “Onda de moralismo? Não seria melhor dizer onda de sem-vergonhismo das pessoas que se apresentam na televisão?”, “Há de se ter pelo menos o mínimo de ética.”, “Liberdade NÃO é Libertinagem. Evidente que tudo o que é mais forte ou picante, vai agradar libertinos”, “É melhor rever a postura caso não queiram acabar de vez com a reputação do programa…”**.**

Assim, a avaliação positiva ou negativa do ato humorístico se estabelece a partir da relação que mantém com o discurso da moral. A qualificação moral, nessa

perspectiva, é uma necessidade. E a opacidade da prática de avaliação moral é desfeita quando se descreve justamente a relação que os discursos mantêm entre si, a *porosidade*[120] constitutiva das próprias FDs.

A questão que se põe é a relação que os discursos sobre a moral mantém com o campo do Humor. Em outras palavras, é a invasão do campo do humor pelo campo da moral que estrutura a controvérsia. Segundo Maingueneau (2008 [1984]), é a relação interdiscursiva que estrutura a identidade. Nos comentários analisados, é o atravessamento, a relação que o discurso da moral mantém com o discurso sobre o humor, que permite compreender além da opacidade posta num posicionamento binário "a favor de/contra" determinados enunciados ditos humorísticos.

Assim como todo o não-dito (pré-construídos, discursos transversos) sobre o ato humorístico, a avaliação dos atos humorísticos é articulada pelo interdiscurso, sendo este o fator que sustenta os discursos sobre o humor. Dessa forma, o espaço de análise não é propriamente o discurso sobre o humor, mas o "espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos" como assevera Maingueneau (2008 [1984]). Trocas essas partilhadas e que dão identidade a cada um desses discursos.

5.4 (D)O QUE FALAM OS FRANCESES?

Até esse momento, não analisei os comentários sobre o caso CH, apesar de já ter dedicado atenção à descrição da controvérsia e dos desdobramentos históricos em torno dos temas mobilizados em torno do caso. Deixei os comentários sobre o caso CH para o final. Não motivado, porém, pelo grande diferença relacionada à polemica em torno do caso Rafinha Bastos – de fato, a complexidade do caso francês o torna um caso emblemático, enquanto que o caso brasileiro é um exemplo entre tantos em que a discussão sobre os limites do humor podem ser arrolados nos meios virtuais de comunicação. O motivo é outro: o modo como o espaço de comentários eletrônicos dos jornais franceses apresentarem uma singularidade de que já tratei no capítulo 2: a preocupação em torno do ato de comentar é distinto se comparado com o observado nas versões eletrônicas dos

[120] A expressão é de Freda Indursky (2007).

jornais brasileiros. Talvez, em função dessa particularidade, os próprios comentadores dos jornais franceses explorem esse espaço de forma distinta.

Há outra peculiaridade: das inúmeras colunas, artigos de opinião e publicações produzidas após o atentado em janeiro de 2015 direcionado ao semanário CH, nos jornais franceses aqui analisados, poucas são as que apresentam comentários. Não raros são os casos de publicações sem a participação dos leitores. Em uma busca no site do jornal eletrônico FIG, por exemplo, é possível encontrar inúmeras colunas sem o registro da participação dos leitores. Por se tratar de um caso de repercussão mundial, considero esse dado bastante representativo.[121]

A minha hipótese versava sobre a possibilidade de os leitores de um dos jornais não demonstrarem a mesma atenção ao caso. De fato, diferentemente do FIG, o LM apresentava um índice de participação do leitor pouco maior, apesar de ainda bastante inferior se comparado, por exemplo, à participação dos leitores brasileiros nos jornais FLH e EST. Apesar do caráter problemático de estabelecer comparações – quando estas não são ingênuas –, realizei a aproximação entre a participação em redes sociais observadas em ambos territórios. A hipótese era de que, em geral – portanto não apenas nos comentários dos jornais em versões eletrônicas –, a participação do brasileiro nas redes sociais era superior à participação dos franceses.

Contudo, não encontrei dados que comprovassem diferenças significativas entre o funcionamento das redes sociais no Brasil e na França que talvez explicassem a escassa participação observada no espaço dos comentários do jornal francês FIG. Descobri que França e Brasil apresentam números semelhantes no que diz respeito ao uso da maior rede social da atualidade, o Facebook, correspondendo, respectivamente, a 39,51% e 32,44% da população, segundo o site norte americano "*socialbakers*"[122]. Nesse cenário, a participação dos franceses supera a dos brasileiros, embora o tempo de acesso do público brasileiro supere o tempo gasto pelo público francês: o Brasil é o terceiro país que mais tempo passa na

[121] Em relação à manifestação dos leitores, lembro que o jornal *Le Parisien*, mesmo sendo o jornal mais lido na França, como mencionado na introdução da tese, não compôs o *corpus* justamente por não dispor de um espaço destinado aos comentários dos leitores – mais uma particularidade em se tratando do fato de que é comum os jornais, em sua versão virtual, ao menos na França e no Brasil, terem um espaço dedicado à opinião de seus leitores. Sobre a ausência desse espaço, não encontrei nenhuma informação que permitisse compreender a escolha do jornal.

[122] A pesquisa realizada pela empresa pode ser acessada em: https://www.socialbakers.com/statistics/facebook/ . Acesso em: 15 jul. 2015.

rede, ficando atrás somente da China e dos Estados Unidos, segundo a *comScore*[123].

Considerei também o fato de o brasileiro ter o acesso mais precário à internet (dificuldade de sinal e a ainda circulação de celulares que apenas realizam ligações e enviam mensagens de texto) se comparados com a realidade observada em solo francês. Diante desses dados, é suficiente afirmar que o modo de utilização das redes sociais dos dois territórios é distinto, embora não permita compreender a pouca participação dos leitores dos jornais franceses no ambiente eletrônico. Além disso, não considerei a hipótese de que os leitores desses jornais preferem a versão impressa por dois motivos: o primeiro, pelo tratamento dado ao espaço de comentários nos jornais franceses (ver capítulo 2); o segundo, por um tópico já observado alguns parágrafos acima: a participação dos internautas tanto em solo francês, quanto em solo brasileiro têm números similares, apesar das particularidades observadas em cada realidade.

Estranhamento superado, tomo como ponto de partida duas publicações: "*La colère du monde musulman contre la caricature de Mahomet par Charlie Hebdo*" (16/01/2015)[124] do jornal FIG e "*Vigipirate à son plus haut niveau*" (07/01/2015)[125], publicado no jornal LM. Esta última, trata-se de uma matéria (sem autoria) que cobre os eventos que se sucederam ao atentado no CH ocorridos entre os dias 07 e 12 de janeiro de 2015. Nos comentários recortados abaixo, as formulações mais frequentes, após o atentado, assumem que a charge do profeta é o nó central em torno do atentado, desenrolando discussão a partir da aproximação entre liberdade de expressão e limites:

> *Comentário 33*
> *Je comprends pourquoi des personnes les trouvent offensantes.* ***Mais elles posent une autre question importante : la liberté d'expression, devrait-elle être limitée?*** *Il faut rappeler que Charlie Hebdo est une publication satirique. Supprimer le satire ou les points de vue extrêmes, c'est de supprimer des arguments importants dans la société française.* ***La satire peut être un outil***

[123] Disponível em: http://tecnologia.ig.com.br/2014-06-03/brasileiros-ficam-em-terceiro-em-ranking-de-tempo-de-uso-da-internet.html. Acesso em: 15 jul. 2015.
[124] Disponível em: http://www.lefigaro.fr/international/2015/01/16/01003-20150116ARTFIG00497-la-colere-du-monde-musulman-contre-la-caricature-de-mahomet-par-charlie-hebdo.php?pagination=2#nbcomments.
[125] Disponível em: http://www.lemonde.fr/societe/live/2015/01/07/en-direct-des-coups-de-feu-au-siege-de-charlie-hebdo_4550635_3224.html.

important pour réfléchir aux arguments et aux valeurs de la société[126].
(Grifo meu)
(FrancoisHe, 13/05/2015)

Comentário 34
Par moment certains dessinateurs et journaux devraient se fixer des limites *à ne pas dépasser dans certains dessins publiés (…)* ***Alors libertés de la presse oui, mais en ayant des limites à la décence.***[127] (Grifo meu)
(Forêt33, 13/05/2015)

Comentário 35
(…) ***le droit de se moquer*** *des religion, quelque elle soit, est un droit sacré dans* ***notre pays****. Nous serions contre l'Islam, nous en* ***interdirions*** *la pratique. Ne pas* ***l'interdire****, c'est déjà le respecter.*[128] (Grifo meu)
(Un citoyen responsable et lucide ,14/01/2015)

Nesses comentários, assim como nos comentários produzidos nos jornais brasileiros, evidencia uma regularidade discursiva de confronto entre liberdade de expressão (ou seu simulacro, o abuso) e limites (e seu simulacro, a censura). Se nos comentários 33 e 34 há uma menção direta aos semas "liberdade de expressão" e "limites" – em um deles, registrados no mesmo período ("***la liberté d'expression, devrait-elle être limitée?")*** –, o comentário 35 manifesta essa discussão indiretamente ao recorrer à questão do direito: "*(…)* ***le droit de se moquer*** *des religion, quelque elle soit, est un droit sacré dans* ***notre pays***". Essa leitura é possível, de um lado, pelo a alusão, no final do período, à memória do direito (constitucional) pertence a todos os franceses. Tem-se, mais uma vez, o interdiscurso destacado pelos dizeres de inspiração republicana "liberté, fraternité, égalité" – um argumento já utilizado pelo próprio editor do CH, Laurent Sourisseau, na entrevista concedida ao programa "Roda Viva Internacional". De outro, há a crítica à proibição da livre manifestação do pensamento – não apenas religioso ("*Ne pas* ***l'interdire****, c'est déjà le respecter*") em oposição ao respeito à liberdade de expressão do outro.

[126] "Entendo por que as pessoas acham ofensivo. Mas eles levantam outra questão importante: a liberdade de expressão, ela deve ser limitada? É necessário lembrar que o CH é uma publicação satírica. Suprimir a sátira ou os pontos de vista extremos é excluir argumentos importantes na sociedade francesa. A sátira pode ser uma ferramenta importante para refletir sobre os argumentos e os valores da sociedade." (Tradução minha)
[127] "Às vezes alguns cartunistas e jornais devem definir limites a não se ultrapassar em certos desenhos publicados (...) Enfim, sim à liberdade [de expressão] na imprensa, mas com limites face à decência." (Tradução minha)
[128] "(...) o direito de fazer piada com religião, qualquer que seja, é um direito sagrado em nosso país. Seríamos contra o Islã, se proibíssemos a sua prática. Não proibi-la é já respeitá-la". (Tradução minha)

Para além desse debate, há outro. Como já observado, os comentários tentam definir o humor – "Para ser humor, precisa ter graça" [comentário 7], "o melhor humor é pegar no pé de alguém" [comentário 10], "Existem diversos tipos de humor, como exemplo existe o humor mais 'família' e existe o humor negro" [comentário 28] –, sem se deter, porém, na explicação do que seriam as características próprias do humor, de modo a justificar, de forma mais precisa, a defesa ou condenação do ato humorístico. No caso da discussão em torno do jornal CH, ilustro esse funcionamento a partir dos comentários publicados na cobertura do jornal LM já aludida acima:

> *Comentário 36*
> **une caricature, c'est une caricature.** Point. pas d'excuse.[129] (Grifo meu)
> (brigitte salou, 11/01/2015)
>
> *Comentário 37*
> Robert, **peux-tu m'expliquer le rôle d'un caricature non offensante**?[130]
> (Grifo meu)
> (Jb Post, 11/01/2015)
>
> *Comentário 38*
> **une caricature ne doit pas être offensante** si les auteurs ne l'on pas faite volontairement ils doivent s'en excuser.[131] (Grifo meu)
> (robert corbier, 11/01/2015)
>
> *Comentário 39*
> Humour bienveillant, allez dire ça aux musulmans. **C'est plus de "l'humour" bête, et méchant, sans fond ni objectif.** Caricaturer Mahomet au non de **la liberté d'expression, c'est juste en abuser** pour cracher sur des millions de personnes, avec un objectif qui reste assez flou.[132] (Grifo meu)
> (JP, 12/01/2015)

Nesses comentários, há tentativas de compreender o propósito de uma caricatura, seja pelo questionamento endereçado a outro comentador ("***Robert, peux-tu m'expliquer le rôle d'un caricature non offensante***?"), seja pela negação ("***une caricature ne doit pas être offensante…***"), seja pela asseveração sumária e

[129] "Uma caricature é uma caricature. Ponto. Sem mais explicações." (Tradução minha)
[130] "Robert, poderia me explicar a regra de uma caricature não ofensiva?" (Tradução minha)
[131] "Uma caricatura não deve ser ofensiva. Se os autores as fazem intencionalmente, eles devem se desculpar." (Tradução minha)
[132] "Humor benevolente: tente dizer isso aos muçulmanos. É mais do "humor" estúpido e desagradável, sem fundo ou propósito. Caricaturar Maomé, em nome da liberdade de expressão, é utilizar da caricatura para cuspir em milhões de pessoas, com um objetivo que permanece bastante vago". (Tradução minha)

sem um argumento destacável ("***une caricature, c'est une caricature.*** *Point.*"). No comentário 39, porém, há uma argumentação mais elaborada, na medida em que tenta diferenciar o ato humorístico ("*Humour bienveillant, allez dire ça aux musulmans.* ***C'est plus de "l'humour" bête, et méchant, sans fond ni objectif.***"). Ao recorrer à predicações, o sujeito-comentador irá contrapor o argumento segundo o qual o humor estaria sendo censurado.

Com efeito, não é possível afirmar que os casos em evidência traduzem uma regularidade discursiva em relação à definição do que seria um ato humorístico (no caso em específico, uma caricatura) – o comentário 39 é suficiente para contrapor a alegação de que esses casos correspondem a uma regularidade discursiva observado nos comentários desses jornais. Mobilizo esse recorte como uma descrição necessária para a compreensão global do modo como a polêmica se estrutura nos comentários. Em todos os comentários, a caracterização do humor aparenta não ser o mote central dos embates, apesar de relevante.

Observados os dois debates nos comentários sobre o caso (a oposição limites/liberdade e a tentativa de qualificação do ato humorístico), é impossível não relacionar os comentários publicados nos jornais franceses aos publicados nos jornais brasileiros: afinal, até esse momento, o comportamento mostra-se semelhante. A interpretação segundo a qual brasileiros e franceses tenham um mesmo posicionamento sobre a questão dos limites decorre, talvez, do fato de um mesmo ideal iluminista de liberdade de expressão em que o homem (e o direito à livre manifestação de pensamento) é o centro. Além disso, a dificuldade encontradas no debate sobre o humor em relação ao tema "liberdade de expressão" se estrutura, sobretudo, através da dupla possibilidades de sentido em torno do próprio sentido de liberdade: se, nos moldes iluministas, a liberdade individual permite que o indivíduo não esteja preso a amarras ideológicas, é verdade também que essa liberdade se encerra diante dos limites jurídicos (momento em que a liberdade de um interferiria na liberdade do outro, por exemplo). Assim, em uma das leituras observadas nos comentários do *corpus* dessa pesquisa, a liberdade se realize na contradição, isto é, o mesmo argumento que defende a liberdade de expressão no humor é acusado de abusar dessa liberdade.

Feita essa anotação, procedo a outra observação. Se afirmei que a grande maioria das colunas da versão eletrônica do jornal FIG que tratam da controvérsia em torno do caso CH não apresentavam nenhum tipo de comentário,

uma, em especial, demonstra o contrário. A coluna, já mencionada anteriormente, intitulada "*La colère du monde musulman contre la caricature de Mahomet par Charlie Hebdo*" (16/01/2015)[133], apresentou exatamente 633 comentários até o mês de março de 2017 – até então, data do último registro de comentário.

O dado é relevante por um aspecto particular: a necessidade de compreender o interesse concentrado na religião (o islamismo), cultura e comportamento do muçulmano, que desloca a caricatura para segundo plano. É o que se vê em algumas das inúmeras manchetes da versão eletrônica do jornal FIG durante quase 2 meses após o ataque ao jornal CH:

> *« Départementales : un parti des musulmans vise une présence dans 8 cantons. »* - 12/02/2015[134]
> "Departamentais: um grupo de muçulmanos busca presença em 8 distritos." (Tradução minha)
>
> *« L'UMP replonge dans le débat sur l'islam de France. »* - 13/02/2015[135]
> "A UMP (União por um Movimento Popular) retoma o debate sobre o Islã na França." (Tradução minha)
>
> *« Voile, mariages forcés, culte de la virginité : les tabous de la Journée de la femme.* »- 06/03/2015[136]
> "Vela, casamentos forçados, culto da virgindade: os tabus do Dia da Mulher. (Tradução minha)
>
> *« Les Français plus tolérants malgré des préjuges. »* - 09/04/2015[137]
> Os franceses mais tolerantes ainda são preconceituosos. (Tradução minha)

Afinal, por que é maior o número de comentários em colunas que trazem, entre outros fatores, resumos breves das manifestações políticas de alguns países (Irã, Argélia, Jordânia e Turquia são os mais citados) após a publicação da caricatura de Maomé na capa do jornal CH? Recorro a alguns dos inúmeros comentários publicados na coluna do jornal FIG mencionada acima:

---

[133] Dispnível em: http://www.lefigaro.fr/international/2015/01/16/01003-20150116ARTFIG00497-la-colere-du-monde-musulman-contre-la-caricature-de-mahomet-par-charlie-hebdo.php
[134] Disponível em: http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/insolites/2015/02/12/25007-20150212ARTFIG00060-departementales-un-parti-des-musulmans-vise-une-presence-dans-8-cantons.php
[135] Disponível em: http://www.lefigaro.fr/politique/2015/02/13/01002-20150213ART_FIG00406-l-ump-replonge-dans-le-debat-sur-l-islam-de-france.php
[136] Disponível em: http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2015/03/06/31003-20150306ARTFIG00310-voile-mariages-forces-culte-de-la-virginite-les-tabous-de-la-journee-de-la-femme.php
[137] Disponível em: http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2015/04/09/97001-20150409FIL_WWW00175-les-francais-plus-tolerants-malgre-des-prejuges.php

Comentário 40

Au nom de la liberté, on a cependant pas le droit d'atteindre à celle des autres en bafouant leur honneur. On est dans le relatif, dans l'irrationnel par manque de recul et à cause d'un élan collectif qui pense à notre place. **La liberté s'arrête avant. La liberté n'est pas sans limites.**[138] (Grifo meu)
(francois-danjou, 18/01/2015)

Comentário 41

CH est en train de mettre en danger les français expatriés et aura une très lourde responsabilité en cas d'attentat contre des français hors du territoire national.[139] (Grifo meu)
(hgo04, 18/01/2015)

Comentário 42

Seulement les **démonstrations pour la liberté d'expression** étaient restées populaires et n'avaient pas été récupérées par le gouvernement français! **Maintenant ça va être difficile de dire que ce n'est pas une déclaration de guerre officielle**. Tout cela pour faire remonter les voix dans les sondages.. Ca coûte cher en vies humaines **la politique**![140] (Grifo meu)
(faitfi, 17/01/2015)

Comentário 43

Ces gens n'ont pas à nous imposer leurs croyances. Il est primordial que nous leur montrions clairement que **nous sommes libres et que nous ferons tout pour le rester**. Aujourd'hui ils veulent nous obliger à **interdire** un journal de caricatures dont ils n'avaient jamais entendu parlé il y a deux semaines à peine. **Demain ils vont nous obliger à faire 5 prières par jour et à voiler nos femmes** ...[141] (Grifo meu)
(Dino49, 17/01/2015)

Comentário 44

Les caricatures comme les manifestations sont des formes d'expressions. Elles permettent de formaliser un état d'esprit et de le communiquer à ceux qui sont intéressés à le connaitre. Chacun comprend que le fait de bruler le drapeau français est un blasphème à ce qu'il y a de plus sacré : **la liberté** dont disposent les personnes ayant la chance de vivre en France, quel que soit leur origine, leur

[138] "Em nome da liberdade, não temos o direito de chegar a outros desrespeitando sua honra. Estamos no relativo, no irracional, em virtude do desinteresse pelo passado de retrospectiva e por conta de uma dinâmica coletiva que pensa por nós. Liberdade pára antes. A liberdade não é sem limites." (Tradução minha)
[139] CH está colocando em risco os franceses expatriados e terá uma grande responsabilidade em caso de ataque contra os franceses fora do território nacional." (Tradução minha)
[140] "Apenas as demonstrações de liberdade de expressão permanecerem populares e não foram recuperadas pelo governo francês! Agora será difícil dizer que aquilo não é uma declaração formal de guerra. Tudo isso para compensar os votos nas urnas .. vidas humanas são caras na política!" (Tradução minha)
[141] "Essas pessoas não têm de nos impor suas crenças. É primordial que lhes mostremos claramente que somos livres e vamos fazer de tudo para continuar assim. Hoje eles querem nos forçar a proibir um jornal de caricaturas que eles nunca tinham ouvido há duas semanas. Amanhã irão nos forçar a fazer 5 orações diárias e a por o véu em nossas mulheres..." (Tradução minha)

> religion ou leur sexe. Mais qu'est-ce que **la liberté** face à la violence du fanatisme dans le cœur de certains être humains qui croient détenir une vérité révélée qui doit s'imposer à tous.[142] (Grifo meu)
> (KIVEPE, 17/01/2015)

Em uma primeira apreciação, nota-se o caráter difuso dos argumentos em torno do sema /liberdade/ (em nome de distintas questões), o que é compreensível diante do amontoado de questões levantadas no texto do jornal. Entre os comentários, há também argumentos sustentados pelo simulacro de que o uso do véu deveria se estender aos não-muçulmanos, caracterizando uma interpretação hiperbólica de que a religião islâmica imporia comportamentos a todos os franceses ("*Demain ils vont nous obliger à faire 5 prières par jour et à voiler nos femmes*"), além do apreço a outras questões relevantes à população francesa, como a segurança dos franceses no mundo ("*CH est en train de mettre en danger les français expatriés*").

No entanto, chamo a atenção para a seguinte regularidade: o apagamento quase completo da discussão em torno do ato humorístico, da caricatura. Os comentários desdobram-se em uma dupla argumentação que põe em segundo plano o próprio objeto de disputa: de um lado, o debate em torno da liberdade de expressão (sobretudo a partir da mobilização da história de lutas desenvolvidas na França pré-republicana) e, de outro, o a discussão sobre os limites do dizer. Assim, o humor mobilizado na figura da caricatura é destacado como um exemplo utilizado para reforçar o argumento em torno dos temas ditos centrais no debate: por exemplo, a liberdade de expressão ("*Les caricatures comme les manifestations sont des formes d'expressions*").

Talvez seja justo estabelecer mais uma vez a comparação com os comentários observados nas versões eletrônicas dos jornais brasileiros: nestes comentários, apesar do desdobramento argumentativo em torno do julgamento moral e da discussão em relação aos estereótipos utilizados nos atos humorísticos, a discussão se mantém associada ao tema do humor. Isto é, apesar da discussão recorrer a outros campos além do humor, ela não os torna centrais a ponto de

[142] " As caricaturas, como as manifestações, são formas de expressão. Eles ajudam a formalizar uma mentalidade e comunicá-la aos que estão interessados em conhecê-la. Todos entendem que queimar a bandeira francesa é uma blasfêmia ao que há de mais sagrado: a liberdade que as pessoas têm diante da oportunidade de viver na França, independentemente da sua origem, religião ou sexo. Mas o que significa a liberdade diante da violência do fanatismo no coração de alguns seres humanos que acreditam deter uma verdade revelada que deve ser imposta a todos." (Tradução minha).

reconfigurar o debate, sentenciando o tema do humor como um campo a que recorre para tratar do tema central: o imaginário do totalitarismo *versus* a manutenção da história de direitos e liberdade do povo francês.

O funcionamento torna-se ainda mais interessante pelo fato de que, embora a coluna seja publicada uma semana depois do atentado "motivado" por uma caricatura publicada em um jornal humorístico, a charge aparenta não estar mais no centro da discussão: o tema do debate aparenta ser a violência seja quando se fala de religião, seja de política, de justiça e de narrativas histórias. De fato, a própria coluna em que os comentários acima foram publicados interfere nesse processo: a manchete dá enfoque exatamente ao "mundo muçulmano". Observe-se as duas imagens de uma mesma matéria da versão eletrônica do jornal LF:

Figura 17 – Imagens de uma mesma matéria do jornal FIG.

As fotos mostram a população de várias nacionalidades queimando a bandeira da França, os rostos em fúria como se gritassem para os fotógrafos, os cartazes com dizeres manifestando o descontentamento com a representação de Maomé. Todos esses fatores contribuem para o apagamento quase completo do tema do humor que se desloca para o político e religioso – embora a caricatura ainda seja mencionada em um dos comentários: *"Les caricatures comme les manifestations sont des formes d'expressions"* (comentário 49). Essa menção parece ser o ponto fora da curva, denunciando, ao menos nos comentários, não apenas o funcionamento do discurso da liberdade de expressão atravessado por determinações históricas em torno do passado recente da França ("*nous sommes libres et que nous ferons tout pour le rester*" [comentário 48], "***La liberté s'arrête avant. La liberté n'est pas sans limites***" [comentário 45]) –, mas também uma aproximação feita pelos próprios jornais ao tratar da guerra entre França e Argélia[143].

Mas não apenas isso.

Não é possível desconsiderar as condições de produção envolvidas na constituição dessa controvérsia produzida no território francês – de fato, não é a

[143] Ver capítulo intitulado "50 anos de ataques contra as mídias francesas".

primeira vez que retomo essa consideração. Talvez, por se tratar de um caso que mobiliza uma discussão particular em se tratando do humor, a religião, um tema muito comum na sociedade francesa, os comentários explorem tanto na discussão em torno dos discursos de liberdade (uma memória que retoma a história do país) quanto na alusão à necessidade de limites. Porém, a religião pode ser, nesse caso, apenas um tema que se sobrepõe a outro mais problemático: a presença do outro, do estrangeiro no território francês.

Sabe-se que os crescentes atentados e o aumento na migração de "árabes" (assim rotulados sumariamente como representantes da religião islâmica) geraram um movimento nacionalista (um termo que substitui e mantém distante da controvérsia o termo xenofobia) cada vez mais debatido no território francês. Ora, não é por acaso que a advogada e candidata de extrema direita, Marion Anne Perrine Le Pen (conhecida como Marine Le Pen), disputou, no ano de 2017, as eleições presidenciais do segundo turno na França com índices de votos não tão distantes do candidato centrista Emmanuel Macron[144] – este, por sua vez, afirma ser contra o nacionalismo, justificando que esse posicionamento acarretaria na propagação da xenofobia em território francês. Se, de um lado, há o discurso que prega a segurança do povo francês diante do rótulo do nacionalismo, de outro, há o reconhecimento de um discurso xenófobo circulando na sociedade[145]. Logo, tão importante quanto examinar e admitir que os comentários articulam uma regularidade em torno da discussão em torno da liberdade de expressão e dos limites, de um lado, e em torno do argumento de definição do caráter/objetivo de uma caricatura (ou, mais genericamente, do humor), é compreender que esses comentários se ancoram em uma circulação ideológica que se legitima fora do campo do humor.

[144] O comentário foi produzido antes da decisão das eleições presidenciais na França.
[145] Não considero as particularidades envolvidas na eleição francesa: não há o interesse nem motivação, nesse espaço de análise, para deter-me nessa discussão, apesar de toda a relevância para a política mundial.

6 CONCLUSÕES

> Aujourd'hui, on le sait, on se trouve dans une postmodernité où les repères (identitaires, sociétaux, éthiques) ne sont plus ceux du XX^{e} siècle ; òu les formes d'engagement changent, devenant plus massives, moins partisanes car elles agrègent des individus à options politiques différents, voire opposées ; où les lieux de manifestation se mondialisent (les « indignés »), avec des groupes d'acteurs, autrefois minorités invisibles, devenant visibles, se constituant en communautés de luttes (mouvements ethniques, religieux, féministes, homosexuels, sans-papiers, etc.). Aujourd'hui, il faut bien le dire, il y a de nouveaux tabous : l'antisémitisme, le racisme, le négationnisme, le révisionnisme, ainsi que ce qui touche au féminisme et à l'homosexualité. Non point parce qu'il serait interdit d'en parler (au contraire), mais parce que toute parole ayant l'air de se présenter comme telle serait insupportable et condamnable. Les valeurs s'en trouvent affectées dans un brouillage les médias aidant qui ne facilite pas la clarté des positionnements[146].
>
> (Patrick Charaudeau, em *"Humour et engagement politique", pp. 10-11)*

A relação entre o humor e as discussões sobre os seus limites não é recente. Sumariamente, é possível observar que, desde as relações construídas pelos Gregos em relação ao riso (o riso sarcástico de Dionísio, a relação entre riso e dialética etc.), passando pelo humor latino tratado por Cícero, as diferentes faces do humor medieval (festivo, profano etc.), o escárnio e a zombaria citados por Thomas Hobbes, entre outros momentos de grande relevância histórica, a nossa sociedade sempre foi, nas palavras de Gilles Lipovetsky (2005), uma "sociedade humorística".

Atualmente, diante dos discursos sobre o humor que circulam na sociedade, nos comentários em meio virtual, arrisco-me a comparar o humor a um baile de máscaras: entre as diversas faces do humor, há aquelas que são reconhecidas como um veículo de denúncia e reflexão; há também aquelas que

[146] "Hoje, sabemos, estamos na pós-modernidade, momento em que os traços (identitários, sociais, éticos) não são os mesmos do século XX; as formas de engajamento mudaram, tornando-se mais massivas, menos partidárias, na medida em que elas agregaram indivíduos com diferentes escolhas políticas, inclusive opostas; os locais de manifestação se tornaram globais (os "indignados"), com grupos de atores, outrora minorias invisíveis, agora visíveis, constituindo-se verdadeiras comunidades de lutas (movimentos étnicos, religiosos, feministas, homossexuais, imigrantes ilegais, etc.). Hoje, é preciso dizer, há novos tabus: o antissemitismo, o racismo, a negação do Holocausto, o revisionismo, assim como aquilo que diz respeito ao feminismo e à homossexualidade. Não porque seria proibido tocar nesses temas (ao contrário), mas porque cada palavra tratada como outrora seria intolerável e reprovável. Os valores encontram-se afetados, de modo que a interferência das mídias não facilita a clareza dos posicionamentos." (Tradução minha)

exibem a simples face da diversão, do riso. Entretanto, há também aquelas avaliadas pelo campo da moral: são as máscaras do grotesco e do perverso, por vezes exibindo um semblante julgado incompatível por alguns participantes, segundo os quais a face não corresponderia a um dos atos de humor. Como no baile de máscaras, não se sabe quem está por trás: o que está em jogo não é quem as porta, mas a "máscara" que é vista pelo outro.

Esse cenário revela, como já mencionado, dois debates distintos e interdependentes: o primeiro, trata do que deveria ser o ato humorístico, o segundo, discute a existência dos limites desse ato. Nessa última discussão, há ainda duas posições claramente opostas: de um lado, o posicionamento segundo o qual o humor deve ter limites argumenta que os enunciados supostamente humorísticos são, na verdade, verdadeiras ofensas; de outro, o posicionamento que, ao se ver vítima de censura, explora o discurso de liberdade de expressão.

Em relação ao primeiro debate, adotei como ponto de partida uma caracterização utilizada na avaliação do ato humorístico, tanto no caso CH quanto no caso Rafinha Bastos: o debate "ter ou não ter graça". É verdade que a lógica binária parece ser uma das características mais problemáticas da sociedade contemporânea. Apesar disso, a discussão não se encerra nessa dialética dualista: parte dos comentadores que julgam certas piadas como injúrias não se limitam ao argumento "ter, ou não, graça", na medida em que, para essa FD, o objeto de crítica é o fato de que os temas do "humor ofensivo" são sempre associados às minorias historicamente marginalizadas e estereotipadas. Daí surge um duplo desejo por parte desse grupo: estipular limites para esse suposto ato humorístico. É esse ponto de vista que abre espaço para o segundo debate: o tema dos limites e a relação com a liberdade de expressão.

Como propõe Possenti (2012), esse segundo debate se realiza na disputa de sentidos na forma de simulacro: os que vem o sema "liberdade de expressão" como abuso *versus* aqueles que veem o sema "limites" como censura – creio que ocorre aqui mais uma vez a lógica binária de que acabei de falar no parágrafo anterior. Durante a análise, tratei das particularidades de cada caso e parece razoável dizer que o atravessamento pelo discurso religioso, no caso CH, é a questão que desestabiliza e guia a avaliação do ato humorístico. Já no caso Rafinha Bastos, serão as memórias do machismo e da pedofilia os temas centrais retomados. Em ambos os casos, contudo, a moral é o fio condutor das avaliações.

Apesar de tratar de temas distintos, o caráter difuso das argumentações apresenta uma regularidade: o discurso da liberdade de expressão é formulado, nos comentários sobre o caso CH, por uma memória associada ao lema da revolução francesa, "*Liberté, Egalité, Fraternité*". Já no caso produzido em solo brasileiro, essa memória se dá possivelmente através da remissão – também observada pelo analista – ao pensamento iluminista, segundo o qual o homem era o centro da sociedade, detentor de direitos e liberdades individuais. De fato, funcionam as mesmas memórias associadas ao pensamento republicano francês observado nos comentários sobre o caso CH. Em ambos os episódios, a liberdade de expressão é alçada à princípio fundamental da democracia – mais um conceito histórico. É a partir desse ponto de vista que verifico que as avaliações sobre os limites do humor operam uma discussão que se estende para além do campo do humor.

É impossível estudar a polêmica[147] em torno dos limites do humor levando em consideração todas as suas dimensões, coletivas e individuais, por exemplo. Foi necessário, assim, efetuar um recorte. Maingueneau vai chamar esse local propício à análise de *espaço discursivo.* Essa restrição do objeto permitiu privilegiar determinadas relações dentro do campo, como as interrelações entre a semântica do humor atravessada pela semântica da opinião pública, rotuladas, na contemporaneidade, como PC, mais observadas no caso brasileiro. Em outras palavras, nessa perspectiva, analisei o discurso sobre os limites do humor globalmente inscrito no campo do humor, ciente, contudo, de que o discurso do PC não se apresenta nesse mesmo campo.

Outrossim, o discurso sobre a prática humorística é o espaço em que se articulam o simbólico e o político. O Humor se estabeleceu como campo pelo direito de dizer o que quiser: nesse campo, como na arte, o funcionamento é diferente de outros. Naqueles, as tentativas de controle aparentam ser menos rígidas se comparadas a outros campos, como na literatura, mas também em novelas, propagandas (cigarro, bebida), filmes etc. A arte, por exemplo, pode se dar o direito de explorar qualquer tema e meio para expressar-se. No entanto, isso não impede o seguinte questionamento bastante comum na sociedade: é arte boa ou ruim? Trata-se de um questionamento frequentemente debatido no interior do campo: assim como acontece no campo do Humor, questiona-se se a produção desse campo

[147] Nesse caso, utilizo o termo para me referir ao uso teórico proposto por Maingueneau.

agrada ou desagrada alguém. A diferença, talvez, pode ser resumida no seguinte argumento: a arte, apesar de não se pautar no debate sobre a liberdade de expressão, a cada vez que o problema surge, tenta definir os limites ou lutar por sua eliminação. Nessa perspectiva, as controvérsias (não só no campo da Arte) desenvolvem-se eventualmente fora do campo tematizado: nos comentários sobre o humor, os argumentos mobilizam tanto os conhecimentos do próprio campo do humor quanto os temas referentes à moral, à religião etc.

Mas as comparações com o campo da Arte ainda me parecem insuficientes, apesar de coerentes e próximas. Em parte, porque a questão do controle é encontrada em diferentes lugares, apesar de estruturarem diferentes debates. O debate mais problemático, no campo do humor, parece tratar do caráter da liberdade, total ou parcial, do humoristas e desdobra-se no papel do Estado diante disso – este idealizado como mediador, capaz de estabelecer os limites dessa liberdade. Talvez o caráter mercadológico do humor tenha contribuído para o modo como o humor tenha se tornado o centro das atenções e seja associado, mais especificamente no Brasil, à prática do PC. Num âmbito distinto do humor de Cícero ou mesmo de Chaplin – frequentemente lembrado nos comentários –, diria que, na atualidade, as discussões sobre a prática humorística integram a pauta das problematizações sociais (como a democracia e os limites entre o público e o privado) que tocam no tema das liberdades individuais e do interesse coletivo, o que implica dizer que esses serão, volta e meia, retomados, reiterados, questionados.

Há mais uma observação: a contradição em sua acepção mais simples, a incoerência. Os meios virtuais de manifestação do pensamento abriram as portas para a inclusão, resistência e a suposição de um debate supostamente além das fronteiras locais, nacionais, "culturais". Porém, esse mesmo espaço também supõe a construção de "ilhas de concordância" em "*time lines*" repletas de posicionamentos com os quais nos identificamos: é comum, nas redes sociais, a possibilidade de excluir e escolher quais pessoas e pensamentos (in)desejados ver/ler. Contrários a esse formato, os espaços dedicados aos comentários, justamente pelo propósito distinto se comparado às redes sociais (não é possível escolher quem ou o quê ler) seriam um ambiente propício ao debate. No entanto, as numerosas manifestações expressas em poucos caracteres não se mostram capazes de empreender um debate idealizado que nem mesmo a mediação dos jornais parece solucionar – refiro-me à "*Charte de modération et d'animation des débats*" e à *"Charte de*

modération: contributions d'ordre général", ambas propostas pela versão eletrônica do jornal francês FIG (ver anexo).

Por fim, retorno à análise de Bakhtin, em que o filósofo investiga o "baile de máscaras" do humor, como aqui propus rotular, e expõe as faces desse campo em uma determinada época. É verdade que as perguntas feitas pelo filósofo eram outras, indissociáveis das condições de produção a que estava submetido. Hoje, os novos meios de comunicação engendram um campo fértil de novas inquietações: é o caso, por exemplo, da possibilidade de se analisar o *ethos* dos comentadores do meio virtual, na medida em que essa análise permitiria compreender o modo como os sujeitos se constituem diante de debates de recorrente repercussão em uma sociedade em que o ato de comentar se tornou global – *les « indignés* », como adverte Charaudeau, podem ser um indício bastante representativo no modo como os sujeitos revelam-se no debate, manifestando ideias, crenças e valores. Afinal, no baile de máscara dos debates sobre o humor, o interesse em compreender aqueles que estão por trás das máscaras pode ser um acréscimo para a reflexão sobre o modo como os (discursos sobre) os limites são interpretados.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AGUSTINI, C. M. L.; GRIGOLETTO, E. **Escrita, alteridade e autoria em Análise do Discurso.** Matraga, Rio de janeiro, v.15, n.22, jan./jun. 2008.

ALTHUSSER, L. **Sur la Genèse.** Décalages. Vol 1: Iss 2, 2012 [1966]. Disponível em: http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss2/9. Acessado em: 25 jun. 2015.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no renascimento:** o contexto de Francois Rabelais. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BEARD, H; CERF, C. **Dicionário do politicamente correto.** L&PM Editores, 1994.

BORGES, L. **A busca do inencontrável**: uma missão politicamente (in)correta. Cadernos de estudos linguísticos, n. 31, 1996. p. 109-125.

BRUNET, J-P. **Police contre FLN, le drame du 17 octobre 1961.** Flammarion, 1999.

BURKE, P. **A história dos acontecimentos e o retorno da narrativa**. In: Burke, P. (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora. UNESP, 1992.

BREMMER, J; ROODENBURG, H. Introdução: humor e história. In: _____. **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 40.ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html >. Acesso em: 25 jun. 2015.

CHARAUDEAU, P. Présentation. In: **Humour et engagement politique.** Limoges: Édition Lambert-lucas, 2015a.

_____. L'humour de Dieudonné : le trouble d'un engagement. In: **Humour et engagement politique.** Limoges: Édition Lambert-lucas, 2015b.

_____. **Des categories pour l'humour.** Dossier – Questions de Communication, 10, 2006. p. 19-41.

CHARTIER, R. **O que é um autor.** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

_____. Figuras do autor. In: CHARTIER, R. **A ordem dos livros:** leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII[e]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EduFSCAR, 2009.

CUNHA, C. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. **Ditos & escritos vol III.** Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1969].

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009 [1970].

_____. **Retornar a historia.** In: Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREUD, S. (1996a). **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. J. Salomão, Rio de Janeiro: Imago, 1996a [1905].

_____. **O humor**. In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b [1927].

GIL, C. M. C. **A linguagem da surpresa.** Uma proposta para o estudo da piada. São Paulo, 1991. 220 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

INDURSKY, F. Formação discursiva**:** ela ainda mereça que lutemos por ela? In: _____. FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. **Polêmica e denegação:** dois funcionamentos discursivos da negação. Campinas, Cad. Est. Ling. (19), 1990.

KUPERMANN, D. **Ousa rir:** humor, criação e psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Daniel Kupermann: humor é veneno ou remédio? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/03/1602535-daniel-kupermann-humor-e-veneno-ou-remedio.shtml#>. Acesso em: 29 jun. 2015.

LAGAZZI-RODRiGUES, S. Texto e autoria. in: ORLANDi, E. P.; LAGAZZi-RODRiGUES, S. (orgs). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-

103.

LARSSON, G. **Muslims and the New Media Ashgate** [S.l.], 2011.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri/SP: Manole, 2005.

MAINGUENAU, D. **Sémantique de la polémique:** discours religieux et ruptures idéologiques au XVII^{e} siècle. Editions l'Age d'Homme, Lausanne: Suisse, 1983.

_____. **Gênese dos discursos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1984].

_____. Situação de enunciação – situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. In: _____. **Doze conceitos em análise do discurso.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **Autor:** a noção de autor em análise do discurso. In: Doze conceitos em análise do discurso. São Paulo: Parábola, 2010. p. 25-47.

_____. **Análise de texto de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Frases sem texto.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Autoralidade e pseudonímia**. Revista da ABRALIN. v. 15, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2016.

MINOIS, G. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MALDIDIER, D. **Analyse linguistique du vocabulaire politique de la guerre d'Algérie d'après six quotidiens parisiens**. Thèse de IIIe cycle dirigée par le Professeur Jean Dubois à l'Université Paris X-Nanterre en 1969.

MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. Do espetáculo à morte do acontecimento [1979]. In : GUILHAUMOU, J. et al. **Discurso e Arquivo**: experimentações em análise do discurso. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016. p. 25 - 94.

MOIRAND, S. **A midiatização dos eventos.** Uma análise do discurso entre língua, cultura, memória e comunicação. Texto apresentado na Universidade Estadual de Maringá, 2012.

NATALE, V. L. **O campo semântico do riso.** São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Literatura). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ORLANDI, E. **Nem escritor nem sujeito:** apenas autor. In: Discurso e leitura. São Paulo/Campinas: editora Cortez/editora da Unicamp, 1998. p. 75-82.

PASKIN NETO, M. **O direito de ser rude – liberdade de expressão e imprensa.** Bonijuris, 2015.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral:** uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

_____. **Os Pré-discursos.** Sentido, memória e cognição. Trad. Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes, 2013

_____. Reencontrar a memória: percurso epistemológico e histórico. In: FERREIRA, M.C.L; INDURSK, F. **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP: Clara-Luz, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].

_____. Metáfora e interdiscurso. In: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes Editores, 2001 (1984). p. 151-161.

_____. Papel da memória. In: Achard, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In : GADET, F.; PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990 [1975].

PIMENTEL, L. **Entre sem bater!**: o humor na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

POSSENTI, S. **Os Humores da Língua**: análises linguísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

_____. A linguagem politicamente incorreta e a análise do discurso. In: _____. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Paraná. Criar Edições, 2002 [1995].

_____. **O humor é universal**. JoLIE, 2:2, 2009.

_____. Enunciação, autoria e estilo. In: **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a. p. 91-102.

_____. Indícios de autoria. In: **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b. p. 103-118.

_____. É um campo: um programa. In: _____. **Humor, língua e discurso.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Humor e censura:** delimitando um campo? (no prelo). In: XIII Congresso da International Society for Luso-hispanic Humor Studies. 2012.

_____. **Notas sobre autor.** Revista da ABRALIN. v. 15, n. 2, p. 219-244, jul./dez. 2016.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem "politicamente correta". In: Lopes da Silva, F. L. e Moura, H. M. M. (Orgs.) **O Direito à Fala. A Questão do Preconceito Lingüístico**. Florianópolis: Ed. Insular, 2000. pp. 93 - 102.

THOMAS, G. Sátiras a temas religiosos devem ter limites? **Folha de São**, São Paulo, 17 jan. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/01/1576414-satiras-a-temas-religiosos-devem-ter-limites-nao.shtml>. Acesso em: 5 mai. 2015.

ROBIN, R.; MALDIDIER, D. Do espetáculo à morte do acontecimento. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. **Discurso e arquivo:** experimentações em análise do discurso. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016 [1994].

ROBIN, R. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROBINSON, E. Comedy Tomorrow, History Tonight. **The Washington Post**, Washington**,** 14 nov. 2008. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/story/2008/11/14/ST2008111401321.html>. Acessado em: 20 jan. 2014.

RODRIGUES, L. Brasil: as novas táticas da repressão política. **Caros Amigos**, São Paulo, 17 mai. 2011. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/139-edicoes/edicao-170/3834-brasil-as-novas-taticas-da-repressao-politica>. Acesso em: 29 jun. 2012.

RODRIGUES, A. A graça de um herege. **Revista Rolling Stones**. Edição 56. Maio 2011. Disponível em: http://rollingstone.uol.com.br/edicao/56/a-graca-de-um-herege#imagem0. Acesso em: 29 jun. 2012.

SALIBA, E. T. **Raízes do riso:** a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SASAKKI, R. K. Terminologia: sobre a deficiência na era da inclusão. In: SILVA, M. I. **Comunicação inclusiva**: uma abordagem humanizada. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo, 2013.

SILVA F.L.; MOURA, H.M. M. (orgs.) **O Direito à Fala.** A Questão do Preconceito Lingüístico. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

SOARES, L. E. **Politicamente correto:** o processo civilizador segue seu curso. In: PINTO, P.R; MAGRO, C. et al. (Orgs.). Filosofia analítica, pragmatismo e ciência. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SOUZA, A. L**. Estereótipos em piadas sobre baiano**. Campinas, SP : [s.n.], 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem,

Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

THOMAS, G. Sátiras a temas religiosos devem ter limites? Não. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br /opiniao/2015/01 /1576414-satiras-a-temas-religiosos-devem-ter-limites-nao.shtml>**.** Acesso em: 10 jul. 2016.

VERAS, V. **Lingüisteria**: um chiste. Campinas, SP : [s.n.], 1999. Tese (Doutorado el Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

BIBLIOGRAFIA

AFP. Une boutade de Hollande sur la sécurité en Algérie suscite un tollé. **L'Obs**, France, 22 dez. 2013. Disponível em: <http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/20131222.OBS0439/une-boutade-de-hollande-sur-la-securite-en-algerie-fait-polemique.html>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ARONOVICH, L. **Politicamente incorreto não é transgressor, Rafinha**. 9 mai. 2011. Disponível em: http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2011/05/politicamente-incorreto-nao-e.html. Acesso em: 16 jun. 2012.

BARRETO, L. C. Não sou Charlie nem Chérif nem Said. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2015. Disponível em: http://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/5973138?skin=folhaonline&device**=.** Acesso em: 25 fev. 2016.

BASTIÉ, E. Les dessins de Charlie Hebdo sur la mort d'Aylan ne font pas rire tout le monde. **Le Figaro**, Paris, 16 set. 2015. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2015/09/16/01016-20150916ARTFIG00112-les-dessins-de-charlie-hebdo-sur-la-mort-d-aylan-ne-font-pas-rire-tout-le-monde.php>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BERGAMO, M. Rafinha Bastos terá que pagar R$ 150 mil à família de Wanessa Camargo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2015 . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/06/ 1646807-rafinha-bastos-tera-que-pagar-r-150-mil-a-familia-de-wanessa-camargo.sht ml>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CHARB & NICOLINO, F. Non, "Charlie Hebdo" n'est pas raciste! **Le Monde**. Paris, 20 nov. 2013. Disponível em : <http://www.lemonde.fr/idees/article/2013/11/20/non-charlie-hebdo-n-est-pas-raciste_3516646_3232.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DOUCET, D. Vigipirate à son plus haut niveau. **Le Monde**. Paris, 7 jan. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/societe/ live/2015/01/07/en-direct-des-coups-de-feu-au-siege-de-charlie-hebdo_4550635_322 4.html.> Acesso em: 02 fev. 2016.

FELTRIN, R. "Até o humorista precisa ter limite", diz Tom Cavalcante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 set. 2011. Disponível em: http://f5.folha.uol.com.br/videos/981584-ate-o-humorista-precisa-ter-limite-diz-tom-cavalcante.shtml. Acesso em: 25 jun. 2012.

GOES, Tony. Tudo tem limite, até o Rafinha Bastos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2011. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/tonygoes/984666-tudo-tem-limite-ate-o-rafinha-bastos.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2012.

GUIROUS, L. Voile, mariages forcés, culte de la virginité : les tabous de la Journée de la femme. **Le Figaro**, Paris, 6 mar. 2015. Disponível em : < http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2015/03/06/31003-20150306ARTFIG00310-voile-mariages-forces-culte-de-la-virginite-les-tabous-de-la-journee-de-la-femme.php>. Acesso em : 25 jun

2015.

GARAT, J-B ; WAINTRAUB, J. L'UMP replonge dans le débat sur l'islam de France. **Le Figaro**, Paris, 13 fev. 2015. Disponível em : <http://www.lefigaro.fr/politique/2015/02/13/01002-20150213ARTFIG00406-l-ump-replonge-dans-le-debat-sur-l-islam-de-france.php>. Acesso em : 27 fev. 2015.

FRANCE PRESSE. Presidente francês provoca incidente diplomático com piada sobre Argélia. **Globo.com.** 22 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/presidente-frances-provoca-incidente-diplomatico-com-piada-sobre-argelia.html>. Acesso em: 21 jan. 2015.

KRAMER, R. “Acho que humorista não deve se preocupar com politicamente correto”, diz Ary Toledo. **Folha de São** Paulo, São Paulo, 1 mai. 2015. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/renatokramer/2015/0 5/1623634-acho-que-humorista-nao-deve-se-preocupar-com-politicamente-correto-diz-ary-toledo.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Le 17 octobre 1961: un crime dEtat à Paris. Paris, éditions La Dispute, septembre 2001.

LEFIGARO.FR. La colère du monde musulman contre la caricature de Mahomet par Charlie Hebdo. **Le Figaro**, Paris, 16 jan. 2015. Disponível em : <http://www.lefigaro.fr/international/2015/01/16/01003-20150116ARTFIG00497-la-colere-du-monde-musulman-contre-la-caricature-de-mahomet-par-charlie-hebdo.php?pagination=2#nbcomments>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Départementales : un parti des musulmans vise une présence dans 8 cantons. **Le Figaro**, Le Scan politique, Paris, 12 fev. 2015. Disponível em : <http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/insolites/2015/02/12/25007-20150212ARTFIG00060-departementales-un-parti-des-musulmans-vise-une-presence-dans-8-cantons.php>. Acesso em : 27 fev. 2015.

LEFIGARO.FR; AFP. *Les Français plus tolérants malgré des préjuges*. **Le Figaro**, Paris, 9 abr. 2015. Disponível em : < http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2015/04/09/97001-20150409FILWWW00175-les-francais-plus-tolerants-malgre-des-prejuges.php>. Acesso em: 25 jun 2015.

LEMONDE.FR Vigipirate à son plus haut niveau. **Le Monde**, Société, Paris, 7 jan. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/societe/live/2015/01/07/en-direct-des-coups-de-feu-au-siege-de-charlie-hebdo_4550635_3224.html>. Acesso em: 17 jan. 2015.

OLIVEIRA, Luiz Carlos. **Comentários de leitores:** a violência noticiada na internet. In: CARMO, Alex Sandro de Araujo; CATTELAN, João Carlos. (Orgs.). Análise de discurso: estudos de estados de corpora. Toledo/PR: Fasul, 2014.

ONU condena reprodução de charges do profeta Maomé. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92400.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2013.

O RISO dos outros. Direção: Pedro Arantes. Produtor: Pedro Arantes. São Paulo: Massa Real, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zqlRD3E72sI>. Acesso em : 20 fev. 2015.

PADIGLIONE, C. Rafinha é assunto vetado para CQCs" **Estadão**, São Paulo, 2 jun. 11. Disponível em: http://cultura.estadao.com.br/blogs/cristina-padiglione/rafinha-bastos-e-assunto-vetado-para-cqcs/. Acesso em: 29 jun 2012.

REDAÇÃO F5. _____. Relembre cinco piadas polêmicas de Rafinha Bastos. **Folha de São** Paulo. São Paulo, 3 out. 2011. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/984895-relembre-cinco-piadas-polemicas-de-rafinha-bastos.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Monica Iozzi diz que Rafinha Bastos teve cãibra na língua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2011. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/985155-monica-iozzi-diz-que-rafinha-bastos-teve-caibra-na-lingua.shtml>**.** Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Band desmente repórter e diz que Wanessa não aparecerá no "CQC". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 out. 2011. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/984850-band-desmente-reporter-e-diz-que-wanessa-nao-aparecera-no-cqc.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Marco Luque diz que piada de Rafinha sobre Wanessa foi "idiota". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2011. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/983748-marco-luque-diz-que-piada-de-rafinha-sobre-wanessa-foi-idiota.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Ronaldo se afasta do "CQC" por piada com Wanessa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrad a/2011/09/982162-ronaldo-se-afasta-do-cqc-por-piada-com-wanessa.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2012.

REDAÇÃO TERRA. Cartilha do politicamente correto é ridicularizada. **Portal Terra**. 05 mai 2005. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI526576-EI1194,00-Cartilha+do+politicamente+correto+e+ridicularizada.html>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ANEXOS

ANEXO A - Charte de modération et d'animation des débats

12 qualités des commentaires du Figaro

Les espaces de commentaires du Figaro vous sont ouverts! Vous y êtes les bienvenus pour échanger vos idées. Voici les quelques règles qui les régissent.

1. Les commentaires **sont polis, écrits avec un certain soin** (orthographe, typographie, abus de majuscules). Le savoir-vivre est nécessaire: insultes, dénigrement, comparaisons rabaissantes, etc. sont proscrits.

On choisit: *«Un commentaire bien rédigé est toujours agréable à lire.»*
On refuse: *«LE KOM ki né pa LISIBLE»*

2. Donner une idée, c'est bien, mais souvent insuffisant. **Argumenter**, c'est mieux. Il s'agit de dépasser le jugement hâtif, surtout s'il est négatif ou agressif, et le prosélytisme. Étoffez votre propos!

On choisit: *«L'image de femme à poigne d'Angela Merkel et sa popularité en font la candidate idéale pour ce poste.»*
On refuse: *«Vive Angela Merkel!»*

3. Un argument = un commentaire. Lorsqu'un argument est déjà apporté par un commentateur, les autres intervenants le développent plutôt que de publier exactement le même texte. **La redite nuit aux échanges.**

On choisit: *«Cet internaute a raison. J'ajouterais que les cheminots bénéficient d'un traitement complètement injustifié pour leurs retraites… Disons ce qui est : ce sont des privilégiés.»*
On refuse: *«Ces cheminots ne sont que des privilégiés.» « Oui, des privilégiés ! » «D'accord avec vous, supprimons leurs privilèges. » « Oui, on en a marre de leurs avantages ! »*

4. **Proposer des liens** ou d'autres sources est intéressant. Le commentaire qui accompagne le lien ou la citation doit être étayé pour résumer son contenu et le mettre en perspective avec le débat présent. Les liens vers des sites personnels sont acceptés, après vérification de notre équipe de modération. Les liens postés à des fins commerciales, hors sujet, seront supprimés.

On choisit: *«C'est exactement ce que j'écrivais sur mon blog il y a cinq ans… http:/ /www .monblogpersonnelamoi.wordpress.com La politique, c'est cyclique.»*
On refuse: «http://www .chaise-de-jardin-pas-chere.com»

5. Si l'équipe de modération ne parvient pas rapidement à **vérifier une information** ou à trouver une source crédible, elle retirera le commentaire afin d'éviter d'induire en erreur les lecteurs. C'est la raison pour laquelle les citations de textes religieux sont refusés: il est trop compliqué pour l'équipe de modération de les vérifier.

On choisit: *«C'est d'ailleurs la une du New York Times, ce matin!»*
On refuse: «*Car tous en parlant de nous racontent quel accès nous avons eu auprès de vous, et comment vous vous êtes convertis des idoles au Dieu vivant et vrai, pour le servir» - lettre de St Paul aux Thessaloniciens*

6. Évidemment, les commentaires **respectent la loi**. Les points les plus sensibles sont l'insulte et le dénigrement, la diffamation (accusation non prouvée) et la discrimination ou le racisme. Autres textes proscrits: les incitations à la discrimination, la haine ou la violence. Les commentaires à caractère pornographique, sexiste, homophobe ou révisionniste et contraires à l'ordre public. Attention aux propos nuisibles, menaçants, constitutifs de harcèlement, vulgaires, menaçants pour la vie privée d'autrui, haineux. Il en va de même pour toute contribution dénigrant Le Figaro, ses modérateurs, ses journalistes et ses dirigeants.

On choisit: *«Leurs arguments sont vains: ils vont contre le sens même des règles économiques modernes les plus évidentes...»*
On refuse: *«Qu'ils brûlent tous!»*

7. Lefigaro.fr est un média ouvert au grand public, par prudence il est donc **déconseillé de livrer trop d'informations personnelles**.

On choisit: *«Je vis en Corse.»*
On refuse: *«J'habite cours Napoléon, à Ajaccio - une petite maison jaune.»*

8. Il peut arriver que, pour la bonne tenue d'un débat, **Le Figaro et son équipe d'animation se réservent le droit** de ne pas publier tout propos qu'ils estiment nuisible pour les échanges.

9. Chaque **commentaire n'est publié qu'en un seul exemplaire**. Même si son auteur se sent frustré par une modération qu'il juge abusive, par respect pour le travail des modérateurs et des lecteurs, il ne les surcharge pas en publiant des doublons.

10. Les internautes **qui estiment avoir été modérés** à tort écrivent à monfigaro-animation@lefigaro.fr - ils évitent d'en parler dans les commentaires pour ne pas faire dériver la conversation. Ils relisent la charte pour essayer de comprendre le motif du refus. S'ils ne le trouvent pas, ils précisent bien quels sont les commentaires dont ils contestent le rejet et en citent le texte dans le mail. Le service Mon Figaro animation ne répond pas sur le cas particulier d'un commentaire refusé à tort – cela peut hélas arriver – mais peut ré-examiner globalement les commentaires d'un contributeur afin de comprendre pourquoi les refus sont fréquents..

11. Si vous identifiez un commentaire hors charte, **utilisez la fonction « alerter »**. Y répondre est inutile : lorsque celui-ci sera retiré, ses réponses le seront également. D'ailleurs, si vous vous étonnez du refus d'un commentaire, vérifiez si le commentaire auquel il répondait n'a pas lui-même été retiré. Cela peut expliquer pourquoi votre commentaire n'est plus en ligne.

12. Les membres de la communauté dont les commentaires **sont pertinents et intéressants sont régulièrement sélectionnés** par la rédaction et peuvent être sollicités pour donner leur avis. En revanche, les contributeurs qui contreviendraient

trop régulièrement ou trop gravement à la **charte verront leur compte fermé**, temporairement ou définitivement.

Disponível em: http://mentions-legales.lefigaro.fr/page/charte-de-participation

ANEXO B – Charte de modération: contributions d'ordre général

Charte de modération

Contributions d'ordre général	autorisées	refusées
Contributions à caractère pornographique (et images de nudité), pédophile, violent. *Exemples : vidéo ou photo illustrant des pratiques pédophiles, messages incitant à la pédophilie, messages relatant la pédophilie, messages vantant les mérites de la pédophilie, images de nudité enfantine, etc…*		X
Contributions à caractère pornographique (et images de nudité), pédophile, violent. *Vidéo ou photo à caractère pornographique, présentation de sexes féminins ou masculins, en érection ou non, texte à fort caractère vulgaire et pornographique etc…*		X
Contributions susceptibles par leur nature à porter atteinte au respect de la vie privée, au respect de la personne humaine et de sa dignité, de l'égalité entre hommes et femmes et de la protection des enfants et des adolescents, dans la limite des dispositions légales. *Exemples : « snuff movie », « happy slapping », scène de viol ou agression sexuelle, représentation d'agressions de toutes sortes,*		X
Incitation à la discrimination, à la haine ou à la violence : à caractère raciste, xénophobe, sexiste, homophobe ou révisionniste. *Exemples : incitation sous quelque forme que ce soit à la discrimination, à la haine ou à la violence de communautés religieuses, apologie du racisme à l'égard d'une race déterminée, xénophobie, racisme, Contributions dégradantes envers les femmes, propos révisionnistes/négationnistes, antisémites, contributions à caractère violent ou avilissant, apologie ou négation des atrocités allemandes, de génocides reconnus par l'Etat français, représentation d'objets nazis, incitations au suicide, incitation à commettre des attentats, etc…*		X
Contribution contraire à l'ordre public et aux bonnes mœurs, à caractère nuisible, menaçant, abusif, constitutif de harcèlement, vulgaire, obscène, menaçant pour la vie privée d'autrui, haineux…		X
Contributions à caractère diffamatoire ou dénigrant		X
Contribution portant atteinte d'une quelconque manière aux mineurs.		X

Contributions dévoilant des coordonnées personnelles, email, adresse postale, téléphone. ...). Les liens vers des sites perso sont acceptés, après vérification.		X
Contributions contenant des liens URL vers d'autres sites. Les sites perso sont vérifiés.	X	Les URL vers des sites à usages principalement commercial.
Lien hypertexte renvoyant vers d'autres sites dont le contenu serait susceptible de contrevenir à toute loi et réglementation en vigueur.		X
Incitation au tabagisme, à la consommation excessive d'alcool ou à la consommation de substances faisant l'objet d'une interdiction législative Incitation à la commission de crimes et/ ou délits, incitant au suicide ou à la consommation et à la vente de substances illicites	L'évocation d'alcool ou de marijuana est tolérée. Les témoignages sur les drogues dures sont acceptés du moment que l'auteur n'en fait pas l'apologie.	X
Divulgation d'informations relatives à une situation fiscale individuelle, s'il s'agit de sa propre situation fiscale.	X	S'il s'agit d'un tiers.
Diffusion hors des conditions autorisées de sondages ou simulations de sondages et simulations de votes relatifs à une élection ou un référendum.		X
Incitation ou représentation d'actes de cruauté envers les animaux.		X
Contributions hors contexte : politique, religieux...	X	
Contributions susceptibles de dévaloriser, ridiculiser une personnalité	X	Pas de railleries sur le physique et pas de vulgarité
Les propos agressifs dirigés à l'encontre d'une marque, d'un produit, d'un organisme ou d'une personne		X
Atteinte à la vie privée		X
Contrefaçon d'en-têtes ou de documents officiels ou réservés.		X

Injure, insulte sans mot vulgaire, dans la limite des dispositions légales.	X	
Incitation à commettre des actes de piratages informatiques ou de contournement de dispositifs techniques de protection ou d'informations sur les droits de propriété intellectuelle.		X
Déclarations portant atteinte à autrui, à ses dirigeants, à sa maison mère ou à son Groupe, aux dirigeants de ces sociétés, dans le respect du droit.	X	
Message et contenu sous la forme de langage dit 'SMS'	X	
« junk mail », « chainmail », troll, doublons, ou messages assimilés...		X
Propos tenus en langue étrangère dont le sens ne saurait être appréhendé facilement et laissant penser qu'ils contreviennent à la réglementation en vigueur.		X
Publication d'un élément texte, image, photo, vidéo, son dont je ne suis pas l'auteur et qui n'est pas libre d'exploitation.		X

Contributions spécifiques au figaro - ses contenus	**autorisées**	**refusées**
Des contributions critiquant ou montrant un désaccord avec le contenu des articles, dossiers, témoignages publiés sur le site et/ou les supports du Figaro	X	
Des contributions critiquant ouvertement un journaliste du Figaro.		X
Toute contribution dénigrant directement ou indirectement Le Figaro, ses journalistes et ses dirigeants		X
Des expériences personnelles des internautes confortant les enquêtes / dossiers publiés sur le site et/ou les supports du Figaro	X	
Des contributions quant au contenu publié sur le site et/ou les supports du Figaro.	X	

Des suggestions quant à des enquêtes / dossiers qui pourraient être développés par Le Figaro	X	
Des propos ou conseils individuels faisant clairement la promotion d'un autre titre ou site	X	Les messages à caractère ouvertement publicitaire.
Les messages incitant à des pratiques alimentaires excessives (boulimie / anorexie...) ou à l'emploi de substances médicamenteuses utilisées de façon non conforme à leur destination (laxatifs, drainants...) dans le but d'obtenir une perte de poids rapide, en raison des risques de santé encourus		X
Des propos ou conseils individuels faisant clairement la promotion d'une organisation sectaire		X
Des conseils d'auditeurs à d'autres membres de la communauté qui peuvent inciter à commettre une erreur grave, un acte mal intentionné...(en cas d'infidélité par exemple ou de grand désarroi personnel...)		X
Des propositions d'appels à témoins contre des produits ou services ou pour des émissions ou évènements n'ayant aucun rapport avec le support.		X
Des commentaires concernant d'autres titres ou sites, que ceux du Figaro.	X	

Disponível em: http://www.lefigaro.fr/charte_moderation/charte_moderation_details.html